



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA, E  
ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DA SFA/SP  
EXERCICIO DE 2009**

**MARÇO 2010**



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA, E  
ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DA SFA/SP  
EXERCICIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

**SÃO PAULO, 31/MARÇO/2010**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
DT	Divisão Técnica
UTRA	Unidade Técnica Regional de Agricultura
SIPAG	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
SEDESA	Serviço de Defesa Agropecuária
SEFAG	Serviço de Fiscalização Agropecuária
SEPDAG	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
VIGIAGRO	Serviço de Vigilância Agropecuária
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
SVA/SNT	Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos
SVA/GRU	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Guarulhos
SVA/VCP	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Viracopos
UVAGRO	Unidade de Vigilância Agropecuária
DAD	Divisão de Apoio Administrativo
STC	Seção de Suporte Técnico Operacional e Comunicação Social
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FFA MV	Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário
FFA EA	Fiscal Federal Agropecuário Engenheiro Agrônomo
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
IN	Instrução Normativa
RP	Restos a Pagar
SIPLAN	Sistema de Planejamento
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIF	Serviço de Inspeção Federal
APPCC	Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BPF	Boas Práticas de Fabricação
PPHO	Procedimentos Padrão de Higiene Operacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
OMS	Organização Mundial de Saúde
DIPOA	Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal
INSPANIMAL3	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
PADCLASSIF	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
IPVEGETAL2	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
FISCORGEN	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISCPLANTA2	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
FISCANIMAL2	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos

VIGIFITO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
ERRADMOSCA	Erradicação da Mosca da Carambola
PCEVEGETAL	Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes
VIGIZOO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos
FEBREAFTOSA	Erradicação da febre aftosa
PCEANIMAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FISCGENE	Fiscalização de Material Genético Animal
FISPROVET	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FISFECOI	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISCALSEM	Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISAGROTOX	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCAGRIC	Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
RASTREAB	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
PRO ORGANICO	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
MANUT	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
EQC	Estação Quarentenária de Cananéia
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
CF	Certificação Fitossanitária
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSS	Programa Nacional de Sanidade Suídea
RENASEM	Registro Nacional de Sementes
SISBOV	Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
ERA	Estabelecimento Rural Aprovado
UP	Unidade de Produção
LI	Licença de Importação
CE	Comunidade Européia
RT	Responsável Técnico pela Ação
MEGP	Modelo de Excelência e Gestão Pública

<b>INDICE DAS TABELAS</b>		
Tabela 1	Indicadores Desempenho	20
Tabela 2	Estabelecimentos Registrados no SIF	20
Tabela 3	Analises de Carne, Leite, Mel, Ovos, Pescados e Derivados de Água	21
Tabela 4	Abate de Animais	21
Tabela 5	Condenação de Carcaças Bovinas	22
Tabela 6	Condenação de Carcaças Suínas	22
Tabela 7	Condenação de Carcaças de Aves	23
Tabela 8	Condenação de Pescados	23
Tabela 9	Condenação de Leite	24
Tabela 10	Supervisão em Estabelecimentos de Carne	24
Tabela 11	Supervisão em Estabelecimentos de Aves	25
Tabela 12	Estabelecimentos de Laticínios Supervisionados	25
Tabela 13	Supervisão em Estabelecimentos de Mel	25
Tabela 14	Registros de Estabelecimentos	26
Tabela 15	Rótulos Analisados	26
Tabela 16	Autos de Infração e Multas	26
Tabela 17	Metas Físicas e Resultados da Ação-Supervisões	27
Tabela 18	Metas Físicas e Resultados da Ação-Rótulos Analisados	27
Tabela 19	Metas Físicas e Resultados da Ação-Rótulos Aprovados	27
Tabela 20	Metas Físicas e Resultados da Ação-Atividades de Inspeção	27
Tabela 21	Recursos Humanos	28
Tabela 22	Processos Analisados	28
Tabela 23	Recursos Financeiros	28
Tabela 24	Resumo Geral da Ação	29
Tabela 25	Fiscalização da Classificação Vegetal	29
Tabela 26	Principais Indicadores	30
Tabela 27	Classificação de Produtos Vegetais Importados	31
Tabela 28	Multas e Valores	32
Tabela 29	Recursos Humanos	32
Tabela 30	Recursos Financeiros	32
Tabela 31	Resumo Geral da Ação	32
Tabela 32	Demanda de Serviço por FFA	33
Tabela 33	Registro de Estabelecimentos e Produtos	33
Tabela 34	Estabelecimentos Produtores Fiscalizados	34
Tabela 35	Resultados Obtidos	34
Tabela 36	Processos Administrativos	34
Tabela 37	Atividades Relacionadas aos Produtos	34
Tabela 38	Resultados Analíticos	34
Tabela 39	Transito Internacional	35
Tabela 40	Principais Indicadores	35
Tabela 41	Recursos Humanos	35
Tabela 42	Resultados Financeiros	35
Tabela 43	Recursos Financeiros	36

Tabela 44	Resumo Geral da Ação	36
Tabela 45	Principais Processos	37
Tabela 46	Campos Experimentais	37
Tabela 47	Principais Indicadores	37
Tabela 48	Recursos Humanos	38
Tabela 49	Recursos Financeiros	39
Tabela 50	Resumo Geral da Ação	39
Tabela 51	Principais Indicadores	39
Tabela 52	Desempenho Operacional	39
Tabela 53	Desempenho Operacional por Unidade	40
Tabela 54	Recursos Financeiros	41
Tabela 55	Resumo Geral da Ação	41
Tabela 56	Principais Indicadores	41
Tabela 57	Desempenho Operacional	41
Tabela 58	Desempenho Operacional por Unidade	42
Tabela 59	Recursos Financeiros	43
Tabela 60	Resumo Geral da Ação	44
Tabela 61	Fiscalização de Passageiros	44
Tabela 62	Treinamento	44
Tabela 63	Análise Crítica da Gestão de Recursos Humanos	45
Tabela 64	Controle do Trânsito Internacional	46
Tabela 65	Principais Indicadores	46
Tabela 66	Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal	47
Tabela 67	Solicitação de Importação e Exportação de Material de Propagação Vegetal	48
Tabela 68	Principais Indicadores	48
Tabela 69	Supervisão e Quarentena de Material de Pesquisa Científica	48
Tabela 70	Principais Indicadores	48
Tabela 71	Recursos Humanos	49
Tabela 72	Recursos Financeiros	49
Tabela 73	Resumo Geral da Ação	49
Tabela 74	Monitoramento da Mosca da Carambola	50
Tabela 75	Principais Indicadores	50
Tabela 76	Recursos Humanos	50
Tabela 77	Recursos Financeiros	50
Tabela 78	Resumo Geral da Ação	50
Tabela 79	Prevenção e Controle da Sigatoka Negra	51
Tabela 80	Principais Indicadores	51
Tabela 81	Recursos Humanos	52
Tabela 82	Prevenção e Controle da Anastrepha Grandis em Curcubitacea	52
Tabela 83	Principais Indicadores	53
Tabela 84	Exportação de Citrus para CE	53
Tabela 85	Principais Indicadores	53
Tabela 86	Recursos Humanos	53
Tabela 87	Recursos Financeiros	54

Tabela 88	Resumo Geral da Ação	54
Tabela 89	Ações Realizadas	55
Tabela 90	Habilitação de Médicos Veterinários	55
Tabela 91	Vigilância Zoossanitária e Controle de Trânsito Interestadual	56
Tabela 92	Principais Indicadores	56
Tabela 93	Recursos Financeiros	56
Tabela 94	Resumo Geral da Ação	56
Tabela 95	Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados	57
Tabela 96	Vacinação	58
Tabela 97	Principais Indicadores	58
Tabela 98	Recursos Financeiros	59
Tabela 99	Resumo Geral da Ação	59
Tabela 100	Cursos Ministrados	60
Tabela 101	Principais Indicadores	61
Tabela 102	Avaliação quanto à Atividades Profiláticas em Raiva	61
Tabela 103	Fiscalização e Amostragens Realizadas	63
Tabela 104	Principais Indicadores	63
Tabela 105	Controle de Laboratórios de Diagnostico de AIE	65
Tabela 106	Exames Sorológicos de AIE	65
Tabela 107	Situação da Anemia Infeciosa Equina	66
Tabela 108	Principais Indicadores	66
Tabela 109	Estabelecimentos Fiscalizados e Amostrados	67
Tabela 110	Principais Indicadores	67
Tabela 111	Certificações em Estabelecimentos	68
Tabela 112	Recursos Humanos	69
Tabela 113	Atividades	69
Tabela 114	Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas - Matrizes	70
Tabela 115	Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas - Cachaços	70
Tabela 116	Ações do Programa Nacional de Sanidade Suína	70
Tabela 117	Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos	70
Tabela 118	Principais Indicadores	71
Tabela 119	Recursos Financeiros	71
Tabela 120	Resumo Geral da Ação	71
Tabela 121	Principais Despesas	72
Tabela 122	Registros de Novos Estabelecimentos	73
Tabela 123	Novas Categorias de Atividade em Estabelecimentos já Registrados	73
Tabela 124	Registro de Produto	73
Tabela 125	Atividades	75
Tabela 126	Atividades	76
Tabela 127	Principais Indicadores	76
Tabela 128	Recursos Humanos	78
Tabela 129	Recursos Financeiros	78
Tabela 130	Resumo Geral da Ação	79
Tabela 131	Atividades	79

Tabela 132	Principais Indicadores	79
Tabela 133	Recursos Humanos	80
Tabela 134	Recursos Financeiros	80
Tabela 135	Resumo Geral da Ação	80
Tabela 136	Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário	80
Tabela 137	Atividades Desenvolvidas pela Área de Produtos Veterinários	80
Tabela 138	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	81
Tabela 139	Produtos Reprovados em Análise Fiscal	81
Tabela 140	Infrações e Penalidades	82
Tabela 141	Principais Indicadores	82
Tabela 142	Recursos Humanos	83
Tabela 143	Recursos Financeiros	83
Tabela 144	Resumo Geral da Ação	83
Tabela 145	Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados	84
Tabela 146	Estabelecimentos Registrados Anualmente	85
Tabela 147	Atividades de Fiscalização Desenvolvidas	85
Tabela 148	Amostras Coletadas	85
Tabela 149	Quantidade Amostrada	85
Tabela 150	Principais Indicadores	85
Tabela 151	Recursos Humanos	87
Tabela 152	Recursos Financeiros	87
Tabela 153	Resumo Geral da Ação	87
Tabela 154	Inscrições no Renasem	88
Tabela 155	Inscrições e Homologações de Campos de Sementes	88
Tabela 156	Produção de Sementes	88
Tabela 157	Produção de Sementes Certificadas	89
Tabela 158	Coleta de Amostra Oficial para Fiscalização da Produção	89
Tabela 159	Fiscalização Exportação e Importação	89
Tabela 160	Importação de Material de Propagação Vegetal	89
Tabela 161	Exportação de Material de Propagação Vegetal	90
Tabela 162	Principais Indicadores	90
Tabela 163	Recursos Humanos	91
Tabela 164	Recursos Financeiros	91
Tabela 165	Resumo Geral da Ação	91
Tabela 166	Empresas de Tratamento Quarentenário Fitossanitário	92
Tabela 167	Principais Indicadores	92
Tabela 168	Empresas de Agrotóxicos	93
Tabela 169	Principais Indicadores	93
Tabela 170	Recursos Humanos	94
Tabela 171	Recursos Financeiros	94
Tabela 172	Resumo Geral da Ação	94
Tabela 173	Cenário da Atividade Aeroagrícola de São Paulo	95
Tabela 174	Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola	95
Tabela 175	Fiscalização de Estabelecimentos	95

Tabela 176	Participações em Reuniões e Cursos	95
Tabela 177	Principais Indicadores	96
Tabela 178	Recursos Financeiros	97
Tabela 179	Resumo Geral da Ação	97
Tabela 180	Estabelecimentos do SISBOV	98
Tabela 181	Atividades Realizadas pelo SISBOV	98
Tabela 182	Principais Indicadores	99
Tabela 183	Recursos Financeiros	100
Tabela 184	Resumo Geral da Ação	100
Tabela 185	Serie Histórica dos Recursos Autorizados e Executados	101
Tabela 186	Tabela dos Recursos Autorizados e Executados	102
Tabela 187	Principais Despesas	102
Tabela 188	Produtos da Ação	103
Tabela 189	Principais Indicadores	104
Tabela 190	Serie Histórica da Distribuição dos Servidores Lotados na DAD	104
Tabela 191	Estatística dos Servidores da DAD	105
Tabela 192	Resumo Geral da Ação	105
Tabela 193	Despesa por Modalidade de Contratação	105
Tabela 194	Evolução de Gastos Gerais	105
Tabela 195	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	106
Tabela 196	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	106
Tabela 197	Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	107
Tabela 198	Força de Trabalho da SFA	107
Tabela 199	Evolução do Quadro de Funcionários	108
Tabela 200	Estatística dos Servidores da SFA	108
Tabela 201	Composição do Quadro de Recursos Humanos	108
Tabela 202	Composição e Custos de Recursos Humanos	108
Tabela 203	Restos a Pagar Processados	109
Tabela 204	Restos a Pagar não Processados	109
Tabela 205	Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício	113

## SUMÁRIO

Introdução	11
Identificação	13
Objetivos e Metas Institucionais	13
Responsabilidades Institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	13
Competência Institucional	14
Papel da Unidade da Execução de Políticas Públicas	15
Missão Organizacional e Público Alvo	15
Síntese das Realizações	16
Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	16
Missão	16
Mapa Estratégico	16
Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	18
Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	19
INSPANIMAL3	19
PADCLASSIF	29
IPVEGETAL	33
FISCORGEN	36
Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária	38
FISCPLANTA	38
FISCANIMAL	41
VIGIFITO	47
ERRADMOSCA	49
PCEVEGETAL	51
VIGIZOO	54
FEBREAFTOSA	56
PCEANIMAL	59
Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	72
FISCINAN	72
FISCGENE	78
FISPROVET	80
FISFECOI	84
FISCALSEM	87
FISAGROTOX	92
FISCAGRIC	94
Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	98
RASTREAB	98
Programa: 0750 – Apoio Administrativo	100
MANUTSP	100
Desempenho Operacional	105
Programação Orçamentária	105
Execução Orçamentária	105
Evolução de Gastos Gerais	105
Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	107
Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	107
Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos-Não se aplica a esta UJ	
Inscrição de Restos a pagar no Exercício e saldos de Exercícios Anteriores	109
Informações sobre Transferências no Exercício	109
Previdência Complementar Patrocinada - Não se aplica a esta UJ	
Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos -Não se aplica a esta UJ	
Renúncias Tributárias - Não se aplica a esta UJ	
Operações de Fundos - Não se aplica a esta UJ	
Recomendações do TCU	110
Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	113
Declarações dos usuários dos sistemas SIASG e SICONV	113
Outras informações consideradas relevantes	113
Informações Contábeis	115
Anexos	116

**“Os únicos valores vitais que uma organização possui são as experiências, as habilidades, a inovação, percepção e as idéias de seu pessoal”  
Leif Edvinsson**

## **Segurança Alimentar e Gestão de Resultados**

Os desafios gerados pelos cenários, interno e externo, da agricultura nos últimos anos, estimulam a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP, a continuar cada vez mais na busca da excelência para assegurar, no âmbito de sua atuação, o abastecimento de alimentos seguros e garantir em escala crescente a inserção competitiva de mais produtos agropecuários do Brasil no comércio mundial.

Para uma avaliação do papel da SFA/SP, no contexto das políticas públicas, é importante se considerar que 44% do PIB do agronegócio brasileiro vêm do Estado de São Paulo, onde se localizam cerca de 80% das empresas e estabelecimentos produtores de alimentos e insumos agropecuários do País que dependem direta e indiretamente de registro, inspeção e fiscalização agropecuária federal bem como de liberação para que trafeguem por rotas interestaduais e internacionais.

Igualmente pode se agregar a esse desempenho a contribuição indireta da SFA/SP para o saldo positivo da balança comercial e para a geração de empregos. A agropecuária e o agronegócio empregam aproximadamente 33% da força de trabalho disponível no Brasil.

Para atender, em termos de modernização e simplificação administrativa, às necessidades dos beneficiários diretos e indiretos, a SFA/SP compatibilizou os fundamentos legais de sua atuação - decretos, portarias, instruções normativas – com os fundamentos do Modelo de Excelência em Gestão Pública, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, MEGP, através do GESPÚBLICA, às organizações públicas.

No exercício de 2009, os resultados da SFA/SP foram alcançados graças não somente ao planejamento (estratégico, tático e operacional), mas também a fatores como compartilhar missão, aprender em equipes principalmente devido aos consideráveis investimentos do Mapa em Gestão do Conhecimento, pensar sistematicamente, utilizar modelo e referenciais de excelência – a SFA/SP fez adesão, em 1998, ao Programa de Qualidade no Serviço Público, PQSP, hoje GESPÚBLICA, do qual é organização âncora no Estado de São Paulo - e, em especial, ter o maior orgulho pelo trabalho que faz. Todos esses aspectos somados fazem a diferença.

Em que pese o *gap* existente entre a força de trabalho e a demanda acentuada por serviços da SFA/SP, os resultados demonstram ações bem-sucedidas em muitos PIs, algumas ultrapassando as metas estabelecidas para o período como na conformidade da qualidade de produtos de origem animal, no controle da febre aftosa – São Paulo é área livre com vacinação (100% de cobertura da população bovina do Estado).

O RG da SFA/SP-2010 está estruturado e itemizado de acordo com os dispositivos específicos do TCU, para documentos de prestação de contas dessa natureza, destacando para a abordagem global dos 5 principais programas – inseridos no PPA 2008/2011 – e de suas respectivas 22 ações – de gerenciamento da SFA/SP, de forma de agrupar, no escopo de cada um deles, as informações relativas ao desempenho operacional com enfoque nos indicadores, unidades responsáveis, recursos, monitoramento e atingimento de metas.

Por se tratar de uma unidade descentralizada da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os itens 4-Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito, 7-Previdência Complementar Patrocinada, 8-Fluxo Financeiro de Projetos e Programas, 9-Renúncia Tributárias e 10-Operações de Fundos deixam de ser abordados neste RG, uma vez que não se aplicam à SFA/SP.

Destacam-se como principais realizações no exercício a aferição da qualidade de produtos de origem animal e vegetal, monitoramento da utilização de ferramentas da qualidade como as Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Controle de Pontos Críticos (APPCC), Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO), controle de pragas e doenças, inspeção e fiscalização da produção de insumos agropecuários, classificação de produtos vegetais, disseminação das práticas de agricultura orgânica, vigilância agropecuária internacional. Também merece menção a entrada em operação do piloto de um sistema de informatização denominado SISVIGIAGRO nos SVAs dos Aeroportos Internacionais de Guarulhos Viracopos, o que mesmo em caráter experimental já representa ganhos em termos de rapidez no atendimento e em desburocratização.

No que diz respeito a programas e planos para o próximo exercício de 2010, salvo mudança significativa nos cenários, continuarão em pauta que poderão implicar em realinhamentos e/ou incorporação de novas áreas - a execução dos programas e ações previstos no PPA 2008/2011, conjugados a um plano de melhorias e ação mais ousado, onde a inovação, a criatividade e o comprometimento da equipe multidisciplinar possam superar as limitações de recursos hoje impostas à administração federal.

Na área de gestão do atendimento estão programadas 2 pesquisas (junho e novembro), com utilização do instrumento IPPS, para medir a satisfação da cadeia cliente x cidadão x sociedade e também fornecer, ao lado da simplificação de processos, subsídios para o trabalho de elaboração da Carta de Serviços que visa a ampla divulgação dos prazos de atendimento, responsáveis pelos serviços, e requisitos para registros de estabelecimentos e produtos.

É propósito também da SFA/SP, tão logo seja redefinida a sua estrutura organizacional que, no momento, passa por um processo de modificação regimental, voltar a participar a partir de 2010 do Prêmio Nacional de Gestão Pública, PQGF, do qual foi finalista em 7 ciclos, com reconhecimento e premiação em 2002

(<sup>1</sup>) uma organização, pelo regulamento do PQGF, não pode ser reconhecida por três anos consecutivos na mesma categoria.

## 1. Identificação

### Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento		
Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo – SFA/SP	
Código SIORG: 2783	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130067
Situação	Ativo	
Natureza jurídica	Órgão Público	
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura		Código CNAE: 8413
Telefone/Fax	11-3284.6544	11-3284.6044
Endereço Eletrônico:	gab-sp@agricultura.gov.br	
Página institucional na <i>internet</i>	www.agricultura.gov.br	
Endereço Postal	Rua Treze de Maio, 1558 –Bela Vista – São Paulo/SP-CEP 01327-002	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	
Normativos de criação e alteração da UJ	Norma de criação: Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Norma que estabelece a estrutura: Decreto 7.127 de 04/03/2010 Regimento Interno: Portaria Ministerial n.º 300, de 16/06/2005	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ	Norma que centraliza a gestão das ações de defesa agropecuária, Portaria Ministerial n.º 184 de 13 de julho de 2007	
Unidades gestoras relacionadas à UJ	Nome	Código
	SFA/SP/FUNCAFE	130167
	PESCA	130008

## 2. Objetivos e metas institucionais

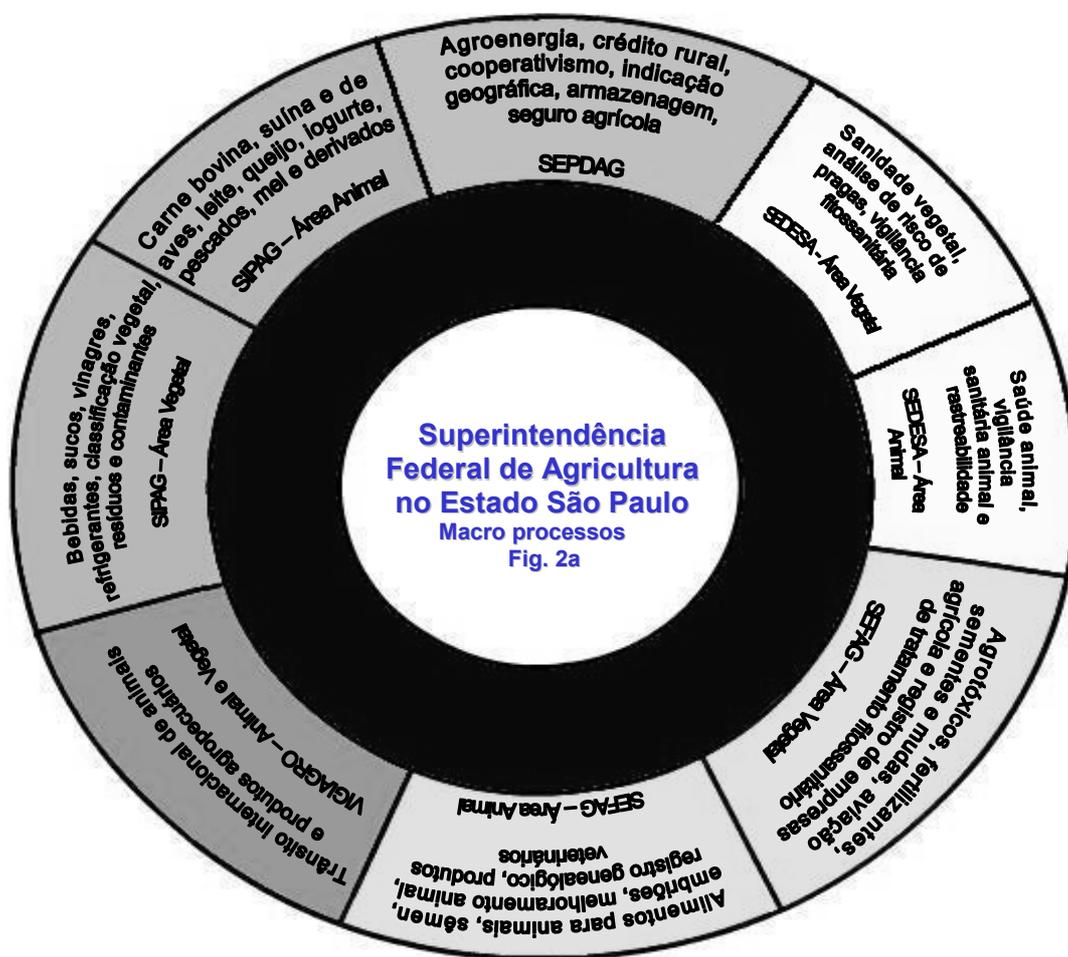
Os objetivos e metas institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, são fixados no Plano Estratégico, detalhados no Plano Plurianual, PPA, e consolidados no Orçamento Anual aprovado pelo Congresso Nacional. Contemplam os programas, projetos e as atividades prioritárias. As metas de desempenho institucional, de cada uma das unidades descentralizadas, são estabelecidas, levando-se em conta os requisitos das partes interessadas, seu espaço geográfico, suas características específicas, os recursos disponíveis, a natureza das atividades a serem desenvolvidas, os projetos e as prioridades a nível local.

## 2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da SFA/SP nas Políticas Públicas

A competência para o estabelecimento das metas organizacionais e institucionais é de cada um dos diretores e gerentes de programas, das várias Secretarias do MAPA. No que diz respeito às ações de natureza finalística, bem como das atividades-meio, a fixação do quantitativo muitas vezes pode ser compartilhada ou mesmo delegada aos executores locais, que elaboram um plano anual de trabalho, com metas físicas e financeiras que vão sendo realinhadas conforme o desempenho mensal e o surgimento de algum fato novo, o que é uma característica intrínseca do macro ambiente onde o MAPA opera.

### 2.1.1. Competência Institucional

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, SFA/SP, é uma unidade descentralizada do MAPA. Foi criada em decorrência da reestruturação das antigas Coordenadorias Regionais do Ministério da Agricultura, por força da Lei Delegada nr. 9 de 11 de outubro de 1962, tendo suas atribuições atuais definidas pela Portaria Ministerial 300/2005.



A SFA tem sob sua responsabilidade a execução das políticas públicas, as ações de estímulo à produção e registro dos estabelecimentos produtores, as ações de sanidade e qualidade agropecuária, a qualidade dos insumos utilizados no agronegócio, o estímulo ao incremento das exportações agrícolas e o controle sanitário das importações/exportações que passam pelo porto e aeroportos localizados no Estado de São Paulo. Na figura 2a estão representados os macro processos finalísticos dos serviços prestados pela SFA/SP junto ao maior mercado consumidos, ao maior parque industrial do País, e ao mais expressivo Porto de escoamento de produtos agropecuários da América Latina.

A SFA/SP congrega em seu corpo funcional uma equipe multidisciplinar, com destaque para a carreira de fiscais federais agropecuários e de agentes de inspeção federal agropecuária, que exercem um rigoroso trabalho para garantir a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal; a vigilância e o controle do trânsito internacional e interestadual; a inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal; as atividades de combate, erradicação e a prevenção de doenças dos animais e pragas vegetais.

### **2.1.2. Papel da unidade na execução das políticas públicas**

A SFA/SP, por sua posição geográfica, no contexto do agronegócio brasileiro, presta relevantes serviços na interlocução com os responsáveis pelo crescimento sustentável e a competitividade internacional. Neste sentido executa ações relacionadas à promoção da exportação, ao atendimento das missões estrangeiras, à promoção da infra-estrutura rural, controle da mecanização e aviação agrícola, modernização dos sistemas de produção de sementes, desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e dos sistemas de produção integrada e certificada.

No contexto da grave crise internacional de 2009, com seu reflexo sobre a economia brasileira, reduzindo drasticamente as atividades, pôde ser verificada a maturidade e o profissionalismo do setor rural que, com o apoio do governo federal, garantiu a oferta de alimentos à população e a geração de excedentes para o mercado externo. Aliás, o setor rural brasileiro foi o que melhor resistiu à crise mundial, uma vez que as exportações agropecuárias brasileiras em 2008 representavam 37 % do total exportado pelo país, e no final de 2009 chegaram a uma participação de 50% do total exportado. É necessário reconhecer a destacada importância e a decisiva participação de São Paulo neste contexto.

As medidas do Plano Agrícola e Pecuário, para a safra 2009/2010, garantiram a manutenção da trajetória ascendente do desempenho do agronegócio brasileiro. O aumento dos recursos financeiros para o crédito rural, a reformulação do PROGER Rural e o reforço do volume orçamentário para a subvenção ao prêmio do seguro rural e para o apoio à comercialização, tiveram destacada participação para o crescimento sustentável e a competitividade internacional do agronegócio nacional.

### **2.1.3. Missão Organizacional e Público Alvo**

Missão do MAPA: Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benéfico da Sociedade.

Público Alvo: O MAPA e a SFA/SP têm no setor primário, nos consumidores de alimentos, nos organismos públicos e privados ligados à agricultura e ao agronegócio, na missões internacionais e na sociedade em geral a sua mais importante clientela. Para melhor sinergia entre as partes interessadas, a SFA/SP criou, em 2005, o primeiro comitê de clientes da administração direta.

#### **2.1.4. Síntese das Realizações**

Ao avaliar os indicadores relacionados ao cumprimento da missão da SFA/SP, como órgão de execução das ações das políticas públicas para setor, é preciso se levar em consideração que, no ano de 2009, as demandas foram maximizadas pelo difícil cenário externo enfrentado pelo agronegócio, como também pelos problemas climáticos internos que prejudicaram a produção de grãos e atrasaram a colheita.

Em termos de cenário interno, continuou-se a conviver com um regimento inadequado que cerceia sobremaneira a gestão e somado a uma constante mudança na legislação interfere no desempenho técnico. Mesmo considerando o viés de aprimoramento, estes fatores geram a multiplicação do trabalho no registro de empresas e de produtos.

Uma grave preocupação a ser apontada dentro do cenário, que afeta diretamente a gestão da SFA/SP, está ligada à política de recursos humanos, notadamente quanto ao quadro de servidores de apoio à administração, que tem sido reduzido por aposentadorias, ausência de concursos de admissão e pela inexistência de uma carreira que os coloque em correlação com os servidores da área fim.

Foi neste macro ambiente que a SFA/SP deu sua contribuição de modo relevante para a segurança alimentar da população, para os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional. Na medida em que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e assim ficam asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial. Igualmente importantes foram as ações de saúde animal de combate à febre aftosa na bovinocultura e nas de controle de doenças na avicultura. Sequencialmente no RG pode ser visualizada a ampliação das ações para o controle e erradicação de pragas dos vegetais, o controle dos organismos geneticamente modificados (transgênicos) e o incentivo à agricultura orgânica.

## **2.2 - Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais:**

No PPA 2008/2011 – principal instrumento de gestão operacional do governo - estão inseridos as estratégias do MAPA por meio dos objetivos setoriais, programas e ações.

A estratégia de atuação do foi estabelecida pelas suas lideranças, a partir da missão (item 2.13) de forma conjunta e participativa visando a atender as suas competências legais de atuação como órgão gestor responsável pelas políticas agrícolas (produção, fomento, armazenagem, comercialização, abastecimento, defesa e inspeção agropecuária, pesquisa, agroenergia, cooperativismo e promoção internacional).

### **2.2.1 - Missão da Unidade**

A missão da SFA/SP reflete a missão maior do MAPA no Estado de São Paulo - “Contribuir para o desenvolvimento sustentável da agropecuária paulista no sentido de garantir produtos e serviços de qualidade e a segurança alimentar dos consumidores”.

### **2.2.2 – Mapa Estratégico**

As estratégias do Ministério da Agricultura e da SFA/SP para alcançar sua visão de futuro e cumprir sua missão institucional foram sintetizadas em um instrumento denominado Mapa

<b>Relação entre Estratégias, Objetivos Estratégicos, Iniciativas do Plano de ação e o Alinhamento</b>			
<b>Estratégias da SFA/SP</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Planos de Ação Iniciativas</b>	<b>Alinhamento</b>
Garantir produtos e serviços de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- oferecer produtos sadios à sociedade</li> <li>- melhorar a imagem da organização</li> <li>- atender requisitos legais</li> <li>- garantir a segurança alimentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realizar de auditorias/inspeções /fiscalizações</li> <li>- implantar das ações decorrentes de auditorias</li> <li>- elaborar POPs para as ações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metas do PPA</li> <li>- Missão e Visão institucionais</li> <li>- Planos de Melhoria</li> <li>- Resultados Estratégicos</li> </ul>
Promover a disseminação de conhecimentos e tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- impulsionar o desenv. de atuação</li> <li>- estimular a agregação de valor à agropecuária</li> <li>- garantir acesso a TI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realizar reuniões, seminários, palestras e cursos</li> <li>Promover benchmarking</li> <li>Participar de feiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Missão e Visão Institucionais</li> <li>- Plano de melhorias</li> </ul>
Fortalecer a gestão estratégica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aumentar a eficiência e eficácia dos trabalhos</li> <li>- simplificar processos.</li> <li>- promover a cultura da excelência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- implantar sistemas de gestão da Qualidade</li> <li>- Monitorar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metas MAPA</li> <li>- Visão de futuro</li> <li>- Plano de Melhorias</li> </ul>
Disseminar informações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- melhorar o entendimento entre as partes interessadas</li> <li>- criar mecanismos seguros para tomada de decisão</li> <li>- sistematizar a Comunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- promover reuniões periódicas com as partes interessadas</li> <li>- Promover a descentralização das decisões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de Excelência em Gestão Pública MEGP</li> <li>- Mapa Estratégico</li> </ul>
Valorizar e reconhecer o trabalho dos servidores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estimular o envolvimento e o comprometimento dos servidores</li> <li>- incentivar o comprometimento com os valores e o comportamento ético</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- gerenciar de forma matricial a participação das pessoas nos processos organizacionais</li> <li>- promover o Prêmio SFA-Qualidade</li> <li>- buscar novos critérios de avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Visão de futuro</li> </ul>
Garantir a satisfação dos clientes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atender à missão e visão de futuro</li> <li>- dar maior rapidez ao atendimento com ações de desburocratização, descentralização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realizar pesquisa de satisfação de clientes</li> <li>- participar dos certames de qualidade - PQGF</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metas do Mapa</li> <li>- Missão institucional e visão de futuro</li> <li>- plano de melhorias</li> </ul>
Incentivar a agropecuária paulista a adotar as ferramentas da qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- elevar o grau de eficiência do segmento</li> <li>- buscar parcerias para adoção de novas tecnologias (APPCC, BPF e PPHO)</li> <li>- melhorar a competitividade no agronegócio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realizar convênios com órgãos públicos e entidades de classe</li> <li>- incentivar a realização de cursos e seminários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Missão</li> <li>- Plano de Melhorias</li> </ul>

Fig.2b

Estratégico que é uma representação gráfica dos 18 objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas de análise sob o ponto de vista da sociedade, do agronegócio e dos parceiros, dos processos internos, das pessoas, aprendizado e crescimento (ver Anexo II). Na fig. 2b, pode-se acompanhar a correspondência entre estratégias, objetivos estratégicos, iniciativas do plano de ação e o correspondente alinhamento.

A adoção do Mapa Estratégico apresenta, em toda a estrutura do Ministério, resultados significativos no que se refere cultura organizacional, o que possibilita melhor medição e integração das ações, aprendizado em equipes, compartilhamento de missão e valores, percepção do valor da cooperação e de comprometimento em busca de objetivos comuns.

### **2.3. PROGRAMAS**

---

A gestão operacional dos principais programas e ações da SFA/SP é atribuição da Divisão Técnica, DT, composta por unidades centrais e descentralizadas, responsáveis pela fiscalização de insumos agropecuários, inspeção de produtos de origem animal e vegetal e defesa agropecuária, além de ações de política e desenvolvimento agropecuário. Estas ações são executadas pelos seguintes unidades (ver Fig. 2a e organograma, Anexo II): Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SP); Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT/SP); Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT/SP); Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT/SP) e Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/DT/SP).

A Divisão também coordena e supervisiona três Serviços de Vigilância Agropecuária, SVAs no Porto de Santos e nos Aeroporto Internacionais de Viracopos e Guarulhos.

A Divisão Técnica conta ainda com 09 (nove) Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA/DT-SP), instaladas no Estado de São Paulo, nos seguintes municípios e respectivas microregiões: Araraquara, Araçatuba, Botucatu, Campinas, Guaratinguetá, Iperó na fazenda Ipanema (local onde também está localizado o Laboratório de Classificação Vegetal), Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Em 2006, foram atrelados à estrutura organizacional da SFA/SP o Centro de Desenvolvimento Agropecuário (CDA) e o Centro de Mecanização e Aviação Agrícola (CMA) em processo de instalação na fazenda Ipanema no Município de Iperó/SP.

É importante destacar que o Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos, SISBOV, passou, em 2008, a ser executado sob a coordenação do gabinete da Divisão Técnica. A inspeção de frutas cítricas com destino a Comunidade Européia, outra importante ação sob a orientação direta da Divisão Técnica foi realizada por 10 FFAs, que expediram 959 Certificados Fitossanitários Internacionais, relativos a 19.089 toneladas de frutas cítricas.

A abordagem a respeito do desempenho global da SFA/SP será focalizada a seguir de acordo com os itens e critérios estabelecidos pelo TCU.

Os principais programas da SFA/SP são:

2.3.1. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.3.2. Programa 0357 – Segurança na Sanidade na Agropecuária

2.3.3. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2.3.4. Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

2.3.5. Programa: 0750 – Apoio Administrativo

### ***2.3.1 - Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas***

Descrição do Programa:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a Segurança Alimentar
Objetivo Específico	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Responsável pelo Programa	Esequiel Liuson - Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários-SIPAG Patrícia Pozzetti – Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária-SEDESA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidores.

#### **PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

##### ***2.3.1.1. - Ação 8938 – INSPANIMAL3- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal***

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, Responsáveis Técnicos – RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem

animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Unidade Executora Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG

As atividades de Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) nos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

**Indicadores de Desempenho**

**Tabela 1**

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Mnemônico</b>	<b>Fórmula do indicador</b>
Eficácia	Conformidade de análises laboratoriais de produtos de origem animal	IQ cal =	$\frac{N^{\circ} \text{ de amostras em conformidade} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de amostras verificadas}}$
Eficácia	Achados de cisticercose em bovinos	IQ acb =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de cisticercose em bovinos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de bovinos abatidos}}$
Eficácia	Achados de pneumonia em suínos	IQ aps =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de pneumonia em suínos} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados de ascite em aves	IQ aas =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de ascite em aves} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Eficácia	Achados de aerossaculite em aves	IQ aaa =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de aerossaculite em aves} \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Produção	Processos analisados e tramitados no ano	IP esa 1 =	$\frac{N^{\circ} \text{ processos analisados}}{\text{Ano}}$
Produção	Rótulos analisados e tramitados no ano	IP esa 2 =	$\frac{N^{\circ} \text{ rótulos analisados}}{\text{Ano}}$

Os resultados obtidos nos diferentes processos executados pelo SIPAG são apresentados nas tabelas abaixo.

**Tabela 2**

**RELAÇÃO DE ESTABELECEMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) E ESTABELECEMENTOS RELACIONADOS (ER)**

	2005	2006	2007	2008	2009
Matadouros Frigoríficos Bovinos/Suínos e outros	62	61	61	60	63
Matadouros de aves e coelhos	49	48	48	49	52
Entrepósitos Frigoríficos	28	29	35	36	48
Entrepósitos de Carnes e Derivados	113	113	116	101	100
Fábricas de Conservas	125	118	116	116	115
Fábricas de Produtos não-comestíveis	31	34	35	36	39
Fábrica de produtos suínos	1	2	2	2	2
Triparias	10	10	10	10	8
Entrepósitos de Mel e Cera de Abelhas	75	76	70	67	65
Fábricas de Produtos Gordurosos	5	6	6	6	2
Entrepósitos de Pescados	42	46	36	35	35
Fábricas de Conservas de Pescados	13	13	13	11	11
Barcos Fábricas de Conservas de Pescados	2	2	2	2	1

Entrepósitos de ovos	55	46	54	55	50
Fábricas de Conservas de Ovos	17	17	13	17	19
Granjas Avícolas	230	230	230	210	195
Usinas de Beneficiamento	80	79	41	40	39
Fábricas de Laticínios	96	93	82	78	78
Granjas Leiteiras	7	8	2	4	3
Postos de Refrigeração	18	14	14	17	20
Estábulos leiteiros	952	952	952	952	812
Fábricas de Coalho e coagulantes	2	2	2	2	0
Casas Atacadistas	332	332	332	309	311
Cestas Básicas	56	56	56	36	39
Apiários	6	6	4	3	3
Entrepósitos de mel e Cera de Abelhas (ER)	10	8	8	5	8
Total	2417	2401	2340	2259	3394

Fonte: SIPAG/SP

### Avaliação laboratorial de produtos de origem animal e água de abastecimento

Um dos indicadores de eficácia das ações desenvolvidas são as informações relativas às análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água. As amostras são coletadas na indústria, seguindo uma programação anual divulgada pelo SIPAG, ou no consumo em reinspeções de rotina.

**Tabela 3**

Resultados de Análises Laboratoriais de Carne, Leite, Mel, Ovos, Pescado e Derivados e Água						
	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Conforme	8.684	8.754	3.134	11.087	47.631	
<b>IQ cal %</b>	<b>93</b>	<b>94,9</b>	<b>90</b>	<b>94</b>	<b>96,52</b>	<b>90</b>

Fonte: SIPAG/SP

No SIPAG, no ano de 2009, as inspeções Federais locais (IIFF) avaliaram cerca de 49.350 mil resultados, com 47.631 resultados conformes e 1350 resultados não conformes.

O índice de conformidade de produtos representado pelo indicador IQ cal demonstra que no âmbito industrial, os procedimentos de produção e de inspeção de carnes, leite, mel, ovos, pescado e seus derivados apresentam-se dentro do padrão esperado de conformidade.

### Inspeção de estabelecimentos

A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal abrange os animais de açougue, a caça, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e seus subprodutos derivados. A inspeção abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário a inspeção *ante e post mortem* dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos destinados à alimentação humana. A inspeção é privativa da Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio interestadual ou internacional.

Neste segmento estão as indústrias de pequeno e médio porte que tem papel fundamental, considerando o aspecto social e econômico locais. Também se inserem neste contexto as empresas nacionais de grande porte, sendo que algumas destas possuem relevância internacional na produção de alimentos de origem animal.

### Inspeção e Abate de bovinos, suínos e aves

**Tabela 4**

ABATE DE ANIMAIS – NÚMERO DE ANIMAIS (X 1.000 CABEÇAS)					
Espécie	2005	2006	2007	2008	2009
Bovinos	4.266	3.955	4.005	3.733	3.192
Suínos	1.300	1.407	1.573	1.590	1.407

Aves	630.341	642.392	671.327	723.269	652.669
Caprinos	5,2	8,7	8,8	7	15
Ovinos	635.963	647.764	676.915	728.600	657.285
<b>Total</b>	<b>4.266</b>	<b>3.955</b>	<b>4.005</b>	<b>3.733</b>	<b>3.192</b>

Fonte: SIPAG/SP

Dentre as atividades de inspeção em estabelecimentos de bovinos, suínos e aves os procedimentos de inspeção *ante e post mortem* são importantes não só para o diagnóstico das doenças relacionadas à saúde animal que pautam as políticas públicas de prevenção e controle sanitários, mas, sobretudo, representam a mais efetiva barreira no controle de zoonoses e preservação da saúde pública.

### Inspeção de bovinos e suínos

		2005			2006			2007			2008			2009		
1	Causa	Qtde.	%	Causa	Qtde.	%										
2	Tuberculose	242	38,6	Tuberculose	138	40,7	Cisticercose	330	24,5	Contaminação	1032	31,71	Tuberculose	306	25,76	
3	Cisticercose	98	15,6	Cisticercose	74	21,8	Tuberculose	291	21,6	Cisticercose	814	26,85	Cisticercose	197	16,58	
4	Contusão	72	11,5	Caquexia	31	9,1	Caquexia	6	0,4	Tuberculose	776	23,84	Contusão	53	4,46	
5	Outras	215	34,3	Outras	96	28,3	Outras	720	53,4	Outras	572	17,57	Outras	632	53,20	
Total Condenado		627			339			1.347			3.254			1.188		
Total Abatido		4.266.077			3.955.943			4.005.651			3.733.679			3.192.918		
IQ acb		3,19%			1,30%			2,24%			2,97%			2,72%		

Fonte: SIPAG/SP

No exercício de 2009, os estabelecimentos sob Inspeção Federal abateram 3.192.918 cabeças de bovinos, sendo que deste montante 86.903 carcaças foram seqüestradas pelo SIF por apresentarem cisticercose, das quais 197 foram condenadas. O índice IQacb, que avalia os achados de cisticercose bovina, tem se mantido estável ao longo dos quatro anos avaliados.

Já em relação aos abates de suínos, em 2009 os estabelecimentos sob Inspeção Federal abateram 1.407.281 animais, sendo que destes, cerca de 891 carcaças foram seqüestradas pelo SIF por apresentarem pneumonias. Das carcaças apreendidas, 807 foram efetivamente condenadas em decorrências das lesões de pneumonia apresentadas, tendo esse índice não apresentado diferença significativa em relação ao ano de 2008.

Causa	2006	%	Causa	2007		Causa	2008	%	Causa	2009	%
Carne Fermentada	1376	49,64	Carne Fermentada	3350	49,64	Recolhidos mortos	2546	48,68	Pneumonia	807	15,57
Carnes magras	369	13,31	Pneumonia	856	13,31	Carne Fermentada	1130	21,61	Abscesso / Lesão supurada	2345	45,23
Pneumonia	212	7,65	Recolhidos mortos	278	7,65	Pneumonia	930	20,4	Contusão	675	13,02
Outras Causas	815	29,4	Outras causas	747	29,4	Outras causas	486	9,29	Outras causas	1357	26,18

Total	2772	100	Total	5231	100	Total	5229	100	Total	5184	100
Nº.Total animais Abatidos	1.407.348		1.573.405		1.590.638		1.407.281				
<b>IQ aps</b>	<b>0,024%</b>		<b>0,06%</b>		<b>0,06%</b>		<b>0,06%</b>				

Fonte: SIPAG/SP

### Inspeção de Aves e Ovos

Em 2009, os estabelecimentos sob Inspeção Federal no Estado de São Paulo abateram 652.669.405 aves, sendo que deste montante 736.678 e 1.140.556 carcaças foram interceptadas pelo SIF por apresentarem ascite e aerossaculite, respectivamente. Destas carcaças, 263.111 foram condenadas por ascite e 103.399 foram condenadas por aerossaculite.

**Tabela 7**

#### Causas de condenação total de carcaças de aves em estabelecimentos subordinado ao SIF no Estado de São Paulo

		2006		2007		2008		2009				
Causa	Quantidade	% total	Causa	Quantidade	% total	Causa	Quantidade	% Total	Causa	Quantidade	% Total	
1	Outros	515.206	23	Aspecto Repugnante	576.379	20,7	Aspecto Repugnante	1.044.199	24,9	Aspecto Repugnante	897.999	27,10
2	Aspecto Repugnante	339.852	15	Outros	572.460	20,6	Outros	958.004	22,84	Caquexia	588.584	17,76
3	Contaminação	338.953	15	Caquexia	478.348	17,2	Caquexia	674.519	16,08	Outros	578.853	17,47
4	Caquexia	305.235	13	Hepatite	380.857	17,2	Hepatite	575.639	13,72	Hepatite	536.366	16,18
5	Hepatite	258.810	11	Lesão Traumática	218.235	7,8	Lesão Traumática	258.777	6,17	Síndrome Ascítica	263.111	7,94
6	Síndrome Ascítica	205.505	9	Septicemia	167.653	6,0	Síndrome Ascítica	237.886	4,5	Septicemia	132.221	3,99
7	Septicemia	118.417	5,2	Síndrome Ascítica	135.422	4,87	Aerossaculite	135.672	3,84	Aerossaculite	103.399	3,12
8	Lesão Traumática	78.421	3,4	Contaminação	133.828	4,81	Septicemia	153.174	3,65	Contaminação	87.654	2,64
9	Aerossaculite	76.248	3,3	Aerossaculite	114.219	4,1	Contaminação	110.068	2,62	Contusão	81.643	2,46
10	Contusão	51.189	2,2	Contusão	30.173	1,08	Contusão	68.451	1,63	Lesão Traumática	44.409	1,34
Total condenado		2.287.837	100	Total condenado	2.780.366	100	Total condenado	4.192.864	100	Total condenado	3.314.239	100
Total Abatido		642.392.435		Total Abatido	671.327.381		Total Abatido	723.269.129		Total Abatido	652.669.405	
	IQ aaa	0,012%		IQ aaa	0,09%		IQ aaa	0,13		IQ aaa	0,17	
	IQ aas	0,032%		IQ aas	0,09 %		IQ aas	0,12		IQ aas	0,11	

Fonte: SIPAG/SP

### Inspeção de estabelecimentos de pescados e derivados

Os resultados das inspeções evidenciam que a principal causa de condenação do pescado continua sendo odor estranho, em virtude da degradação protéica do pescado quando este é mantido fora das condições ideais de conservação. Grande parte destas condenações ocorrem devido à condições inadequadas de manipulação e armazenamento a bordo, o que nos sugere a necessidade de intensificação em relação às atividades de inspeção neste setor. Visando atingir esse objetivo, a Assessoria de Pescado do SIPAG centralizou a programação de supervisões em estabelecimentos de Pescados, buscando intensificar a verificação da implantação do programas de autocontrole por parte das empresas.

#### CONDENAÇÃO TOTAL DE PESCADOS REALIZADA PELA INSPEÇÃO FEDERAL - KG

**Tabela 8**

Animal / Produto	Motivo de Condenação	2006	2007	2008	2009
Crustáceo Liofilizado	Odor estranho	153	177	25	-
File de Peixe Congelado	Odor estranho	1.458	1.781	5.510	16.003
Molusco Liofilizado	Odor estranho	-	-	-	-
Outros	Odor estranho	7.118	8.838	420	6

Peixe Congelado Em Postas	Odor estranho	558	226	1.320	2.277
Peixe Eviscerado Congelado	Odor estranho	2482	613	2.818	9.116
Peixe Inteiro Congelado	Odor estranho	132	38	816	4.290
Sevelha	Fora dos Limites Para Peixe Fresco	-	-	-	-
File de Peixe Congelado Merluza	Aspecto Repugnante	6.228	-	-	-
File de Peixe Fresco	Caracteres Organolépticos	-	-	-	-
Peixe Eviscerado Fresco	Caracteres Organolépticos	-	-	-	-
Peixe Fresco Inteiro	Aspecto repugnante	8.032	13.438	72.082	-
Camarão congelado	Odor estranho	-	-	1.007	1.723
Lula congelada	Odor estranho	-	-	182	-
Tilápia	Caracteres Organolépticos	-	-	14.504	5.204
Truta	Lesão traumática	-	-	31	-
Total		26.161	25.111	98.715	38.619

Fonte: SIPAG/SP

### Inspeção de Leites e Derivados

No ano de 2009, foi verificada a condenação de 6.172.277 Litros de leite.

**Tabela 9**

Causas de Condenação / Quantidade em Litros	2006	2007	2008	2009
Acidez	16.140.608	6.208.049	1.945.901	301.308
Carga bacteriana acima do padrão	3.591.392	10.299.092	661.000	1.087.224
Leite fisiologicamente anormal	2.405.188	2.240	6.985	5.327
Aguagem	246.589	299.169	445.882	807.796
Embalagem Defeituosa	928.821	1.542.057	1.042.037	936.056
Prazo Validade (Comercialização)	4.087.574	1.100.469	956.572	493.134
Outras causas	9.137.890	5.642.398	1.572.070	2.541.432
Total	22.039.854	25.093.474	6.630.447	6.172.277

Fonte: SIPAG/SP

### Supervisões em Estabelecimentos de Bovinos e Suínos

O SIPAG avalia o desempenho dos estabelecimentos de carne e derivados, através de supervisões e também das atividades rotineiras de inspeção. O objetivo principal das supervisões é verificar a aplicação dos programas de autocontroles dos estabelecimentos. As principais ferramentas de qualidade verificadas são BPF, PPHO e APPCC.

Supervisões em Estabelecimentos de Carne e Derivados				Tabela 10
2005	2006	2007	2008	2009
20	122	215	417	365

Fonte: SIPAG/SP

De acordo com a categoria do estabelecimento e habilitação para exportação, as frequências de supervisões anuais se alteram, sendo exigidas 06 supervisões anuais em estabelecimentos habilitados para os Estados Unidos, 04 supervisões anuais em estabelecimentos habilitados para a União Européia e 01 supervisão semestral em estabelecimentos da lista geral de exportadores e mercado interno.

Neste ano de 2009 o SIPAG assumiu a programação das supervisões de Estados Unidos da América e da União Européia, ficando sob responsabilidade das UTRAs a programação de Supervisões de estabelecimentos que integram a Lista Geral de Exportadores e com produção destinada ao Mercado Interno.

### Supervisões em Abatedouros de Aves

Em 2009 foram realizadas 86 supervisões estaduais em abatedouros de aves, complementadas por 18 auditorias realizadas pela DICA/O/CGI/DIPOA com o objetivo de verificar a aplicação dos programas de autocontroles, bem como reforçar a fiscalização de questões relacionadas à fraude por água no frango. Como parte do programa complementar de combate a

fraude em carne de aves, foram realizadas 85 análises periciais em amostras coletadas no varejo, além de 255 testes de gotejamento (“dripping test”) em frangos produzidos em estabelecimentos registrados junto ao DIPOA/MAPA.

Como resultado destas fiscalizações, observou-se redução significativa na ocorrência deste tipo de fraude, fato comprovado pelo número de denúncias recebidas em 2009 comparativamente a 2008, bem como o número de amostras coletadas que exibiram resultados de análise fora do padrão para a absorção de água.

SUPERVISÕES EM ESTABELECEMENTOS DE AVES					Tabela 11
2005	2006	2007	2008	2009	
38	50	96	190	86	

Fonte: SIPAG/SP

### Supervisão em Estabelecimentos de Leites e Derivados

No ano de 2009, o SIPAG realizou supervisões nos estabelecimentos de leite e derivados que visaram avaliar as BPF's e o PPHO e Programas de Combate à fraude no leite, classificando os estabelecimentos de acordo com o número de não conformidades avaliadas durante o processo, além de reforçar a fiscalização de questões relacionadas à fraude do leite.

Dos 90 estabelecimentos supervisionados em 2009, 88,88% dos estabelecimentos obtiveram a classificação A ou B e 11,11% foram enquadrados no grupo C, em virtude de deficiências relativas ao atendimento às Boas Práticas de Fabricação, Procedimentos Padrão de Higiene Operacional e condições de suas instalações. A classificação “D” foi extinta pelo Departamento de Inspeção de Leite e Mel, do DIPOA, em 2009. Visando a correção dos resultados que se apresentaram Não Conformes, foram elaborados planos de monitoramento e acompanhamento dos estabelecimentos em questão.

ESTABELECEMENTOS DE LATICÍNIOS SUPERVISIONADOS ENTRE 2005 E 2009 (%)						Tabela 12
Classificação dos estabelecimentos	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
A	24,29	35,56	25,80	30,34	36,66	
B	42,14	35,56	41,29	43,82	52,22	
C	15,00	17,78	8,38	5,61	11,11	
D	18,57	11,11	25,51	20,22	-	
A+B	66,43	71,11	67,09	74,16	88,88	70%

Fonte: SIPAG/SP

### Supervisão mel e produtos apícolas

Em relação aos 36 estabelecimentos supervisionados em 2009, 86,1% dos estabelecimentos obtiveram a classificação A ou B e 13,9% foram enquadrados no grupo D, em virtude de irregularidades relacionadas à implantação de Boas Práticas de Fabricação, Procedimentos Padrão de Higiene Operacional e condições de suas instalações. Também visando à adequação dos estabelecimentos com pior enquadramento, foram elaborados planos de monitoramento e acompanhamento desses estabelecimentos.

SUPERVISÃO EM ESTABELECEMENTOS DE MEL E PRODUTOS APÍCOLAS								Tabela 13
Avaliação	2006		2007		2008		2009	
	N.º estab.	%	N.º estab.	%	N.º estab.	%	N.º estab.	%
A	8	66,7	14	62,9	22	88	25	69,4
B	4	33,3	3	14,3	2	8	6	16,7
C	0	0	1	4,7	1	4	0	0
D	0	0	4	19,4	0	0	5	13,9
A + B	12	100	17	76,2	24	96	31	86,1
Total	12		22		25		36	

Fonte: SIPAG/SP

### Registro de Estabelecimentos

No Ano de 2009, as ações do SIPAG se concentraram em 734 estabelecimentos registrados, além de 2664 estabelecimentos relacionados situados no Estado de São Paulo.

REGISTRO /RELACIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO				Tabela 14
	2006	2007	2008	2009
Instalação de SIF	38	12	19	26
Cancelamento do SIF	45	46	47	45
Cancelamento do ER	24	25	29	35
Relacionamento de ER/Revalidação de ER	10	75	132	187

Fonte: SIPAG/SP

### Aprovação de registro de rótulo de produtos

No ano de 2009 foram analisados 4.931 rótulos conforme apresentado no quadro abaixo. Tendo em vista o número de indeferimentos ainda bastante representativo, durante o ano de 2009 foram realizados 04 (quatro) treinamentos visando alinhar procedimentos para análise de rotulagem no Estado de São Paulo. Na área de carnes já se observa uma melhora progressiva nos índices de deferimento destes rótulos. **Tabela 15**

RÓTULOS ANALISADOS	2005	2006	2007	2008	2009
Leite e derivados	1124	875	791	1047	1128
Deferido %	83,4	73,4	66,0	70,0	54,2
Carnes, ovos e mel	1938	2534	2073	3347	3658
Deferido %	51,0	54,6	52,3	55,8	64,6
Pescado e derivados	75	243	97	131	145
Deferido %	93,3	71,6	12,0	47,3	53,1
<b>Total rótulos analisados / ano (IP esa 2)</b>	<b>3.137</b>	<b>3.652</b>	<b>2.961</b>	<b>4.525</b>	<b>4.931</b>

Fonte: SIPAG/SP

### Autuações e demais Penalidades

O SIPAG dispõe de um sistema de controle das autuações aplicadas às empresas inspecionadas, mantendo dessa forma um histórico atualizado das mesmas. Este histórico é considerado no julgamento das infrações à legislação sanitária vigente.

AUTOS DE INFRAÇÃO E AUTOS DE MULTA APLICADOS						Tabela 16
	2005	2006	2007	2008	2009	
Nº.de Autos de multa	69	62	133	326	659	
Nº.de Termo de Advertência	61	62	59	128	103	
Nº.de Cobrança Judicial	20	22	11	50	508	
Nº.de Autos de Infração	188	183	203	465	447	
Nº.de Autos de infração Cancelados	-	03	0	1	26	

Fonte: SIPAG/SP

As punições em decorrência de infrações à legislação sanitária variam desde a advertência até a aplicação de multa, independente dos procedimentos de apreensão, inutilização do produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento, que podem ser adotados.

A principal causa do aumento nos números autos de multa, gerados no ano de 2009 foram as irregularidades observadas em relação à emissão de Certificados Sanitários Internacionais, em um caso pontual, que levou a emissão de aproximadamente 300 autos de multas para o mesmo estabelecimento. Podemos notar, portanto, que se repetiu o número de irregularidades de 2008 para 2009.

### Melhoria dos Diversos Processos

Os diversos processos aqui apresentados possuem metas. Na gestão buscam-se indicadores para verificar o alcance ou não das metas e tem como objetivo sempre aplicar o conceito do Ciclo PDCA – P (*plan*: planejar), D (*do*: fazer, executar), C (*check*: verificar, controlar), e finalmente o A (*act*: agir, atuar corretivamente). , de forma a manter a melhoria contínua dos diversos processos,

serviços e produtos de inspeção e fiscalização de Produtos de Origem Animal oferecidos à população.

**METAS FÍSICAS E RESULTADOS DA AÇÃO – SUPERVISÕES**

**Tabela 17**

	2008			2009		
	Realizado	Meta	Percentual	Realizado	Meta	Percentual
Supervisão de Estabelecimento de Carnes e Derivados/	413	507	81,5%	365	474	77%
Supervisão de Estabelecimento Leite e Derivados/	192	152	126,3%	120	152	78,95%
Supervisão de Estabelecimento de Aves e Coelhos/	207	52	398,0%	86	97	88,66%
Supervisão de Estabelecimento de Pescado e Derivados/	44	68	64,7%	93	68	136,76%
Supervisão de Estabelecimento de Produtos Apícolas/	47	72	65,2%	22	72	30,56%
Supervisão de Estabelecimento de Ovos e Derivados/	7	14	50,0%	25	14	178,57%
Supervisão de Estabelecimento de Produtos Não Comestíveis	41	30	136,6%	75	36	208,33%
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>895</b>	<b>106,2</b>	<b>786</b>	<b>913</b>	<b>86,1%</b>

Fonte: SIPAG/SP

No caso das supervisões, algumas das metas não puderam ser alcançadas devido à grande demanda dos técnicos responsáveis por outras atividades, sendo que o principal demandante destas atividades (as quais constituem-se, em grande parte, de supervisões em estabelecimentos localizados em outros estados da Federação) foi o órgão central (DIPOA).

**METAS FÍSICAS E RESULTADOS DA AÇÃO – RÓTULOS ANALISADOS**

**Tabela 18**

	2008			2009		
	Realizado	Meta	Percentual	Realizado	Meta	Percentual
Análise de Rótulos e Registros de Carne e Derivados	2868	1813	158,2%	3034	1813	167,3%
Análise de Rótulos e Registros de Leite e Derivados	1178	791	148,9%	1128	791	142,6%
Análise de Rótulos e Registros de Pescado e Derivados	131	97	135,1%	145	97	149,5%
Análise de Rótulos e Registros de Ovos e Derivados	443	486	91,1%	357	486	73,4%
Análise de Rótulos e Registros de Mel e Apícolas	226	100	226,0%	267	100	267%
<b>Total</b>	<b>4846</b>	<b>3294</b>	<b>147,1%</b>	<b>4931</b>	<b>3287</b>	<b>150,0%</b>

Fonte: SIPAG/SP

**METAS FÍSICAS E RESULTADOS DA AÇÃO – RÓTULOS APROVADOS**

**Tabela 19**

	2008			2009		
	Realizado	Meta	Percentual	Realizado	Meta	Percentual
Aprovação de Rótulos e Registros de Carne e Derivados	1638	1038	157,8%	1943	1038	187,2%
Aprovação de Rótulos e Registros de Leite e Derivados	821	593	138,4%	611	593	103,0%
Aprovação de Rótulos e Registros de Pescado e Derivados	62	29	213,8%	77	29	265,5%
Aprovação de Rótulos e Registros de Ovos e Derivados	225	80	281,2%	258	80	322,5%
Aprovação de Rótulos e Registros de Mel e Apícolas	109	58	187,9%	164	58	282,8%
<b>Total</b>	<b>2855</b>	<b>1798</b>	<b>158,8%</b>	<b>3053</b>	<b>1798</b>	<b>169,8%</b>

Fonte: SIPAG/SP

**METAS FÍSICAS E RESULTADOS DA AÇÃO PRODUTOS PROGRAMADOS PARA 2009- ATIVIDADES DE INSPEÇÃO**

**Tabela 20**

	Realizado	Meta	%
--	-----------	------	---

Inspeção em Matadouro Frigorífico	13608	13608	100
Inspeção em Fábrica de Conserva de Carnes e Derivados	10532	10532	100
Inspeção em Fábrica de Produtos Suínos	96	96	100
Inspeção em Fábrica de Produtos Gordurosos	144	144	100
Inspeção em Entrepostos de Carne e Derivados	9790	9790	100
Inspeção em Fábrica de Produtos não Comestíveis	760	760	100
Inspeção em Matadouro de Aves e Coelhos	8748	8748	100
Inspeção em Entreposto Frigorífico de Carne e Derivados	3060	3060	100
Inspeção em Entreposto de Ovos e Derivados	601	601	100
Inspeção em Fábrica de Conservas de Ovos	697	697	100
Inspeção em Granja Leiteira	720	720	100
Inspeção em Postos de Refrigeração de Leite e Derivados	1	1	100
Inspeção de Coalhos e Coagulantes	0	0	100
Inspeção em Usina de Beneficiamento de Leite e derivados	5250	5250	100
Inspeção em Fábrica de Laticínios	3308	3308	100
Inspeção em Entreposto de Usina De Leite e Derivados	450	450	100
Inspeção em Entreposto de Laticínios	236	236	100
Inspeção em Granjas Avícolas	93	93	100
Inspeção em Entreposto de Mel e Cera de Abelha	5222	5222	100
Inspeção em Entreposto de Pescado e Derivados	21823	21823	100
Inspeção em Fábrica de Conserva de Pescado e Derivados	577	577	100

Fonte: SIPAG/SP

### Principais recursos humanos envolvidos

**Tabela 21**

CARGO	NÚMERO
Agente de Atividades Agropecuárias	06
Agente de Inspeção	527
Fiscal Federal. Agropecuário	165
Auxiliar de Laboratório	01
Auxiliar Operações Agropecuárias	08
Pesquisador em Ciências Ex. Nat.	06
Técnico Agropecuário	01
Técnico de Laboratório	01

Fonte: SIPAG/SP

### PROCESSOS ANALISADOS E TRAMITADOS NOS ANOS DE 2007 E 2008

**Tabela 22**

	2007	2008	2009
<b>Total (IP esa 1)</b>	4.383	27.961	37.469

Fonte: SIPAG/SP

### Recursos Financeiros

**Tabela 23**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar ate 28.02)	A EXECUTAR
339014	407.123,43	461.366,47	446.422,48	---	
339030	70.708,00	37.499,95	35.354,26	213.08	
339033	104.503,20	124.500,00	123.907,39	---	
339039	14.306,00	3.000,00	1.489,02	---	
339036	0,00	206,16	206,16	---	
339093	2.500,00	30.000,00	20.551,22	8.697,98	
<b>SUB TOTAL</b>		656.572,58	627.930,53	8.911,06	
449052		277.103,80	74.588,88	3.124,94	199.729,96*

TOTAL	599.140,63	----	----	----
-------	------------	------	------	------

\* foram adquiridos veículos e material de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento  
 Fonte: SIPAG/SP e SIAFI

**Tabela 24**

RESUMO GERAL DA AÇÃO				
	PROGRAMADO	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
FINANCEIRO	599.140,63	656.572,58	636.841,59	96,99%
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%
META SIPLAN (estabel.inspecionado)	761	761	761	100

Fonte: SIPAG/SP; SIPLAN E SIAFI

**2.3.1.2 - Ação 4746 – PADCLASSIF: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais**

**Dados Gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

O SIPAG, em consonância com a Portaria 300/2006, amparado na Lei 9.972 de 25/05/2000 e do Decreto nº 6.268 de 23/11/2007 executa as seguintes atividades e processos na área de Qualidade Vegetal: fiscaliza a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados; credencia e fiscaliza as entidades prestadoras de serviço de classificação vegetal; subsidia a elaboração ou alteração de padrões e especificações destes produtos junto à Coordenação Geral da Qualidade Vegetal/MAPA. Na execução dessas ações, conta com dois FFAs atuando de modo exclusivo na sede, além de 18 que atuam de modo compartilhado com outros programas, resultando num equivalente técnico em 2009 de 555 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de oito Agentes de Atividade Agropecuária que apóiam as ações de fiscalização, seis deles atuando junto ao Posto de Classificação Vegetal na Fazenda Ipanema/UTRA-IPA, na classificação fiscal e pericial das amostras coletadas.

A meta anual definida pelo Órgão Central no Plano Pluri Anual 2008 -2011 (META PPA 2008-2011) foi atingida em 147%.

**FISCALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO VEGETAL**

**Tabela 25**

ATIVIDADE	Un.	2005	2006	2007	2008	2009	Meta 2009
Produto fiscalizado (PPA)	t	1.440.756	1.810.131	1.916.876	1.534.039	1.471.429	1.000.000
Amostras coletadas	Nº	1.335	1.169	1.547	1.227	1304	1.513
Estabelecimentos fiscalizados	Nº	701	422	448	263	350	446
Auto de infração	Nº	201	213	168	162	111	114
Análises Periciais	Nº	103	60	78	87	58	65
Processo Relatado	Nº	190	191	133	113	172	125
Multa aplicada	R\$	918.101	312.3000	692.600	875.388	1.304.589	1.121.818

\* = média dos últimos 4 anos

Fonte: SIPAG/SP

As metas definidas na SFA/SP para os indicadores de desempenho operacional na fiscalização de estabelecimentos e coleta de amostra para o ano de 2009 foram menores que a dos anos anteriores, pois foi prevista a redução do tempo de dedicação dos fiscais a este PI, em função da demanda em outras áreas de fiscalização e também pela aposentadoria de fiscais. Apesar dessa adequação, a meta (IFE) foi atingida em 78% e a meta de coleta de amostras foi atingida em 86%, por conta da descontinuidade na descentralização de recursos com a finalidade de fiscalização (nos meses de setembro e outubro não possível a emissão de ordens de serviço). O ICF aumentou novamente por conta da manutenção da necessidade de deslocamento de fiscais entre as UTRAs, aliado a isso houve um reajuste no valor da diária, ocasionando aumento no custo de fiscalização de estabelecimento mesmo comparativamente com 2008.

Em 2009, foram ainda mais intensificadas as ações programadas no “Programa de Monitoramento de Produtos Industrializados”, definido pelo órgão central, cuja metodologia provocou um aumento de amostras coletadas por estabelecimento fiscalizado, o custo de coleta (ICFa) foi de R\$ 29,00, ou seja, apenas 7% maior, que a média dos últimos 4 anos, mesmo com o reajuste no valor das diárias.

#### Principais Indicadores

Tabela 26

Mnemonico	Unidade	2005 n=12	2006 n=7.5	2007 n=7,5	2008 n=6.15	2009 n=5.55	Meta
<b>Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) – Recursos financeiros despendidos / Nº de estabelecimentos fiscalizados</b>							
<i>ICF</i>	R\$	52,39	48,84	68,25	101,77	111,6	R\$58,86*
<b>Eficiência – Custo da Fiscalizacao Amostras (ICFa) – Recurso financeiro despendido / Nº de estabelecimentos fiscalizados (amostras coletadas)</b>							
<i>ICFa</i>	R\$	27,5	17,63	19,76	23,83	29,96	R\$28,00*
<b>Eficiência-Produtividade do Serviço de Fiscalização (ICOF) - Nº de estabelec. fiscalizados / Nº de Técnicos envolvidos</b>							
<i>ICOF</i>	Nº	62	56,26	59,73	42,95	63,06	68,24*
<b>Eficiência-Produtividade do Serviço de Fiscalização Amostras (ICOFa)- Nº de Estabelecimentos Fiscalizados (amostras coletadas) / Nº de Técnicos envolvidos</b>							
<i>ICOFa</i>	Nº	111,25	155,86	206,26	183,25	234	148
<b>Produção- Estabelecimentos Fiscalizados (IFE)- Nº de estabelecimentos fiscalizados /Ano</b>							
<i>IFE</i>	Nº	701	422	448	264	350	446
<b>Eficiência-Indicador de amostras coletadas (IAC)- Nº de Amostras Coletadas /Ano</b>							
<i>IAC</i>	Nº	1.335	1.169	1.547	1127	1304	1.513
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- Nº de Amostras em Conformidade / Nº de Analises Realizadas</b>							
<i>ICP arroz</i>	%	82,7	87,4	90	92%	93%	87,3*
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- Nº de Amostras em Conformidade / Nº de Analises Realizadas</b>							
<i>ICP feijao</i>	%	82,3	85,67	73	76%	85%	79,9*
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- Nº de Amostras em Conformidade / Nº de Analises Realizadas</b>							

<b>ICP amendoim</b>	%	100,0	61,11	99	43%	99%	28,1*
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas</b>							
<b>ICP óleo soja**</b>	%				92.5	100	100
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas</b>							
<b>ICP óleo canola**</b>	%				80	94	100
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas</b>							
<b>ICP óleo girassol**</b>	%				80	85	100
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas</b>							
<b>ICP farinha trigo**</b>	%				94	100	100
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas</b>							
<b>ICP geral</b>	%	85,6	85,37	82,37	85	90	100
<b>Eficacia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas</b>							
<b>ICP ton.</b>	%					94	100

n = equivalente técnico envolvido na ação.

\* média dos últimos 4 anos; \*\* dados coletados a partir de 2008.

Fonte: SIPAG/SP

O indicador de conformidade de produto para arroz continua num processo de melhora atingindo 93% de conformidade.

A fiscalização do feijão foi impactada pela edição do novo Padrão Oficial de Classificação (IN 12) e pela fiscalização sistemática do produto, provocando uma melhora no índice de conformidade do produto, o que levou a um índice de conformidade de 85%.

A edição de norma de Boas Práticas de Produção e Beneficiamento para o Amendoim alterou o foco das fiscalizações do produto, provocando um aumento na inspeção dos beneficiadores, orientando a implantação de auto-controle com vistas a melhorar a qualidade dos produtos oferecidos ao consumidor. Houve, no entanto, uma diminuição do número de amostras coletadas.

Os índices de conformidade da farinha de trigo e óleos vegetais de soja, de canola, milho e girassol, ainda não possuem parâmetros de comparação.

Como abordado no relatório anterior, foram aprimorados alguns indicadores e assim podemos fazer a comparação entre o volume de produtos fiscalizados no mercado interno (12921 t) e o volume de produtos com disparidade (709 t), o que é apresentado como os índices ICP geral e ICP toneladas, demonstrando a conformidade em 94% dos produtos fiscalizados, em toneladas, e 90% de conformidade geral nas amostras coletadas.

Os resultados das ações da Classificação Vegetal e seus postos de serviços, credenciados e supervisionados pela Qualidade Vegetal, estão apresentados nos quadros seguintes:

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS IMPORTADOS – ação direta do MAPA						Tabela 27
	un	2005	2006	2007	2008	2009
Produto classificado	N°	15	15	17	17	17
Classificação de produto	t	1.477.000	1.849.000	1.882.000	1.537.676	1.464.907
Taxa arrecadada	R\$	980.000	1.353.000	1.374.000	1.154.005	1.102.269
Taxa recolhida	R\$	390.000	284.000	300.000	256.189	244.704

Fonte: SIPAG/SP

Em relação à quantidade de produtos classificados na importação, vemos a continuidade da tendência de queda na importação de produtos com padrão de classificação.

Com relação às arrecadações proporcionadas pela Fiscalização da Classificação, o quadro abaixo mostra os resultados dos autos de infrações emitidos:

NÚMERO DE MULTAS E VALORES, APLICADOS E RECOLHIDOS			Tabela 28		
			2007	2008	2009
multa aplicada	número		131	151	289
multa recolhida	número		56	63	164
	Índice de recolhimento	%	42,75	41,72	56
multa aplicada	R\$		692.600	875.388	1.304.589
multa recolhida	R\$		209.000	302.000	612.852
	Índice de recolhimento	%	24,56	40,37	46
	valor médio das autuações	R\$	6.496,18	4.953,64	4.514,0

Fonte: SIPAG/SP

O maior número de multas aplicadas é decorrente de julgamentos de processos anteriores que estavam em relatoria com pendências que foram solucionadas no decorrer do ano. A que se fazer uma análise do tempo médio de relatoria, a fim de diagnosticar pontos para melhoria de processo.

### Principais recursos humanos

Tabela 29

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	2

Fonte: SIPAG/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 30

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	97.596,35	86.276,25	85.793,23		
339030	7.920,00	6.000,00	5.955,04		
339033		16.700,00	15.701,61		
339039	12.000,00	17.058,25	13.401,97	1.750,91	
339093	5.000,00	9.600,00	4.358,26	1.728,17	
<b>SUB TOTAL</b>	122.516,35	135.634,50	125.210,11	3.479,08	
449052	400.000,00	59.463,00		19.580,00	63.075,75*

\* foi adquirido veículo que ainda esta em fase de entrega e pagamento

Fonte: SIPAG/SP e SIAFI

O valor despendido com o elemento de despesa 3390.14 justifica-se pela necessidade de deslocamento de servidores pelo estado para a fiscalização de estabelecimentos, sendo que, do total dos recursos recebidos para diárias, 47% foram utilizados nessa fiscalização, 10,24% para promover a relatoria de processos em 2ª instância, hoje a cargo da SFA-SP e 15% para a participação de reuniões de Planejamento e avaliação de atividades, alteração de Instruções Normativas e participação em reuniões do *Codex Alimentarios* (normas da FAO e OMS).

Os recursos recebidos no elemento de despesa 4490.52 foram empregados na aquisição de equipamentos de informática para a adequação da infra-estrutura dos serviços do SIPAG-VEGETAL e UTRAs

O número de participações de fiscais e agentes em cursos e treinamentos no ano de 2009 provocou a utilização 4,5 % dos recursos e chegou a 18 participações. Os cursos foram de aplicação da IN 03 de “Boas Práticas na Produção de amendoim”, cursos referentes a fiscalização de resíduos, cursos de classificação de soja, e treinamento para a fiscalização de Boas Práticas em manga.

Tabela 31

RESUMO GERAL DA AÇÃO				
	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
FINANCEIRO	122.516,35	133.634,50	128.689,19	96,30
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO

META SIPLAN (prod.fiscalizado)				%
	1.000.000	1.000.000	1.471.429	147

Fonte: SIPAG/SP; SIAFI e SIPLAN

### ***2.3.1.3 - Ação 8939 – IPVEGETAL2: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal***

#### **Dados Gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança dos alimentos e outros produtos e derivados vegetais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas - BP e princípios-padrão de higiene operacional - PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RTs e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas
Área responsável pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG

Com a finalidade de assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população efetuamos nossa atividade sob o regulamento das Leis: nº 7.678 de 08/11/88 que dispõe sobre a Produção, Circulação e Comercialização do Vinho e derivados da Uva e do Vinho e nº 8.918 de 14/07/94 que dispõe sobre a Padronização, Classificação, Registro, Inspeção, Produção e Fiscalização de Bebidas, bem como sobre as disposições de seus Decretos Regulamentares e legislação complementar.

	DEMANDA DE SERVIÇO POR FFA				Tabela 32
	2005	2006	2007	2008	2009
Estabelecimentos Produtores Registrados	816	839	732	635	643
Número de fiscais	9	8	15	11	10
Estabelecimento Registrado / Técnico	91	105	48	58	64

Fonte: SIPAG/SP

#### **Registro de Estabelecimentos e Produtos**

Por disposição legal, toda a bebida ou fermentado acético produzido no país deverá receber seu registro prévio, bem como o estabelecimento que o irá produzir. As operações dirigidas ao registro de estabelecimentos e seus produtos requer uma enorme quantidade de trabalho e ocupa nossos técnicos em grande parte do tempo, uma vez que, além da execução direta dessa atividade, precisam conhecer todos os aspectos da legislação em suas constantes alterações para a análise de tais solicitações.

		ESTABELECEMENTOS			Tabela 33
Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações	
131	20	32	123	306	
		PRODUTOS			
Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações	

1.012

159

965

514

2.136

Fonte:SIPAG/SP

Durante o ano de 2009, a Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/Brasília disponibilizou a este SIPAG uma força tarefa, com o envio de três fiscais de outras localidades durante o período de quatro semanas no primeiro semestre a fim de auxiliar nos trabalhos de análise destas solicitações.

### Fiscalização de Estabelecimentos

A etapa da fiscalização é considerada o processo mais importante na avaliação do segmento produtivo. Na fiscalização dos estabelecimentos é realizada a avaliação do processo de produção e efetuada coleta de amostra para análises fiscais (físico-químicas e/ou microbiológicas) visando monitorar a qualidade das bebidas e vinagres.

No ano de 2009, três grandes fatores contribuíram para o não atendimento das metas previstas de fiscalização:

O primeiro foi a alteração do Decreto 2.314 de 04.09.97 pelo decreto 6.871 de 04.06.2009 que alterou os procedimentos legais de fiscalização e inviabilizou o uso de nossa documentação anterior, redundando em uma solicitação de paralisação temporária de fiscalização por parte de nossa Coordenação em Brasília.

Em segundo lugar, o aumento a partir do mês de julho do valor das diárias para deslocamento fornecidas aos fiscais que passou de R\$ 103,08 para R\$ 177,00 sem a devida previsão orçamentária.

Por último, o recolhimento intempestivo dos recursos descentralizados no segundo semestre do ano devido a contingências orçamentárias estipuladas pelo Ministério do Planejamento.

	ESTABELECEMENTOS PRODUTORES FISCALIZADOS					Tabela 34
	2005	2006	2007	2008	2009	
Estabelecimentos produtores registrados	816	839	732	635	643	
Estabelecimentos fiscalizados	454	353	551	510	296	

Fonte:SIPAG/SP

Estabelecimento plena conformidade	RESULTADOS OBTIDOS			Tabela 35
	Estabelecimento não conforme			
	Fechamento	Autos de Infração	Intimações	
140	1	65	53	

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS					Tabela 36
Instaurados	Relatados	Julgados	Advertências	Multas Aplicadas	
65	104	104	15	R\$ 1.026.134,05	

Fonte:SIPAG/SP

Cerca de 15% do valor arbitrado foi recolhido diretamente ao Ministério da Agricultura, o restante foi enviado ao Ministério da Fazenda para ser cobrado pelo setor de Dívidas Ativas da União.

### Produtos

Os resultados do desempenho da atividade de fiscalização sobre os produtos durante o ano estão apresentados na tabela a seguir:

		ATIVIDADES RELACIONADAS AOS PRODUTOS					Tabela 37
		2005	2006	2007	2008	2009	
Produto amostrado	unid.	279	151	229	314	149	
Produto Apreendido	unid.	63	24	34	59	29	

Fonte:SIPAG/SP

Verifica-se que não ocorreram variações significativas na porcentagem de produtos desconformes, ou seja, cerca de 70% das bebidas e vinagres fiscalizados foram encontrados dentro dos seus respectivos Padrões de Identidade e Qualidade.

O serviço obteve uma resposta positiva quanto à manutenção da conformidade dos produtos, que é o objetivo maior.

A meta deste serviço é que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus “padrões”.

**Tabela 38**

RESULTADOS ANALÍTICOS	2005	2006	2007	2008	2009
Amostras coletadas	279	151	229	314	149
Resultados disponíveis	104	167	161	384	169
Produtos em conformidade	77	133	139	290	119

## Transito Internacional

### TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS

**Tabela 39**

Licenças para Importação de Bebidas e Vinagres	2.388
--	-------

Fonte: SIPAG/SP

Esta tarefa é executada pelos fiscais do setor de bebidas e vinagres em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela legislação de vinhos e bebidas conjuminados com o estabelecido pela IN 36/06 que regulamenta o Manual de Procedimentos do Serviço de Vigilância Agropecuária.

### Principais Indicadores

Informamos, a seguir, de forma condensada, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2009 juntamente com a série histórica desses resultados obtidos desde o ano de 2005.

**Tabela 40**

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Eficiência</b> - Produtividade do serviço na Fiscalização (IPF) - N° de estabelecimentos / N° de fiscais							
<b>IPF</b>	N°	50	44	44	46	64	49
<b>Eficiência</b> - Custo da Fiscalização (ICF) - Recurso financeiro despendido/ N° de estabelecimentos fiscalizados							
<b>ICF</b>	R\$	65,16	67,84	70,14	99,86	210,96	63,50
<b>Eficiência</b> - Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - N° de estabelecimentos fiscalizados/ N° estabelecimentos registrados							
<b>IEF</b>	%	56	42	75	81	46	100
<b>Efetividade</b> - Conformidade de produtos (ICP) - N° de amostras em conformidade/ N° total de análises realizadas							
<b>ICP</b>	%	74	82	86	76	70,44	90

Fonte: SIPAG/SP

### Principais recursos humanos

**Tabela 41**

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	6
Outras Categorias	3

Fonte: SIPAG/SP

### Resultados Financeiros

A seguir, serão apresentados os recursos despendidos com a fiscalização de estabelecimentos nos últimos anos a partir de 2.005, onde se pode observar que o custo unitário da fiscalização recebeu um significativo aumento que se deve ao reajuste do valor das diárias pagas aos FFAs para deslocamentos no interior do Estado.

**Tabela 42**

		2005	2006	2007	2008	2009
Diárias	Unid.	236	155	257	210,5	211
	R\$	19.184	14.943	26.711	21.698	23.587
Suprimentos	R\$	11.400	8.879	11.940	29.235	7.489
Total	R\$	30.584	23.822	38.651	50.933	31.076

Fonte: SIPAG/SP

A qualidade do trabalho produzido ainda se pauta na realização de roteiros de fiscalização eficiente, com a finalidade de diminuir o custo de cada fiscalização, no atendimento das

necessidades dos clientes no tocante às solicitações de Registro de Estabelecimentos, nas programações de fiscalização e no atendimento às denúncias recebidas.

CUSTO UNITÁRIO DAS FISCALIZAÇÕES		2005	2006	2007	2008	2009
Recurso despendido	R\$	29.584	23.822	38.651	50.933	31.076
Estabelecimentos fiscalizados	Unid.	454	353	551	510	296
Icf	R\$	65,16	67,84	70,14	99,86	105

Fonte: SIPAG/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 43

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	R\$ 41.104,80	25.497,80	23.586,85	----	
339030	R\$ 36.745,00	4.975,00	3.704,13		
339033	R\$ 8.228,00	15.696,00	12.708,55		
339039	R\$ 122.540,00	12.000,00	11.263,13	240,00	
339093	R\$ 0,00	4.200,00	2.865,05	1.000,20	
SUB TOTAL					
449052	R\$ 0,00	19.619,00	3.309,00		16.310,00*
TOTAL	208.617,80	81.987,80	57.436,71	1.240,20	

\* foram adquiridos equipamentos de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SIPAG/SP; SIAFI

Tabela 44

### RESUMO GERAL DA AÇÃO DA AÇÃO

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO % (custeio)
	208.617,80	62.368,80	58.676,91	94,08
META SIPLAN (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	500	500	296	59,2*

O não cumprimento da meta esta explicado acima.

Fonte: SIPAG/SP, SIPLAN E SIAFI

### Metas para 2010

Para este ano vindouro, foi estipulado pelo órgão central a meta de fiscalização de 325 empresas neste Estado com a aplicação da nova Lista de Verificação para o controle das atividades nos estabelecimentos fiscalizados.

Para atendermos ao estipulado acima, bem como para que este serviço possa analisar todos os pedidos de registros novos de estabelecimentos e produtos, faz-se necessária a participação de pelo menos três novos fiscais, localizados na Sede perfazendo-se um mínimo de treze fiscais atuantes nesta ação.

### 2.3.1.4 - Ação 4745 - FISCORGEN: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

#### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Áreas	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

responsáveis pela execução

O foco desta ação 4745 refere-se à fiscalização de atividades de pesquisa efetivamente autorizados/liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio em parecer específico. Essa fiscalização objetiva verificar o cumprimento das condições de biossegurança (localização do experimento, espaçamento, bordadura, isolamento físico e temporal, descarte de materiais etc.) determinadas pela CTNBio, conforme estabelecido pelo artigo 39 da seção VI do Decreto nº. 5591 de 22 de novembro de 2005, que regulamenta os dispositivos da Lei 11.105 de 24 de março de 2005: Em caso de decisão técnica favorável sobre a biossegurança no âmbito da pesquisa, a CTNBio remete o processo respectivo aos órgãos e entidades de registro e fiscalização para o exercício de suas atribuições.

As demandas deste tipo de fiscalização são coordenadas e repassadas aos Estados pela Coordenação de Biossegurança de OGM da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de encaminhamento de cópias dos processos de autorização/liberação da CTNBio.

### Principais processos

Tabela 45

Processo	Atividade	Produto	Execução
Inspeção /fiscalização de campos experimentais de organismos geneticamente modificados	Inspeção em campos experimentais	Termo de fiscalização CTNBio	DIRETA
	Verificação das condições de contenção	Roteiro anexo ao termo – situação de campo	
	Verificação do descarte do produto	Roteiro anexo ao termo – situação de laboratório	
	Avaliação Documental	Auto de infração CTNBio	

### Resultados operacionais

Devido às novas autorizações para experimentos com vegetais geneticamente modificados emitidas pela CTNBio, observa-se que o número de liberações planejadas de experimentos em campo, em 2009, aumentou cerca de 15% em relação ao ano anterior. Ainda assim, todos os campos experimentais com ensaios de OGM aprovados pela CTNBio, instalados e cujo o processo foi encaminhado a esta SFA-SP, foram fiscalizados pelo SEDESA. A tendência é do número de liberações experimentais aumentarem cada vez mais, uma vez que a emissão de pareceres pela CTNBio vem aumentando. Assim, é necessária a contratação de mais FFAs para que o Serviço de Sanidade Vegetal continue dando andamento aos trabalhos de forma satisfatória.

Devido ao trabalho de orientação e ação fiscal deste Serviço nesta área, não houve a constatação de irregularidades, conservando-se nesta marca ao longo dos anos, o que evidencia a efetividade da ação.

Tabela 46

CAMPOS EXPERIMENTAIS DE ORGANISMOS (VEGETAIS) GENETICAMENTE MODIFICADOS					
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Campos Instalados*	15	15	36	52	60
Nº.de Experimentos fiscalizados	15	15	36	46	107
Nº.de Experimentos regulares em relação à fiscalização realizada	15	15	36	46	107

\* A meta é fiscalização de 100% dos campos experimentais autorizados pela CTNBio, pelo menos 1 vez. A orientação da CBio é para fazer 3 fiscalizações (plântio, colheita e monitoramento) por campo. Contudo, pela grande demanda de ações deste SEDESA/DT-SP, fazemos pelo menos uma fiscalização por experimento.

Fonte: SEDESA/SP

### Principais indicadores

O PPA 2008 – 2011 define como indicador o nº de fiscalizações realizadas. Em virtude de a meta PPA refletir basicamente demanda de fiscalização emanada por parte da CTNBio, não amparando nenhuma análise do desempenho do sistema liberação, a SFA- SP lança mão dos seguintes indicadores de desempenho no processo de Gerenciamento dessa ação:

Tabela 47

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009
-----------	------	------	------	------	------

Capacidade anual de fiscalização de ensaios com OGM (*IOC*) - N° de ensaios fiscalizados/ Ano

<i>IOC</i>	15	15	36	46	107
------------	----	----	----	----	-----

Produtividade de fiscalização de ensaios com OGM (*IOP*) - N° de ensaios fiscalizados/ N° fiscais envolvidos

<i>IOP</i>	3,75	7,5	18	15,3	21,4*
------------	------	-----	----	------	-------

Conformidade de ensaios com OGM segundo a legislação (*IOQ*) - N° de ensaios regulares x 100/ N° ensaios fiscalizados

<i>IOQ</i>	100%	100%	100%	100%	100%
------------	------	------	------	------	------

\* Em 2009, esta ação contou com o apoio de 2 funcionários de UTRAs para as fiscalizações.

Fonte: SEDESA/SP

### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 48

Cargo	Número
Fiscal Fed. Agropecuário SEDE	6
Fiscal Fed. Agropecuário UTRA (dedicação parcial)	2

Fonte: SEDESA/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 49

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	20.700.00	22.200.00	20.380.90	
339030	4.000.00	2.300.00	2.238.91	
339033	3.200.00	3.200.00	969.96	
339093	3.000.00	6.000.00	2.405.18	302.94
TOTAL	30.900.00	33.700.00	25.994.95	

### RESUMO GERAL DA AÇÃO DA AÇÃO

Tabela 50

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO %
	30.900.00	33.700.00	26.297.89	78.03

META SIPLAN (fisc.realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	80	80	151	188.75

Fonte: SEDESA/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.2 - Programa 0357 - Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivo Especifico	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Patrícia Pozzetti – Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA Augusto Luis Billi – Chefe do Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO
Público Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

### Principais ações do programa:

### 2.3.2.1 - AÇÃO 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2

#### Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional e certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO

#### Principais Indicadores

**Tabela 51**

Tipo	Indicador	Mnemônico	Formula
Capacidade	Capacidade de fiscalização no trânsito internacional da área vegetal	IC Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{\text{ano}}$
eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área vegetal	IQ Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ de ocorrências} \times 100}{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}$
eficiência	Produtividade do FFA no trânsito internacional da área vegetal	IP Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{N^{\circ} \text{ FFAs}}$

#### Desempenho operacional

O quadro abaixo apresenta o Desempenho Operacional da Vigilância Agropecuária no Estado de São Paulo nos últimos 5 anos.

**Tabela 52**

FISCPLANTA2	2005	2006	2007	2008	2009
<b>IC – Total de Fiscalizações (PPA)</b>	<b>178.050</b>	<b>158.309</b>	<b>205.909</b>	<b>370.915</b>	<b>458.709</b>
Nº Fiscalizações (exportação)	52.338	41.856	55.441	38.415	44.415
Nº Fiscalizações (importação)	125.712	116.453	150.468	332.500	414.294
Nº de Ocorrências	20.525	13.404	11.481	19.232	16.251
Nº Certificados Fitossanitários	18.039	14.289	44.339	31.048	37.298
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	56	69	70	63	63
Servidores Nível Médio	7	7	8	8	2
<b>IP – Nº Fiscalizações / FFA</b>	<b>3.179</b>	<b>2.294</b>	<b>2.942</b>	<b>5.888</b>	<b>7.281</b>
Nº Certificações / FFA	322	207	633	493	592
<b>Iq – Nº Ocorrências / Fiscalizações</b>	<b>12%</b>	<b>8%</b>	<b>6%</b>	<b>5%</b>	<b>3,5%</b>

Fonte: VIGIAGRO/SP

#### Resultados da Ação

O principal indicador assumido para esta ação é o Indicador de Capacidade (IC) Total de Fiscalizações, e que está previsto no PPA. Seu cálculo está definido na IN MAPA nº 36/2006, e é obtido pela somatória dos seguintes documentos: Termos de Fiscalização Emitidos, Requerimentos de Fiscalização de Embalagem de Madeira despachados, Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros emitidos, Termos de Retenção de Mercadoria/Produto e Termos de Fiscalização de Bagagem/Encomenda emitidos.

O número de fiscalizações apresentou incremento muito forte em 2009, influenciado diretamente pelo aumento da fiscalização de embalagens e suportes de madeira que alcançaram 373.549 fiscalizações, ou seja, representaram 90,1% de toda importação fiscalizada. Conforme legislação vigente, todas as mercadorias importadas acondicionadas em embalagens ou suportes de madeira devem ser submetidas à fiscalização da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO. Encontra-se em estudo o “Projeto Linha Azul” que tem como objetivo reduzir o número destas fiscalizações através do comprometimento dos importadores, com a utilização de embalagens sem risco fitossanitário, submetidos regularmente à auditoria da Vigilância Agropecuária.

Na exportação, o indicador permaneceu 5% abaixo da média dos quatro anos anteriores, que foi de 47.000 fiscalizações, cuja explicação passa obrigatoriamente pelas condições de demanda reprimida no mercado internacional em 2009, além da taxa cambial desfavorável às exportações. Este indicador é diretamente dependente da variável demanda, que foi atendida em 100%.

O indicador de Produtividade, influenciado diretamente pela fiscalização de embalagens e suportes de madeira, apresentou forte evolução, atingindo 7.281 fiscalizações por Fiscal. Esta média de produtividade não tem comparação com nenhuma outra unidade da Federação.

O número total de ocorrências reduziu-se de 19.232 em 2008 para 16.251 em 2009, a despeito do aumento das fiscalizações. Observa-se que este indicador (IQ), tem diminuído ano a ano, fruto das orientações que têm sido prestadas aos usuários nas repartições, através de manuais e folders, ou através do sítio eletrônico do MAPA.

Fator de preocupação para o gestor é a pouca capacidade da instituição para reposição ou ampliação dos recursos humanos. Apesar da realização de concursos públicos nos últimos anos, o número de servidores contratados não foi suficiente para superar, nem tampouco igualar, o número de servidores que se aposentaram no período. Dos 63 fiscais federais agropecuários com formação em engenharia agrônoma (FFA-EA), 12 (doze) já possuem condições de aposentadoria, ou obterão condições nos próximos 2 (dois) anos.

#### Unidades Executoras.

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UVAGROS) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

<b>Desempenho Operacional por Unidade</b>					<b>Tabela 53</b>
<b>2009 - FISCPLANTA2</b>	<b>SNT</b>	<b>GRU</b>	<b>VCP</b>	<b>UVAGROS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>IC – Total de Fiscalizações (PPA)</b>	<b>149.552</b>	<b>259.254</b>	<b>29.756</b>	<b>20.147</b>	<b>458.709</b>
Total de Ocorrências	5.075	7.256	3.680	420	16.431
Total Proibições Despacho	8	330	1	521	864
Fiscalização (importação)	127.854	243.833	23.834	18.773	<b>414.294</b>
Fiscalização Prod. Vegetais	15.962	16.156	5.469	3.158	<b>40.745</b>
Fiscalização Embal. Madeira	111.892	227.677	18.365	15.615	<b>373.549</b>
% Fiscalização Embal. Madeira <sup>(1)</sup>	88%	93%	77%	83%	<b>90,1%</b>
Autorização de Trânsito Aduaneiro	20.127	160	23	1.054	<b>21.364</b>
Ocorrências Importação	5.052	7.196	3.583	420	<b>16.251</b>
Proibições de Importação	8	28	-	521	<b>561</b>
Fiscalizações (exportação)	21.698	15.421	5.922	1.374	<b>44.415</b>
Certificados Fitossanitários (CF)	16.571	14.080	5.297	1.389	<b>37.337</b>

Ocorrências Exportação	23	60	97	-	<b>180</b>
Proibições de Exportação	-	302	1	-	<b>303</b>
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	25	17	12	9	<b>63</b>
<b>IP – Nº Fiscalizações Prod Vegetais/ FFA</b>	1.506	1.857	949	504	<b>1.352</b>
<b>IP – Nº Inspeções Madeira/ FFA</b>	4.476	13.393	1.530	1.735	<b>5.929</b>
<b>Nº Certificados Fitossanitários/ FFA</b>	663	828	441	154	<b>592</b>
<b>Iq – Nº Ocorrências / Fiscalizações</b>	3%	3%	12%	2%	<b>4%</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se à participação percentual das fiscalizações de embalagens e suportes de madeira no total de fiscalizações na importação de mercadorias. O indicador médio encontrado de 90,1% reforça a necessidade de modernização da legislação referente à fiscalização destes itens. Encontra-se em estudo o Projeto Linha Azul, como mencionado anteriormente, para diminuir a demanda desta fiscalização.

Fonte: VIGIAGRO/SP

A Certificação Fitossanitária (CF) é atividade de grande relevância, pois é o documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição fitossanitária dos produtos vegetais, conferindo credibilidade para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores. Em 2009 cada Fiscal emitiu, em média, 592 Certificados Fitossanitários. Este indicador alcançou seu valor máximo no SVA-GRU, com 828 certificados por Fiscal.

#### Recursos Financeiros

Tabela 54

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	135.200,00	135.200	129.475.85	---	
339030	172.300,00	171.706.80	13.212.57	2.060.29	152.406,80*
339033	33.400,00	33.400.00	30.681.77		
339039	9.500,00	9.000.00	8.936.00		
339093	6.400,00	6.400.00	3.296.45	706.06	
SUB TOTAL	356.800,00	434.442.82	100.627.82	2.766.35	
449052	435.500,00	434.442.82	100.627.82		333.815.00**

\*foram adquiridos materiais de consumo que ainda estão em fase de entrega e pagamento

\*\*foram adquiridos veículos e material de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento

#### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 55

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO (custeio)
	356.800,00	434.442.82	103.394.17*	23.80*
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO
	279.913	345.000	458.709	132,81

Fonte: VIGIAGRO/SP, SIPLAN E SIAFI

### 2.3.2.2 Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produto - FISCANIMAL2

#### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população. Inspeccionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional e certificar a sanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.

**Principais indicadores**

**Tabela 56**

<i>Tipo</i>	<i>Indicador</i>	<i>Mnemônico</i>	<i>Formula</i>
Capacidade	Capacidade de inspeção de partidas no trânsito internacional da área animal	<b>IC Anim</b>	$\frac{\text{N}^\circ \text{Fiscalizações}}{\text{Ano}}$
Eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área animal	<b>IQ Anim.</b>	$\frac{\text{N}^\circ \text{Ocorrências} \times 100}{\text{N}^\circ \text{Fiscalizações}}$
Eficiência	Produtividade por Fiscal Federal Agropecuário (FFA) no trânsito internacional da área animal	<b>IP Anim.</b>	$\frac{\text{N}^\circ \text{Fiscalizações}}{\text{N}^\circ \text{FFAs}}$

**Desempenho operacional**

**Tabela 57**

<b>2009 - FISCANIMAL2</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>IC – N° Fiscalizações (PPA)</b>	<b>64.211</b>	<b>59.016</b>	<b>40.146</b>	<b>76.265</b>	<b>93.215</b>
Número total de Ocorrências	1.379	2.071	1.078	5.484	8.367
Número de Fiscalizações (importação)	9.892	13.596	16.063	23.495	25.360
Número de Fiscalizações (exportação)	54.319	45.420	24.083	52.770	67.855
Certificados Zoosanitários	1.065	1.931	4.022	5.352	4.184
Certificados Sanitários	19.056	25.398	7.197	6.727	4.256
N° DE FFA (médicos veterinários)	25	25	25	38	43
<b>IP – N° Fiscalizações/FFA</b>	<b>2.568</b>	<b>2.361</b>	<b>1.606</b>	<b>2.007</b>	<b>2.168</b>
N° Certificados / FFA	805	1.093	449	318	196
<b>IQ – Ocorrências / Fiscalizações</b>	<b>2,1%</b>	<b>3,5%</b>	<b>2,7%</b>	<b>7,0%</b>	<b>9,0%</b>

Fonte: VIGIAGRO/SP

Comparando-se com o desempenho operacional no ano anterior (2008), observa-se um crescimento de 18% no número de fiscalizações desta Ação em 2009, ocorrido tanto nas importações (8%) como nas exportações (28%).

Na Ação FISCANIMAL2, intensifica-se a preocupação do gestor com relação à pouca capacidade da instituição em repor os recursos humanos. Apesar das remoções promovidas em 2009 para o SVA Viracopos, que ampliou de seis para dez o número de médicos veterinários, o número de servidores ainda não é suficiente para acompanhar a demanda pelo serviço veterinário. Dos 43 fiscais federais agropecuários com formação em medicina veterinária (FFA-MV), cerca de 14 (quatorze) já possuem condições de aposentadoria, ou obterão condições nos próximos 2 (dois) anos.

Esta Ação opera por demanda, e está sujeita às oscilações do mercado internacional de produtos e insumos pecuários, influenciado por taxas cambiais, fiscais e outras variáveis. Em 2009 todos os requerimentos de fiscalização foram atendidos (100% de atendimento).

**Unidades Executoras**

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UVAGROS) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

**Desempenho Operacional por Unidade**

**Tabela 58**

<b>FISCANIMAL2</b>	<b>SNT</b>	<b>GRU</b>	<b>VCP</b>	<b>UVAGRO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>IC – Nº Fiscalizações (PPA)</b>	<b>59.351</b>	<b>16.165</b>	<b>16.163</b>	<b>1.536</b>	<b>93.215</b>
Nº Certificações	2.692	4.613	1.122	13	<b>8.440</b>
Ocorrências	7.408	304	640	15	<b>8.367</b>
Proibições	-	47	-	484	<b>526</b>
Número de Fiscalizações (importação)	6.746	12.687	4.422	1.505	<b>25.360</b>
Ocorrências importação	2.948	229	446	14	<b>3.637</b>
ADTA	262	186	-	-	<b>448</b>
CTPI	6.746	2.387	-	-	<b>9.133</b>
Proibições Importação	-	42	-	484	<b>526</b>
Número de Fiscalizações (exportação)	52.605	3.478	11.741	31	<b>67.855</b>
Certificados Sanitários (CSI)	2.692	1.370	194	-	<b>4.256</b>
Certificados Zoossanitários (CZI)	-	3.243	928	13	<b>4.184</b>
Número total de Ocorrências	4.460	75	194	1	<b>4.730</b>
Proibições Exportação	-	5	-	-	<b>5</b>
Nº DE FFA (médicos veterinários)	14	18	10	1 <sup>(1)</sup>	<b>43</b>
<b>IP – Nº Fiscalizações/FFA</b>	<b>4.239</b>	<b>898</b>	<b>1.616</b>	<b>1.536</b>	<b>2.168</b>
Nº Certificados/FFA	192	256	112	13	196
<b>IQ – Ocorrências / Fiscalizações</b>	<b>12%</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>1%</b>	<b>9%</b>

<sup>(1)</sup> FFA-MV com dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.  
Fonte: VIGIAGRO/SP

A Certificação Sanitária e Zoossanitária é atividade de alta importância desempenhada pela fiscalização federal agropecuária, pois trata do documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição sanitária dos animais e dos produtos de origem animal exportados, conferindo credibilidade internacional para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores.

Em 2009, cada FFA-MV emitiu, em média, cerca de 196 Certificados Sanitários ou Zoossanitários. No SVA-Guarulhos foram emitidos 3.243 Certificados Zoossanitários que, na sua maioria, viabilizaram as viagens internacionais de animais de companhia (cães e gatos). Já no SVA-Viracopos os 928 Certificados Zoossanitários foram emitidos majoritariamente para outros animais (equinos, bovinos, suínos, etc.). No SVA-SNT predomina a Certificação Sanitária de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis. Outro documento emitido com frequência é o CTPI – Certificado de Transporte de Produtos Importados, que em 2009 atingiu o volume de 9.133 certificados, sendo a maioria emitida no SVA-Santos.

A proibição de importação encontrou sua maior ocorrência, 484, na UTRA Metropolitana-SP, localizada no CEAGESP, onde os FFAs fazem a fiscalização das encomendas que chegam ao país através da ECT – Empresa de Correios e Telégrafos, muitas vezes sem autorização ou trazendo produtos de importação proibida.

#### **Recursos Financeiros**

**Tabela 59**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	A EXECUTAR
339014	107.700,00	109.850,00	101.049,55	
339030	10.000,00	9.989,48	9.989,48	

339033	16.350,00	16.350,00	10.389,10	
339039	5.500,00	2.500,00	2.316,00	
339093	4.500,00	4.500,00	1.526,88	
SUB TOTAL	144.050,00	143.189,42	125.271,01	
449052	38.308,73	29.780,00	1.660,00	28.120,00*

\* foram adquiridos equipamentos de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 60
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO % (custeio)
	182.358,73	143.189,42	125.271,01	87,49
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	72.628	84.000	93.183	110,93

Fonte: VIGIAGRO/SP, SIAFI e SIPLAN

### Fiscalização de Passageiros de Vôos Internacionais

Uma das atribuições da Vigilância Agropecuária, comum às Ações FISCANIMAL2 e FISCPLANTA2, é fiscalizar as bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais que, não raramente, costumam trazer produtos de origem animal ou vegetal, que apresentam risco de veicularem pragas ou doenças. Nacionalmente, esta atuação é mais intensa no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, por onde desembarcaram em 2009 mais de 4,4 milhões de passageiros de vôos internacionais. Através dos escâneres de raio-x do Ministério da Agricultura, operados com o apoio da Receita Federal do Brasil, foram fiscalizadas quase 900 mil bagagens – equivalente a 20% do número de passageiros. Entendemos que este indicador ainda é insuficiente para garantir efetividade a esta ação. Isto porque, dentre outras razões, o fluxo de passageiros de vôos internacionais é superior a capacidade fiscalizatória em face dos recursos humanos disponíveis, a concentração de vôos em determinados horários e a ampla área de abrangência a ser coberta pela equipe de FFAs (dois terminais de passageiros, terminais de carga de importação e de exportação, “duty-free”, bagagem desacompanhada e empresas de remessas expressas (Courier). Dessa forma, a fiscalização tem sido intensificada em vôos considerados de maior risco sanitário.

Tabela 61

FISCALIZAÇÃO DE PASSAGEIROS	AEROPORTO DE GUARULHOS-GRU
Nº Passageiros Internacionais	4.214.101
Nº Bagagens Escaneadas	1.289.175
Nº Termos de Fiscalização Bagagem	11.442
Nº Termos de Retenção	3.742

Fonte: VIGIAGRO/SP

### Sistema Informatizado

A coleta de dados estatísticos no Sistema Vigiagro ainda é realizada de maneira manual nas diversas Unidades Executoras, pois ainda não possuem um sistema informatizado que as permita trabalhar de maneira interligada; o que viabilizaria a formação de um banco de dados único e comum. Há necessidade urgente de informatização. Em dezembro/2008, com autorização do Secretário de Defesa Agropecuária, teve início um período de teste de um sistema informatizado (SISVIGIAGRO) no SVA Guarulhos, o qual se mostrou adequado para controle, gerenciamento de dados e emissão de documentos e relatórios, proporcionando confiabilidade na coleta e armazenamento de dados estatísticos, permitindo gestão estratégica das Ações da Vigilância Agropecuária. A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação está analisando a viabilidade de instalação deste sistema nas demais unidades do Vigiagro.

### Treinamento

Em 2009, foram realizadas Reuniões Técnicas e de Harmonização de Procedimentos, assim como Cursos de Treinamento, de Auditoria, de Classificação Vegetal, entre outros, conforme quadro abaixo.

**Tabela 62**

Curso / Treinamento	Nº de Fiscais
Formação de Auditores	4
Fertilizantes Importados	3
Gestão Estratégica	4
Fiscalização de Pragas de Madeira	4
PNCR – Classificação Vegetal	3
Seminário DG Sanco	5
MAPA de Aprendizagem	90
I Reunião Estadual FFAs VIGIAGRO	90

Fonte: VIGIAGRO/SP

Destacamos a I Reunião Estadual dos Fiscais Federais Agropecuários do Vigiagro do Estado de São Paulo que reuniu 90 FFAs, subdivididos em 3 turmas com duração de 1 semana. Foram promovidas discussões com os demais serviços técnicos da SFA/SP, procedimentos foram atualizados e propostas foram encaminhadas para aperfeiçoamento da legislação. Foram proferidas palestras sobre o Mapa de Aprendizagem da Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, além do desenvolvimento do Sistema Harpia de Remessas Expressas da Receita Federal do Brasil.

#### **Análise Crítica da Gestão de Recursos Humanos**

Nos últimos anos as unidades do Vigiagro receberam reforço na lotação de fiscais federais agropecuários, porém ainda não se adequou o aumento da demanda de trabalho pela vigilância agropecuária internacional com o número de servidores, especialmente servidores de nível médio, destacando-se a extrema deficiência de servidores de apoio administrativo. Os Serviços de Vigilância Agropecuária nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos não possuem nenhum agente administrativo.

**Tabela 63**

UNIDADE VIGIAGRO	AGRONÔMOS	VETERINÁRIOS	APOIO
	Atual	Atual	Atual
Porto de Santos	25	14	13
Aeroporto de Guarulhos	17	18	1
Aeroporto de Viracopos	12	10	0
Ceagesp	3	0	0
Campinas	1	0	0
Sorocaba	1	0	0
Ribeirão preto	1	0	0
Bauru	1	0	0
S. J. Rio Preto	1	0	0
Guaratinguetá	0	0	0
Sede	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>43</b>	<b>14</b>

Fonte: VIGIAGRO/SP

#### **Trânsito Internacional de Animais e Produtos de Origem Animal - SEDESA**

O Serviço de Sanidade Agropecuária no Estado de São Paulo – SEDESA/SP atua segundo a Portaria Nº. 300/2005 que trata das competências das SFAs e seus Serviços. O controle do trânsito internacional é realizado através da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal em interface com o VIGIAGRO.

Para esta finalidade, são instruídos processos, emitidos pareceres e autorizados previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX,

os pedidos de importação e exportação de animais vivos, seus materiais genéticos, produtos e derivados de origem animal.

Na execução destas atividades, no que tange às exigências de natureza sanitária é assegurando o cumprimento da legislação específica.

Para fins de exportação de animais de interesse zootécnico e material genético destinado a multiplicação animal a emissão dos certificados é realizada, mediante parecer prévio do SEDESA, nos postos de egresso do país, uma vez que se faz necessário uma verificação “in loco” dos animais ou materiais que estão sendo exportados.

O SEDESA desempenha um papel importante nas ações de defesa sanitária animal que são barreiras para evitar a entrada de doenças exóticas ou não ao rebanho brasileiro. Como pode ser observado na tabela abaixo, o estado de São Paulo devido às suas características, tem apresentado, ao longo dos anos, um grande volume de solicitações de autorizações de Importação de animais vivos e produtos de origem animal.

**Tabela 64**

CONTROLE DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL						
Atividade	un.	2005	2006	2007	2008	2009
Certificado Zoossanitário Internacional (CZI)	Nº.	2.433	*	--	--	--
Certificado Sanitário Internacional	Nº.	289	--	--	--	--
Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação	Nº.	689	658	727	**	--
Autorização de importação de animais vivos, material de multiplicação e produtos de origem animal não comestíveis **	Nº	--	--	--	1392	1.061
Autorização de Importação de outros estados c/ desembaraço em SP	Nº.	171	165	211	259	223
Anuências Prévias para Import. POA	Nº.	11.049	12.273	12601	13720	15.299
Fiscalização em Collis Postaux	Nº.	*	-	-	-	--
Parecer sanitário nos requerimentos de importação de produtos para alimentação animal (RIPAA)	Nº.	--	514	780	819	742
Autorizações de exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal	Nº.	--	1.019	1086	1.600	1.591
Autorizações de importação de produtos de origem animal, não comestíveis, e autorizações de embarque no SISCOMEX	Nº.	--	562	384	--	--

\* Com a publicação da Portaria nº. 300/05 passou a ser atribuição do VIGIAGRO

\*\* Devido a alterações de procedimentos do serviço, as autorizações de Importação de Animais Vivos, Material de Multiplicação e de Produtos de Origem Animal não Comestíveis foram unificados no ano de 2008

Fonte: SEDESA/SP

### Principais indicadores

**Tabela 65**

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Capacidade - Indicador da capacidade anual de análise de solicitações de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação ( <i>Iaia</i> ) - Nº de solicitações analisadas / Ano						
<i>Iaia</i>	689	658	727	1.392	1.061	Demanda
Eficiência - Indicador da produtividade de emissão de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação efetuadas por técnico ( <i>Ipai</i> ) - Nº de solicitações analisadas / Nº de técnicos do serviço						
<i>Ipai</i>	344,5	329	181,75	348	265,25	Demanda
Eficácia - Indicador de eficácia na análise de solicitações Anuências Prévias para Import. POA efetuadas em até 5 dias ( <i>Ieapoa</i> ) - Nº de						

solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° de solicitações						
<i>leapoa</i>	100%	100%	100%	100%	100%	Demanda

Fonte: SEDESA/SP

As demandas do SEDESA/SP, no que diz respeito ao trânsito internacional, são atendidas por apenas cinco FFAs Médicos Veterinários. Entendemos ser necessário que esse número seja aumentado, devido ao grande volume de atividades desenvolvidas no estado de São Paulo.

### **2.3.2.3 - Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO**

#### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

#### Resultados Operacionais

Esta ação objetiva o cumprimento das normas fitossanitárias que disciplinam a entrada e a saída de sementes, mudas, bulbos, rizomas e tubérculos, além da realização de supervisões periódicas do trânsito interestadual, realizadas através do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) nos postos de fronteira e também nos postos de fiscalização volantes.

Outra ação do SEDESA é a emissão de pareceres fitossanitários em processos de importação de produtos destinados à alimentação animal (RIPAA) e destinados a fertilizantes e corretivos, sendo emitidos em 2009, respectivamente, 1434 e 23 pareceres.

#### Macroprocesso: Intercepção de Pragas

As intercepções de pragas quarentenárias ou limitantes às culturas são ações de extrema importância para a agricultura nacional, pois previne a entrada de pragas que poderiam comprometer o desempenho do setor.

Observa-se que, em 2009, o número de intercepções caiu pela metade em relação ao ano anterior. Contudo, do ponto de vista de defesa fitossanitária, este número é expressivo, sinalizando que a vigilância em material de propagação deve estar sempre se aperfeiçoando. O aumento do número de análises de laudos de Diagnóstico Fitossanitário deve-se à contribuição de funcionários administrativos da UTRA/Sorocaba que organizaram os documentos, montaram processos para análise e alimentaram o banco de dados, permitindo o atendimento de toda a demanda desde 2006.

**Tabela 66**

INTERCEPTAÇÃO DE PRAGAS NA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL					
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº Amostras de Diagnostico Fitossanitário	429	773	881	893	1189
Nº laudos analisados	1093	2276	2203	3072	4137
Nº Intercepções de pragas	17	13	12	24	12
Nº Amostras dentro do padrão	412	760	869	869	1177

Fonte: SEDESA/SP

#### Principais Indicadores

<i>Mnemônico</i>	<i>Unidade</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>Meta</i>
<b>Capacidade</b>	- Capacidade anual de análise de laudo de diagnostico fitossanitário de material de propagação vegetal (ILDC) - Nº de Laudos analisados/Ano						

<i>ILDC</i>	Nº	1093	2276	2203	3072	4137	demanda
<b>Efetividade</b> - Conformidade do material de propagação vegetal importado livre de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura (ILDQ) - Nº amostras dentro do padrão x 100 / Nº amostras analisadas							
<i>ILDQ</i>	%	96,0	98,3	98,6	97,3	98,99	90

Fonte: SEDESA/SP

### Macroprocesso: Material de propagação vegetal

O material de propagação vegetal tem grande risco de disseminação de pragas de importância agrícola e por isso é feita análise, conforme a legislação vigente, de solicitações de exportação e importação de material de propagação.

Observa-se que os totais relativos à exportação e importação, em geral, são equivalentes, sendo que mais de 90% são deferidas. Contudo, o prazo para análise estabelecido pela legislação, que é de 5 (cinco) dias, foi cumprido em 75%, em 2009, devido à falta de documentos a serem apresentados pelo interessado e ao aumento da demanda de serviço do SEDESA-Vegetal.

**Tabela 67**

SOLICITAÇÕES DE IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL RECEBIDAS					
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº Solicitações de Importação recebidas	953	1025	994	1241	1487
Nº Solicitações de Exportação recebidas	1821	1597	1275	1159	1225
Nº Solicitações analisadas em até 5 dias	2721	2577	2203	1883	2040
Nº Solicitações Deferidas	2768	2600	2241	2328	2639
Nº Solicitações Indeferidas	6	22	42	72	73

Fonte: SEDESA/SP

### Principais Indicadores

**Tabela 68**

<i>Mnemônico</i>	<i>Unidade</i>	2005	2006	2007	2008	2009	<i>Meta</i>
<b>Capacidade</b> - Capacidade anual de análise de solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVCs) - Nº de solicitações analisadas/Ano							
<i>IMVCs</i>	Nº	2774	2622	2269	2400	2712	demanda
<b>Eficácia</b> - Eficácia na análise de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas em até 5 dias ( <i>IMVEs</i> ) - Nº solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / Nº solicitações							
<i>IMVEs</i>	%	98,08	98,3%	97,1%	78,5%	75%	90%
<b>Eficiência</b> - Produtividade de análises de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas por técnico. ( <i>IMVPs</i> ) - Nº solicitações analisadas/Nº de Técnicos envolvidos							
<i>IMVPs</i>	Nº	462,3	859	756	800	904	
<b>Efetividade</b> - Conformidade das solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal ( <i>IMVQs</i> ) - Nº de solicitações deferidas x 100 / Nº solicitações analisadas							
<i>IMVQs</i>	Nº	99,8%	99,1%	98,8%	97,0%	97%	99%

Fonte: SEDESA/SP

### Macroprocesso: Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica

O Instituto Agrônomo de Campinas-IAC é um dos dois quarentenários oficiais do país. O outro quarentenário (CENARGEN/EMBRAPA) está passando por reformas administrativas e grande parte da demanda foi desviada para São Paulo. Em 2008, observamos um aumento de 113% no número de quarentenas instaladas em relação ao ano anterior. Em 2009, apesar da demanda inferior a 2008 (74%), ainda é um número expressivo com tendência a aumentar em 2010.

Do total de quarentenas instaladas, foram supervisionadas 92% apesar do aumento no volume de serviço em outras ações executadas por este Setor, conforme já comentado.

SUPERVISÃO DE QUARENTENA DE MATERIAL DE PESQUISA CIENTÍFICA					<b>Tabela 69</b>
	2005	2006	2007	2008	2009

Nº Quarentenas instaladas	21	48	82	175	130
Nº Quarentenas supervisionadas	4	19	27	91	120
Nº Intercepções de pragas	0	0	0	0	0
Quarentenas dentro do padrão (%)	100	100	100	100	100

Fonte: SEDESA/SP

## Principais Indicadores

Tabela 70

Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Capacidade</b> - Capacidade anual de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVC) - Nº quarentenas/ Ano						
<b>IQVC</b>	Nº	48	82	175	130	demanda
<b>Eficácia</b> - Eficácia na supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVE) - Nº quarentenas supervisionadas x 100/ Nº quarentenas instaladas						
<b>IQVE</b>	%	39,6	32,9	52	92	100
<b>Eficiência</b> - Produtividade de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVP) - Nº quarentenas supervisionadas /Nº técnicos envolvidos						
<b>IQVP</b>	Nº	24	41	87,5	60	--
<b>Efetividade</b> - Conformidade na quarentena de material de pesquisa científica. (IQm) - Nº de quarentena conforme x 100 / Nº total de quarentena						
<b>IQVQ</b>	%	100	100	100	100	99

## Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 71

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	06

Obs: FFas do VIGIAGRO auxiliam nessa ação.

Fonte: SEDESA/SP

## Recursos Financeiros

Tabela 72

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	50.277.00	59.077.00	53.461.66	
339030	14.000.00	3.800.00	3.414.58	
339033	6.000.00			
339039		5.000.00	4.894.13	
339093	7.500.00	8.500.00	4.166.16	1.458.24
TOTAL	77.777.00	76.377.00	65.936.53	

## RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 73

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
	77.777.00	76.377.00	67.394.77	88.24
META SIPLAN	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	285.000	80.416	80.416	100

Fonte: SEDESA/SP, SIPLAN E SIAFI

### 2.3.2.4 - Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

#### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.

Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Áreas responsáveis	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

### Resultados Operacionais

Em 2004, após a ocorrência da *Bactrocera carambolae* no Amapá iniciou-se o programa de Erradicação da Mosca da Carambola em todos os Estados da Federação. Atualmente, o Estado de São Paulo possui o status de “Estado sem ocorrência da praga”. Para que este status seja mantido são realizados quinzenalmente monitoramento de detecção da praga, em pontos de entrada de produtos vegetais, possíveis veiculadores de *Bactrocera carambolae*.

O monitoramento é realizado através da instalação de armadilhas do tipo Delta nos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, no porto de Santos e nas Centrais de Abastecimentos (CEASAs) de Campinas e de São Paulo, os quais são considerados pontos estratégicos, devido ao grande fluxo de mercadorias oriundas de outros Estados e Países. Até o momento não foi encontrado nenhum exemplar desta praga no Estado.

As supervisões das armadilhas são realizadas mensalmente pelo SEDESA e sua distribuição está de acordo com orientação do órgão central. A efetividade desta atividade é importante para o atendimento de acordos internacionais e da fruticultura nacional, garantindo a exportação de frutas e o abastecimento interno, uma vez que esta praga tem muitos hospedeiros.

Em 2009, o número de armadilhas sofreu remanejamento, conforme orientação do órgão central. Para maior controle desta ação, o SEDESA aumentou o número de supervisões programadas neste ano. Devido à grande demanda de outras ações deste serviço, realizou-se 92% das supervisões previstas, contudo o objetivo desta ação não foi prejudicado, pois todas as armadilhas estiveram presentes nos locais programados e a eficácia do programa se mostra através da manutenção do status de Estado livre da praga *Bactrocera carambolae*, o que garante mercado internacional para muitas frutas.

**Tabela 74**

MONITORAMENTO DA MOSCA DA CARAMBOLA						
	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Área controlada (ha) - (SIPLAN)	248.209	248.209	248.209	248.209	248.209	248.209
Nº armadilhas instaladas	17	15	8	22	17	
Nº Supervisões programadas nos pontos de monitoramento	4	4	4	4	24	4
Supervisões realizadas nos pontos de monitoramento	1	1	4	3	22	4
Nº de FFA envolvidos na supervisão da ação	2	2	2	2	2	2

Fonte: SEDESA/SP

### Principais Indicadores

**Tabela 75**

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Capacidade</b> - Índice de Capacidade de Monitoramento (ICm) - Nº de armadilhas instaladas/Ano							
ICm	Nº	17	15	8	22	17	10
<b>Eficácia</b> - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas							
IEm	%	25	25	100	75	92	100
<b>Eficiência</b> - Produtividade de supervisão dos pontos de monitoramento (IPm) - Nº supervisões realizadas/Nº FFA envolvidos							
IPm	Nº	0,5	0,5	2	1,5	11	--
<b>Efetividade</b> - Conformidade fitossanitária para mosca da carambola em SP (IQm) - Nº moscas encontradas/Nº armadilhas x dias							
IQm	Nº	0	0	0	0	0	0

Fonte: SEDESA/SP

### Principais recursos humanos envolvidos

**Tabela 76**

Cargo	Número
-------	--------

Obs: FFAs do VIGIAGRO auxiliam nessa ação

Fonte: SEDESA/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 77

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009
339014	7.955.44	3.555.44	3.207.54
339030	700.00	700.00	445.87
339093	300.00	1.000.00	461.29
TOTAL	2.600.00	5.255.44	4.114.70

### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 78

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO
	11.555.44	5.255.44	4.114.70	78.29
META SIPLAN* (área controlada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %

\*O Estado de São Paulo é livre desta praga. Assim não há área controlada e sim área prevenida.

Fonte: SEDESA/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.2.5 - Ação 8572 - Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes - PCEVEGETAL

#### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Agropecuária -SEDESA

#### Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Uma das atividades do SEDESA é o Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para *Mycosphaerella fijiensis*, causador da Sigatoka Negra, visando o trânsito e comércio de banana e helicônias de Unidades de Produção cadastradas neste SMR.

Em 2009, o número de UPs (Unidades Produtoras) cadastradas aumentou 21,5% em relação ao ano anterior.

A legislação determina que sejam feitas 2 auditorias no Sistema, por ano. Em 2009, todas as regiões foram auditadas por amostragem do total de pontos cadastrados.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA (MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS)							Tabela 79	
Atividades realizadas	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	Meta	
Nº de pontos cadastrados (UP, UC, viveiro, etc)					241	293		
Área controlada (há)					7090	8717		

Nº Supervisões programadas no SMR	1	3	3	3	6	6	3
Nº Supervisões realizadas	1	0	2	3	6	11	3
Nº FFA envolvidos na ação	2	2	3	3	2	6	3

\*2009: todos os FFAs do SEDESA/SP (5) e 1 FFA da UTRA Campinas auxiliaram nas supervisões, para harmonização de procedimentos/treinamento.  
Fonte: SEDESA/SP

### Principais Indicadores

Tabela 80

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Capacidade</b> - Índice de Capacidade de Supervisão (ICsn) - Nº de auditorias realizadas/Ano							
<i>ICsn</i>	Nº	0	2	3	6	11	3
<b>Eficiência</b> - Eficácia na Supervisão (IEsn) - Nº auditorias realizadas x 100/ Nº auditorias programadas							
<i>IEsn %</i>	%	0	67	100	100	183	100%
<b>Eficiência</b> - Produtividade de Supervisão (IPsn) - Nº auditorias realizadas/NºFFA envolvidos							
<i>IPsn</i>	Nº	0	0,67	1	3	1,83	1

Fonte: SEDESA/SP

### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 81

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	06

Fonte: SEDESA/SP

### Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Anastrepha grandis* - Cucurbitacea

Outra atividade do SEDESA objetiva o acompanhamento do monitoramento de mosca-das-frutas (*Anastrepha grandis*) em cucurbitáceas (abóbora, melão e melancia), visando o cumprimento de acordos internacionais.

No ano de 2009, as regiões de Jales, Rinópolis e Presidente Prudente (regiões de São Paulo que exportam), foram monitoradas através de armadilhas atrativas e posterior análise laboratorial não sendo capturado nenhum espécimes, o que garante a eficácia do sistema e a manutenção do programa de exportação para Uruguai e Argentina.

A legislação determina que sejam feitas 2 auditorias no Sistema, por ano. Em 2009, todas as regiões foram auditadas no total de UPs cadastradas, sendo que o número de Fiscais envolvidos no programa foi três.

### PREVENÇÃO E CONTROLE DA ANASTREPHA GRANDIS EM CUCURBITACEA

Tabela 82

Atividades realizadas	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Unidades de Produção inspecionadas	7	7	5	7	19	19
Unidades de Produção cadastradas	7	7	5	7	19	19
Armadilhas monitoradas	72	100	60	56	120	120
Índice MAD*	0,03	0	0,017	0	0	0
Toneladas inspecionadas**	5833	7465	2961	2712	4302	4200

\* mosca capturada por armadilha por dia

\*\* toneladas fitossanitariamente aptas a exportar do total inspecionado pelo FFA, na Unidade de Consolidação.

Fonte: SEDESA/SP

### Principais Indicadores

Tabela 83

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Capacidade</b> - Índice de Capacidade de Inspeção (IHC) - Toneladas de produto inspecionado/Ano							
<i>IHC</i>	Nº	5833	7465	2961	2712	4302	demanda
<b>Eficiência</b> - Conformidade de cucurbitáceas inspecionadas (IHQ) - Toneladas aptas a exportar x 100/ Toneladas inspecionadas							
<i>IHQ</i>	%	100	100	100	100	100	100
<b>Eficiência</b> - Produtividade de inspeções de cucurbitáceas por técnico (IHP) -Toneladas de produto inspecionado /NºFFA envolvidos							
<i>IHP</i>	Nº	1944,3	2488,4	987,15	904,1	1377,33	1400
<b>Efetividade</b> - Conformidade de cucurbitáceas exportadas para Argentina e Uruguai (IHE) – Toneladas não rechaçadas x 100 / Toneladas exportadas							

<b>IHE</b>	%	100	100	100	100	100	100
------------	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: SEDESA/SP

### Macro processo: Prevenção e Controle da *Guignardia citricarpa* – Citros

As atividades realizadas nesta ação referem-se à implantação de Sistema de Manejo de Risco de Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*), visando à exportação de frutos cítricos “in natura” para a Comunidade Européia.

Para a exportação de citrus, como parte do Sistema de Certificação Fitossanitária, além das medidas fitossanitárias adotadas na produção, há a presença de FFAs diretamente nas Unidades de Consolidação para emissão do Certificado Fitossanitário Internacional. Esta ação assegura uma melhor rastreabilidade dos frutos, melhor controle da sanidade e atende às exigências fitossanitárias dos países importadores.

As ações de inspeção de citrus em 2009 foram realizadas em três unidades de consolidação, sendo elas as empresas Cutrale, em Araraquara, Bravis, em Itapetininga e Andrade Sun Farms, em Mogi Mirim.

Em 2009 a área cadastrada no SMR foi de 7.179 ha. O cadastro e as inspeções das UPs, aprovadas nos testes de indução laboratoriais são feitas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Foram exportadas em 2009 para a Comunidade Européia 29.300 toneladas de laranjas e tangerinas frescas, correspondentes a 1013 Certificados Fitossanitários. Desse total, foram rechaçadas 36 cargas por ocorrência de Pinta Preta em diversos países da Comunidade Européia. A maioria dos Certificados corresponde a um contêiner apenas, então o percentual de rechaço foi de 3,5%.

Nos testes de indução, realizados antes da liberação para colheita, 50 UPs foram reprovadas e retiradas do Sistema de Mitigação de Risco. As inspeções de frutos realizadas nas Casas de Embalamento pelos Fiscais do MAPA constataram a ocorrência de Pinta Preta em outras 55 UPs e retirou-as do programa de exportação para a CE.

O elevado número de Unidades de Produção reprovadas em testes de indução e nas inspeções nas casas de embalamento ocorreu em virtude do elevado índice pluviométrico no ano de 2009, superior ao dos anos anteriores, principalmente após julho, período de maior colheita dos frutos cítricos.

As exportações foram encerradas praticamente um mês antes da época prevista por causa do grande número de UPs desabilitadas e também devido aos rechaços de partidas de citrus pela Comunidade Européia.

EXPORTAÇÃO DE CITROS PARA CE				Tabela 84	
Atividades realizadas	2005	2006	2007	2008	2009
Área controlada (há)	*	*	*	10544	7.179
Nº Unidades de Produção (UP) inspecionadas	33	35	47	547	428
Nº Unidades de Produção (UP) aptas a exportar	*	*	*	421	323
Nº Unidade de Consolidação (UC) inspecionada	3	8	9	2	3
Nº Unidade de Consolidação (UC) cadastrada	3	8	7	2	3

\* nos anos anteriores esse macro processo era medido de forma diferente.

Fonte: SEDESA/SP

### Principais Indicadores

Tabela 85

Mnemônico	Unidade	2008	2009
<b>Eficácia</b> - Conformidade de frutos cítricos inspecionados (IFQc) - UP apta a exportar x 100 / UP inspecionadas			
<b>IFQc</b>	%	76,96	75,47

Fonte: SEDESA/SP

### Macro processo: Prevenção e Controle de Pragas da Madeira (*Syrex noctilio*)

Este macro processo constou da realização de um levantamento para verificar a presença da praga no estado. Dada a confirmação da ocorrência da praga, realizou-se curso para habilitação de engenheiros agrônomos da iniciativa privada para certificação na origem.

Cabe ressaltar que, para o atendimento das ações ligadas ao Sedesa Vegetal, é imprescindível o aumento da equipe em cinco Fiscais, tendo em vista que, além do quadro já estar deficitário, no ano de 2010 haverá novas atribuições como: acompanhamento da erradicação do cancro da videira, do moko da bananeira e da ferrugem alaranjada da cana.

#### **Principais recursos humanos envolvidos**

**Tabela 86**

Cargo	Número
Fiscal Federal Agropecuário	07

Obs.: Desses 7 FFAs envolvidos nessa ação, 6 são do SEDESA, e um é da UTRA-Araraquara.  
Fonte: SEDESA/SP

#### **Recursos Financeiros**

**Tabela 87**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	24.276.00	36.825.26	27.024.33	
339030	2.500.00	500.00	0.00	
339033	10.500.00	15.795.00	11.383.96	
339036	4.710.00	4.215.06	4.215.06	
339093	6.300.00	7.227.60	3.516.86	842,15
<b>TOTAL</b>	<b>48.286.00</b>	<b>64.562,92</b>	<b>46.140,21</b>	<b>842,15</b>

#### **RESUMO GERAL DA AÇÃO**

**Tabela 88**

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	48.286.00	64.562,92	46.982,36	72,77
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (área controlada)	162.156	162.156	162.156	100

Fonte: SEDESA/SP

#### **Convênio com o Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS**

O Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS – é uma sociedade civil (uma associação de citricultores e indústrias processadoras de frutas cítricas, voltada para a sanidade dos pomares), sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Araraquara/SP. Possui 54 escritórios, todos interligados em sistema informatizado, estando instalados em regiões estratégicas nas principais regiões citrícolas de todo o Estado de São Paulo e áreas adjacentes no Estado de Minas Gerais. Atendendo, em sua área de atuação, pomares comerciais em mais de 330 municípios do Estado de São Paulo e 17 de Minas Gerais.

O corpo técnico e o pessoal de campo são experientes na execução do sistema de inspeção e reinspeção, com boa mobilidade de ação na detecção de praga, o que tem levado à diminuição da evolução da instalação das pragas em áreas indenens.

O FUNDECITRUS vem formalizando convênios com o MAPA desde 1998, com o objetivo de defender os interesses da citricultura paulista, tendo como objeto o levantamento fitossanitário na ocorrência do Cancro Cítrico e Greening em pomares comerciais.

Com o convênio firmado em 2008, através do portal de convênios do governo federal, sistema SICONV, sob o nº 702770/2008, liberação do recurso em 2009 e execução em 2009/2010, a entidade pretende inspecionar pelo menos 16,368 milhões de plantas cítricas, na detecção de plantas com sintomas de Cancro Cítrico e/ou Huanglongbing-HLB (Greening), com a meta de atendimento de, no mínimo, a 30 municípios do Estado de São Paulo.

Essas ações envolvem a sistemática inspeção dos pomares visando deflagrar a ação de erradicação destas enfermidades no Estado de São Paulo, aumentando assim, a competitividade da citricultura paulista com qualidade e produtividade.

### 2.3.2.6 - Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos-VIGIZOO

#### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; Capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

**Tabela 89**

ATIVIDADE	AÇÕES	AÇÕES REALIZADAS	
		PRODUTOS	TIPO AÇÃO
Fiscalização do trânsito nacional de animais e produtos	Habilitação de médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal Orientação técnica Recebimento e análise de documentação.	Portarias de habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA.	DIRETA/ INDIRETA
Liberação de produtos para exportação	Recebimento e análise de documentação.	Certificado zoossanitário de origem / Declarações	DIRETA
Vigilância epidemiológica	Recebimento de dados epidemiológicos, verificação e tabulação.	Ficha epidemiológica mensal Informes epidemiológicos mensais específicos (doenças aviárias, brucelose, tuberculose, raiva).	DIRETA/ INDIRETA

#### **Supervisão das Ações De Defesa Sanitária:**

Durante o ano de 2009, os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitados, mas o maior obstáculo para a plena execução das ações continuou a ser a deficiência de recursos humanos. No que se refere às supervisões ao órgão estadual de defesa sanitária animal, o reduzido quadro de técnicos do SEDESA foi um entrave para o pleno desenvolvimento desta atividade. Dos 9 (nove) FFAs lotados na sede e 3 (três) colaboradores das UTRAs, somente 3 (três) FFAs estão aptos e com disponibilidade para supervisionar 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária – unidades regionais do órgão executor, sendo que os mesmos ainda coordenam outras ações e colaboram nos demais macro processos do Serviço. Tal realidade não permitiu o cumprimento da meta estabelecida para 2009, que era de 40% do total. No ano de 2009 foi implementado um trabalho de auditoria em empresas avícolas, auditadas empresas como AVIAGEN DO BRASIL LTDA, HY-LINE DO BRASIL LTDA, COBB-VANTRESS DO BRASIL LTDA, GLOBOAVES LTDA.

#### **Trânsito Interestadual de Animais e Produtos:**

Atendeu-se à demanda tanto no que se refere à habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, assim como no fornecimento de blocos de Certificado de Inspeção Sanitária modelo E (CIS-E).

Dando continuidade à implementação das alterações ocorridas na legislação, foram efetuados treinamentos e habilitações de Médicos Veterinários para emissão de GTAs no Estado de São Paulo.

**Tabela 90**

Estão habilitados hoje após 6 treinamentos em 2007, 9 em 2008 e 6 em 2009	
ESPECIES	NUMERO
Aves e Ovos Férteis	105 Médicos Veterinários
Eqüídeos	95 Médicos Veterinários
Animais Silvestres	2 Médicos Veterinários
Animais Aquáticos	11 Médicos Veterinários
Animais de Laboratório	4 Médicos Veterinários

Suídeos	4 Médicos Veterinários
Egresso de Eventos	139 Médicos Veterinários
<b>Total</b>	<b>360 Médicos Veterinários</b>

Fonte: SEDESA/SP

### Informes Epidemiológicos:

No que diz respeito ao fluxo de informações epidemiológicas com o órgão executor, este manteve-se deficiente. Diante de tal situação, conservou-se o estreitamento do relacionamento com os Médicos Veterinários habilitados na continuação do recebimento de relatórios mensais via e-mail no endereço: gta-sp@agricultura.gov.br

Isso conferiu maior agilidade na troca de informações e na divulgação de normas, mas cabe ressaltar que o recebimento de relatórios ainda está aquém do desejável, embora tenha havido melhoria em relação ao ano de 2008. Foram entregues 239 relatórios mensais durante o ano de 2009.

### Declarações Sanitárias:

No ano de 2009, foi dado prosseguimento a padronização dos certificados de conformidade, visando subsidiar principalmente as exportações de alimentos para cães e gatos para a América Latina. Pode-se observar uma diminuição no número de declarações sanitárias emitidas, o que se deve à demanda para exportação de ração, porém para os produtos exportados foram mantidas as exigências sanitárias, especialmente no que se refere ao status do estado e do Brasil com relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca) e Febre Aftosa.

### Atividades Desenvolvidas

Tabela 91

#### VIGILÂNCIA ZOOSANITÁRIA E CONTROLE DE TRÂNSITO INTERESTADUAL 2005-2008

ATIVIDADE	Un.	2005	2006	2007	2008	2009
Declarações sanitárias para fins de exportações emitidas	Nº.	251	135	125	334	198
Notificação de enfermidades a outros SEDESAs	Nº.	50	45	00	00	00
Informes epidemiológicos mensais elaborados	Nº.	94	84	96	96	88
Méd. veterinários credenciados para emissão de GTA	Nº.	81	22	286	64	360
Médicos veterinários descredenciados	Nº.	99	05	816	63	49
Médicos veterinários credenciados orientados	Nº.	733	524	286	300	239
Relatórios recebidos e processados	Nº.	4.165	3.720	1.850	9.964	2.394
Propriedades atendidas	Nº.	24.355	40.186	54.294	61.925	57.150

Fonte: SEDESA/SP

No ano de 2006 foi publicada a Instrução Normativa nº 15, a qual regulamentou a nova habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA em todo território nacional. Por isso em 2007, foram descredenciados todos os antigos médicos veterinários credenciados e habilitados 286 médicos veterinários para emissão de GTAs para as diferentes espécies animais. Em 2008, foram habilitados 64 novos veterinários para esse fim e, em 2009, foi realizada reciclagem geral com nova habilitação de todos, totalizando 409 médicos veterinários habilitados, mas pela falta de desempenho ou descumprimento da legislação, foram desabilitados 49 veterinários, o que totalizou ao final do ano, 360 médicos veterinários habilitados.

### Principais Indicadores

Tabela 92

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Capacidade</b> - Indicador de capacidade anual de habilitação de médico veterinário (ICcrf) – Nº de med.vet.habilitados/Ano							
<b>ICcrf</b>	Nº	81	22	286	64	360	demandas
<b>Eficácia</b> – Indicador de conformidade de atuação de med.veterinario habilitado (IQcrf)-med. veterinário habilitado inicia/ Nº de med. Veterinário desabilitado no ano x 100							
<b>IQcrf</b>	Nº	87,53	98,07	-65,00%	78,93	88,02	100%

Fonte: SEDESA/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 93

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO
---------------------	------------	----------	-----------

339014	10.298.52	8.705.52	8.625.66
339039	6.000.00		
339093	3.800.00	3.900.00	731.97
TOTAL	20.098.52	12.605,52	9.357,63

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 94
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	20.098.52	12.605.52	9.357.63	74,23

META SIPLAN*	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
(Fiscalização realizada)	70.000	230.000	807.091	351,05

\* refere-se à emissão de GTA pelo serviço oficial e médicos veterinários habilitados.  
Fonte: SEDESA/SP, SIPLAN e SIAFI

### **2.3.2.7 - Ação 4842 – FEBREAFETOSA - Erradicação da febre aftosa**

#### **Dados Gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários norte e nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento sorológico epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Áreas responsáveis pela execução da ação	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

O governo estadual, representado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), responsabiliza-se pela execução do PNEFA no âmbito estadual. As ações de fiscalização da vacinação, controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, cadastramento de propriedades, inquérito sorológico e demais atividades relacionadas são executadas pela CDA sob supervisão do SEDESA que também é responsável por auditar o sistema.

A atividade de execução direta realizada pelo SEDESA é o controle do trânsito interestadual de animais biungulados susceptíveis à febre aftosa regulamentado pela Instrução Normativa nº 44/07. Para que animais de outros estados classificados como de médio risco para febre aftosa ingressem no Estado de São Paulo, é necessária uma autorização emitida pelo SEDESA após quarentena e sorologia realizadas na origem, seguida de quarentena no destino, e somente após esses procedimentos os animais são liberados para movimentação dentro do Estado.

**Tabela 95**

ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRÂNSITO DE BIUNGULADOS PARA RECRIA OU ENGORDA ENTRE ÁREAS DE DIFERENTES C	2004	2005	2006	2007	2008
Número de fiscais envolvidos com as autorizações de ingresso	1	1	1	1	1
Análise de requerimento ingresso/egresso SP	18	8	26	27	25

Vistorias em propriedades pedidos/resultados	18	43	21	9	8
Autorizações emitidas para ingresso em SP	18	4	12	4	3
Encaminhamento de autorizações de outras UFs	-	-	-	-	12
Acompanhamento de quarentena pré-trânsito	17	2	4	8	1

Fonte: SEDESA/SP

As ações descritas anteriormente contribuíram para a manutenção da condição de zona livre de febre aftosa, com a vacinação efetuada pelo Estado de São Paulo, a partir do ano de 1996 quando foi registrado o último caso da doença no estado.

Em maio de 2008, São Paulo recuperou o reconhecimento internacional da sua condição de zona livre de febre aftosa com vacinação e voltou a ser habilitado para exportação para União Européia, graças aos elevados índices de vacinação alcançados, além de medidas adotadas após o foco da doença no Mato Grosso do sul em 2005. Em 2009, o esquema de vacinação no estado de São Paulo foi modificado em concordância com as orientações da Coordenação do PNEFA. Na etapa de vacinação do mês de maio, foram vacinados somente os animais com até 24 meses de idade e, na etapa de novembro, foram vacinados todos os animais. Essa modificação foi realizada, com o objetivo de, no futuro, implantar no estado uma zona livre de febre aftosa sem vacinação, condição ideal de controle desta enfermidade, o que permite exportar animais e seus produtos para diversos mercados, ampliando o comércio internacional.

Como pode ser observado na tabela abaixo, os índices vacinais no estado se mantiveram altos nos últimos anos, o que permitiu que a estratégia enunciada acima fosse adotada. No entanto, essas ações devem estar sempre acompanhadas do controle do trânsito de animais susceptíveis a febre aftosa, ações de vigilância e educação sanitária.

#### Vacinação

Tabela 96

Propriedades	Mai/05	Nov/05	Mai/06	Nov/06	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08	Mai/09	Nov/09
existentes	156.746	162.024	159.806	156.375	153.349	156.422	151.442	147.814	153.300	150.905
vacinaram	154.412	160.132	157.272	153.432	151.016	149.460	146.055	139.939	127.916	141.679
%	98,51	98,83	98,41	98,12	98,48	95,55	96,44	94,18	83,44	93,89

Bovinos (em 1.000 cab.)	Mai/05	Nov/05	Mai/06	Nov/06	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08	Mai/09	Nov/09
existentes	13.650	13.714	13.222	12.655	12.001	11.923	11.576	11.444	4.938.747*	11.549
vacinaram	13.569	13.659	13.157	12.579	11.946	11.827	11.478	11.215	4.737.689	11.301
%	99,41	99,60	99,50	99,40	99,54	99,18	99,16	96,49	95,93	97,85

\*Total de bovídeos com idade até 24 meses (etapa de maio/09)

Fonte: SEDESA/SP

A meta para 2010 é manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, visando pleitear o reconhecimento com zona livre de febre aftosa sem vacinação em futuro próximo.

#### Principais Indicadores

Tabela 97

Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
<b>Capacidade</b> - Indicador de capacidade de emissão de autorização de ingresso de animais em zona livre FA-ZLFA- (IC atz) – nº autorizações emitidas/ano (IC atz)	Nº	4	12	4	3	7	Demanda
<b>Eficácia</b> – Conformidade das autorizações de ingresso na ZLFA (IQ atz) – nº autorizações emitidas x 100 / nº autorizações solicitadas IQ atz	%	50	46,1	14,8	12	78*	100%
<b>Eficiência</b> – Indicador de produtividade na emissão de autorizações de ingresso de animais na ZLFA (IP atz) – nº de autorizações de ingresso/nº de fiscais envolvidos (IP atz)	Nº	4	12	4	3	7	Demanda
<b>Efetividade</b> - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (IEE fa)-Nº casos notificados x 100 / Ano							

\*emissão de autorização de ingresso em conformidade

Fonte: SEDESA/SP

**Principais recursos humanos envolvidos**

O SEDESA conta com a colaboração de quatro FFAs nas ações relacionadas ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Dois desses fiscais estão envolvidos nos controles do trânsito nacional de animais suscetíveis, normatizado pela IN nº. 44; os outros dois FFAs atuam na supervisão das ações executadas pelo órgão estadual de defesa sanitária animal e no acompanhamento de convênios. Consideramos serem insuficientes os recursos humanos disponíveis, uma vez que a pecuária paulista tem expressiva representatividade na balança comercial.

**Recursos Financeiros****Tabela 98**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	63.445.74	72.494.36	67.880.86	
339030	19.094.00	20.917.57	15.917.57	
339033	5.035.00	12.935.00	11.946.19	
339039*		75.419.25	64.476.46	
339093	5.600.00	8.600.00	1.334.30	576.26
449052		9.000.00	8.894.78	
<b>TOTAL</b>	<b>87.574.74</b>	<b>187.724.18</b>	<b>170.450.16</b>	

\*incluídas despesas com a Estação Quarentenária de Cananéia

**RESUMO GERAL DA AÇÃO****Tabela 99**

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	87.574.74	187.724.18	171.026.42	91.11
META SIPLAN (área livre em Km <sup>2</sup> )	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	248.209	248.209	248.209	100

Fonte: SEDESA/SP, SIPLAN e SIAFI

**2.3.2.8 - Ação 8658 – PCEANIMAL- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais****Dados Gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	<p>Garantir a saúde animal, visando assegurar a saúde do consumidor, o aumento da produtividade do rebanho nacional e qualidade dos alimentos gerados. Essa ação é dividida em cinco macro processos, cujas finalidades estão listadas abaixo.</p> <p>Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.</p> <p>Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da vaca louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis.</p> <p>Reduzir a incidência de doenças na equídeocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais.</p> <p>Garantir a sanidade do plantel avícola.</p> <p>Reduzir a incidência de doenças na suídeocultura</p>
Descrição	<p>Atuar aplicando as diretrizes de cada programa sanitário fiscalizando o cumprimento da legislação vigente, certificando propriedades, habilitando pessoal para atuação junto ao serviço oficial, orientando os produtores, entre outras ações, conforme atividades descritas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infra-estrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.</li> <li>Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e equídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais;</li> </ul>

fiscalização dos processos graxaria; exames clínicos inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização;

- Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos soropidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação.
- Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA); registro das propriedades; controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA; vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da Doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação as doenças aviárias e as atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse do PNSA.
- Promoção e participação em reuniões, acompanhamento de estudos epidemiológicos e campanhas de educação sanitária; elaboração de normas e procedimentos técnicos para diagnóstico de enfermidades; criação de zonas livres de doenças para certificação de granjas de reprodutores; controle da utilização de imunobiológicos e demais insumos para a atividade; auditorias e supervisões técnicas em órgãos oficiais de defesa sanitária animal nos estados; fiscalizações de estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos.

Áreas responsáveis pela execução Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

### **Macro processo: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose**

Neste macro processo, a função do SEDESA é a de atuar a nível estadual no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). Fazem parte da ação o acompanhamento e participação como instrutor dos Cursos sobre Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, a análise da documentação dos Médicos Veterinários que pretendem habilitar-se para atuar no Programa, a certificação das propriedades livres ou monitoradas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo.

O Curso de Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis são ministrados visando à habilitação de médicos veterinários para atuar no Programa como colaboradores nas ações desenvolvidas pelo serviço oficial.

O número de médicos veterinários habilitados vem diminuindo sensivelmente nos últimos três anos, conforme tabela abaixo; porém pode-se observar que há número expressivo de profissionais já habilitados, que, se comparado ao plantel bovino existente no estado, enseja a conclusão que este número está próximo ao desejável para o pleno desenvolvimento do programa.

Em 2009, o número de propriedades com interesse na certificação como propriedades livres ou monitoradas aumentou de 37 em 2008 para 53 propriedades. Este processo é moroso, levando-se em média 10 meses devido ao prazo a ser respeitado entre os exames. Atualmente existem 53 propriedades em processo de certificação.

Como ponto de estrangulamento no desenvolvimento do PNCEBT ressaltamos:

- Dificuldade no processo de sacrifício dos animais reagentes, visto que os frigoríficos não querem receber estes animais;
- A falta de recursos para indenização dos animais reagentes, levando em muitos casos os proprietários esconderem os animais;
- A demora na desabilitação dos médicos veterinários que infringem a legislação.
- Divulgação do programa a nível estadual e nacional.
- Vantagens oferecidas ao produtor em obter a certificação de propriedade livre ou monitorada.
- Participação dos serviços de inspeção no cumprimento da IN 51/2002 sobre a exigência de certificação das propriedades para a produção de leite B.

**Tabela 100**

CURSOS MINISTRADOS PELA UG – 2003 – 2008						
Unid.	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Treinamento de FFAs em brucelose e tuberculose	Nº.	0	0	0	0	0	0
Entidades habilitadas a ministrar Curso	Nº.	7	1	0	0	0	0
Cursos de Brucelose e Tuberculose com supervisão oficial	Nº.	39	24	13	10	09	13
Cursos de Brucelose e Tuberculose no Estado	Nº.	52	24	13	10	09	13
Veterinários treinados p/ habilitação	Nº.	772	356	102	178	167	192
Total de veterinários treinados no Estado	N	985	356	102	0	32	57
Veterinários habilitados	Nº.	39	530	148	62	61	60

Fonte: SEDESA/SP

## Principais Indicadores

Tabela 101

Mnemônico	Unidade	2008	2009
<b>Eficiência</b> - Indicador de produtividade na habilitação de médicos veterinários - ( <i>IP hmv</i> ) – n° med. veterinários habilitados/n° fiscais			
<i>IP hmv</i>	n°	61	60
<b>Capacidade</b> – Capacidade de habilitação de med. veterinários ( <i>IQ hmv</i> ) – Med. Veterinários habilitados / ano			
<i>IQ hmv</i>	n°	61	60
<b>Eficácia</b> – Indicador de eficiência de cursos de habilitação de med. veterinários para atuar no PNECBT ( <i>IE hmv</i> ) – n° de cursos realizados/n° de cursos com participação de FFA			
<i>IE hmv</i>	n°	09	13

Fonte: SEDESA/SP

## Principais recursos humanos envolvidos

Apenas um FFA atua nesse macro processo.

## Macro processo: Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, o Estado de São Paulo possui 11.549 milhões de bovinos e é responsável por 33% da pecuária na região Sudeste. Este patrimônio deve ser preservado com ações voltadas para o controle e a erradicação das principais enfermidades que causam prejuízos e restrições à comercialização e exportações, garantindo a disponibilidade, nos mercados interno e externo, de produtos de qualidade, sanitariamente controlados. Dentre estas enfermidades estão a Raiva dos Herbívoros e a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB (Doença da Vaca Louca).

### Raiva dos Herbívoros

As ações de controle da raiva dos herbívoros em São Paulo são executadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) sob supervisão da SFA/SP. Os resultados apresentados são referentes às análises de relatórios mensais encaminhados pela CDA/SAA-SP.

## AVALIAÇÃO QUANTO ÀS ATIVIDADES PROFILÁTICAS EM RAIVA

Tabela 102

Espécie Animal	Nº de propriedades com focos de morcego monitorados/ Nº. de animais vacinados/ Nº. de casos confirmados de acordo com a espécie animal		Nº. Propriedades com casos		Nº Casos**	
	2008	2009	2008	2009	2008*	2009
Bovídeos	9609	5933	107	71	151	101
Equídeos	2.935	292	24	04	25	04
Caprinos	130	---	01	0	01	0
<b>TOTAL</b>	<b>12674</b>	<b>6225</b>	<b>132</b>	<b>75</b>	<b>177</b>	<b>105</b>

\*Os dados de 2008 foram atualizados com os dados enviados posteriormente pela secretaria da agricultura

\*\* casos com diagnóstico clínico e/ou laboratorial

Fonte: SEDESA/SP

Em 2008, foram trabalhados 2.585 refúgios, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 4.931 morcegos hematófagos. Destes, 39 foram encaminhados para diagnóstico laboratorial. Já em 2009, foram trabalhados 2184 refúgios, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 4031 morcegos hematófagos. Destes, 40 foram encaminhados para diagnóstico laboratorial.

Pela análise das tabelas acima, verifica-se um aumento da incidência de casos de raiva no ano de 2008, ocorrendo principalmente nos municípios localizados na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, sendo registrados um maior percentual de casos positivos nos seguintes municípios: São Sebastião da Gramma, Caconde, Joanópolis e Vargem Grande do Sul. Medidas conjuntas entre os Órgãos Executores Estaduais de São Paulo e Minas Gerais foram adotadas, a fim de se controlar os focos ocorridos na divisa entre ambos os estados. O menor número de propriedades monitoradas em 2009 justifica-se pela diminuição dos casos de raiva ocorridos nos herbívoros neste ano.

Em 2009, não foram encaminhados ao MAPA os registros de controle da vacinação anti-rábica dos herbívoros, pois de acordo com informações do Órgão Estadual, a partir de outubro de 2008, excluiu-se a obrigatoriedade de vacinação contra a raiva dos herbívoros, já que as áreas de risco para a doença vêm paulatinamente diminuindo, em consequência da intensificação das medidas de controle.

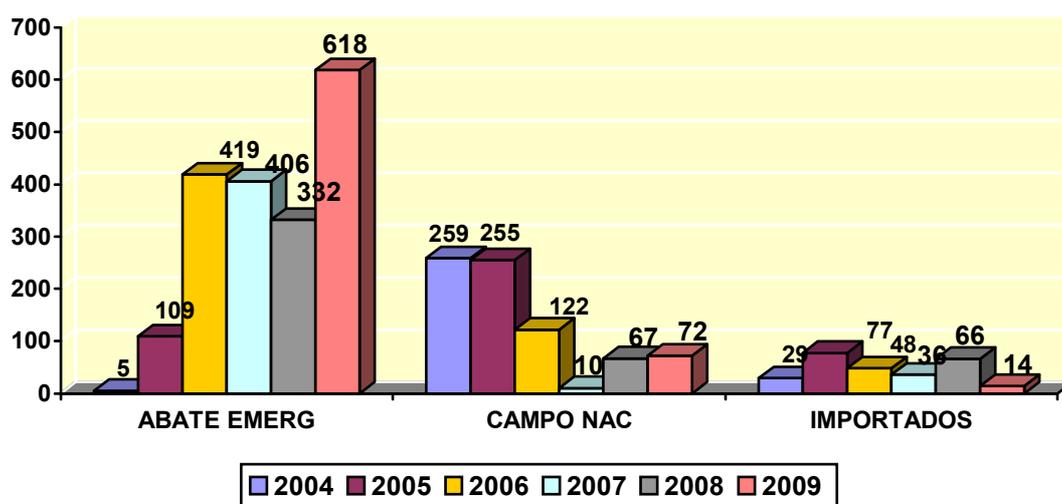
O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade, levando-se em consideração que, no ano de 2008, apenas 0,05% das propriedades foram acometidas, atingindo um número muito pequeno de animais (0,0008%) e em 2009, reduziu-se para 0,0005% os animais acometidos.

### Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)

Visando realizar a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca), em populações de maior risco, o SEDESA continua acompanhando a colheita de amostras em matadouros, nos animais submetidos ao abate de emergência e/ou naqueles que chegam mortos. As amostras (tronco encefálico) são coletadas por FFAs do Serviço de Inspeção Federal. Em 2009, foram encaminhadas ao Laboratório 618 amostras de tronco encefálico para análise pela técnica de imunoistoquímica.

Adicionalmente, em bovinos importados de países considerados de risco, foram coletadas 14 amostras até outubro de 2009, e 72 amostras de animais com sintomatologia nervosa, sendo todos os resultados negativos para a EEB estas últimas analisadas pelo Instituto Biológico de São Paulo (histopatológico). O gráfico abaixo demonstra o número de amostras encaminhadas para o exame histopatológico e/ou imunohistoquímica, de 2004 a 2009.

**Gráfico 1 – Número de amostras encaminhadas para o exame histopatológico ou imunohistoquímica, de 2004 a 2009**



Verifica-se que a coleta de amostras de bovinos oriundos de abate de emergência mantém-se estável desde 2006. Em 2009, o aumento do número de amostras coletadas em relação aos anos anteriores deveu-se à intensificação das colheitas nos estabelecimentos de abate de bovinos sob

inspeção federal, após treinamento realizado para os fiscais federais agropecuários dos SIFs e aos médicos veterinários do Órgão Estadual.

Quanto à vigilância nos bovinos oriundos do campo com sintomatologia nervosa, verifica-se que houve uma diminuição acentuada da coleta de amostras em 2007. Em 15/08/08, o SEDESA encaminhou o Ofício nº 128/2008 e o Procedimento para Vigilância Epidemiológica da Raiva e das EETs (Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis) a campo (POP 010) à Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, visando incrementar a vigilância ativa nos bovinos negativos para raiva e naqueles com doenças crônicas depauperantes. Em 2009, houve vários treinamentos focando a importância da vigilância e do diagnóstico diferencial destinados aos médicos veterinários do Órgão Estadual. A partir de então, houve um incremento na vigilância ativa e espera-se um maior aprimoramento em 2010.

Quanto às atividades de mitigação de risco da EEB em estabelecimentos rurais, essas são desenvolvidas diretamente pelo SEDESA através da ação de fiscalização de propriedades rurais, com o objetivo de coibir o uso de subprodutos de origem animal na alimentação de ruminantes, cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº. 08, de 25/03/2004.

Em 2009, foram fiscalizadas 201 propriedades rurais em atendimento a denúncias e/ou fiscalização pró ativa, sendo coletadas 113 amostras para análise laboratorial.

A tabela abaixo demonstra o número de fiscalizações e amostragens realizadas de 2006 até 2009, observando-se que houve um incremento nas fiscalizações em 2008, em vista da identificação em 2007 de regiões críticas quanto à utilização de subproduto de origem animal na alimentação dos ruminantes.

**Tabela 103**

FISCALIZAÇÕES E AMOSTRAGENS REALIZADAS			
ANO	Nº Propriedades Fiscalizadas	Nº amostras coletadas	Nº de Fiscais envolvidos
2006	81	71	8.15
2007	129	120	9.40
2008	236	198	10
2009	201	113	8
TOTAL	647	502	-

Fonte: SEDESA/SP

Em 2009, as fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Campinas, Ipanema, Marília e São José do Rio Preto. Foi realizado um mutirão de fiscalização que abrangeu os municípios de Cerquilha, Tietê, Porto Feliz, Laranjal Paulista e Conchas, onde se fiscalizou 74 propriedades, com 48 amostras coletadas.

Quanto às ações educativas, em 2009, foram realizados 11 eventos, dentre eles palestras a produtores rurais, treinamentos (teóricos e práticos) destinados a médicos veterinários do setor público, palestras para médicos veterinários (privados e públicos) e para alunos de graduação do curso de medicina veterinária, visando capacitar e conscientizar o público quanto à importância do papel de cada um nas ações de controle da raiva dos herbívoros, do Scrapie (Paraplexia Enzootica dos Ovinos) e de prevenção da EEB.

### Principais Indicadores

**Tabela 104**

Mnemônico	2006	2007	2008	2009	META
Eficiência - Produtividade na fiscalização de propriedades rurais ( <i>IP pfp</i> ) - nº de propriedades fiscalizadas / nº Fiscais envolvidos					
<i>IP pfp</i>	9,9	13,7	23,6	25,12	10
Eficiência - Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos ( <i>IP pca</i> ) - nº de amostras coletadas/ nº Fiscais envolvidos					
<i>IP pca</i>	8,6	12,7	19,8	14,1	12
Eficácia - Conformidade de amostras enviadas ao laboratório ( <i>IQ Cal</i> ) - nº amostras conformes enviadas ao lab x 100 / nº total amostras colhidas					
<i>IQ Cal</i>	---	98,9	91,7	100	100
Eficácia - Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos ( <i>IQ can</i> ) - nº de amostras negativas x 100/nº total amostras analisadas					
<i>IQ can</i>	---	62,2	31,9	59,3	100
Capacidade - Capacidade de coleta de amostras ( <i>IC vl</i> ) nº amostras coletadas/ano					

O índice referente à conformidade de amostras negativas para pesquisa de produtos de origem animal na alimentação dos ruminantes (IQcan) indica o elevado percentual de positividade em 2008 (68,1%) e reflete a intensificação das ações nos municípios críticos, visando coibir a utilização de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação dos ruminantes. Em 2009, verificou-se que houve uma diminuição no percentual de positividade das amostras analisadas (40,7% positividade).

Em 2009, as fiscalizações foram voltadas principalmente para as propriedades já fiscalizadas, visando verificar descontinuidade da infração cometida e para atendimento a denúncias. Observa-se que o número de fiscalizações em 2009 tem sido o dobro do número de amostras coletadas, isso devido a dois fatores:

- em muitas propriedades fiscalizadas não havia suplementação, sendo os ruminantes criados extensivamente;

- através do uso do teste rápido de detecção de proteína animal (feedcheck), está sendo possível se fazer uma triagem das amostras secas, não encaminhando para análise laboratorial aquelas com resultado negativo no feedcheck.

Portanto, diante dos fatores mencionados acima, observa-se que em 2009 o percentual de propriedades onde se constatou utilização de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes foi de 22,8%. Esses dados refletem a importância da manutenção das fiscalizações.

É importante ressaltar que das 201 propriedades fiscalizadas, 76 foram referentes à segunda fiscalização, a fim de se verificar descontinuidade da infração cometida. Dessas, em 70 (92,1%) não foi observada reincidência, onde se constatou o uso de alimentos inócuos aos ruminantes, sem proteínas e gorduras de origem animal. Esses dados refletem as ações realizadas em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, onde o produtor rural assina um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a não continuar com a prática do uso de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes, sob a pena de multa no valor de R\$ 50.000,00 e abate dos animais.

Observa-se que a ação gerencial da SFA junto às UTRAS possibilitou a realização de uma atividade que, até o ano de 2005, era feita esporadicamente. A partir de 2006, o resultado do monitoramento proporcionou indicadores que estão dando subsídios à UG para estabelecer estratégias buscando a efetividade da ação. Os resultados de 2009 comprovam a importância de manutenção das fiscalizações e a efetividade das medidas punitivas. Através da publicação da Instrução Normativa nº 41, de 08.10.09, acredita-se que, em 2010, haverá uma diminuição ainda maior do uso de subprodutos de origem animal proibidos na alimentação dos ruminantes.

#### **SCRAPIE:**

A *Scrapie* ou Paraplexia Enzoótica dos Ovinos é considerada uma enfermidade neuro degenerativa, transmissível e fatal que acomete ovinos e caprinos. É pertencente ao grupo das encefalopatias espongiiformes transmissíveis EET, mesmo grupo a qual pertence a doença da vaca louca.

A *scrapie* é de notificação compulsória e sua suspeita ou ocorrência devem ser imediatamente informadas à autoridade de defesa sanitária animal de quaisquer das instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Em 2008, foi notificada a morte de um ovino macho Araçá no Rio Grande do Sul, porém que havia nascido em uma propriedade do município de Valparaíso/SP. No mesmo ano, em novembro, aconteceu na mesma propriedade do município de Valparaíso/SP um segundo caso positivo em ovino do sexo masculino. Ambos os diagnósticos foram realizados pelo Laboratório do Rio Grande do Sul, credenciado pelo MAPA, através da técnica de imunohistoquímica. Após a obtenção do primeiro resultado positivo, a propriedade foi interditada e ações de investigação quanto à origem e de vigilância epidemiológica foram imediatamente adotadas.

Em agosto de 2009, foi realizado um treinamento teórico prático dos técnicos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo sobre métodos de coleta de material visando diagnóstico “in vivo”, sendo capacitados 23 técnicos.

Atualmente o foco encontra-se encerrado, sendo que todos os animais suspeitos e animais inconclusivos nos exames foram sacrificados e a propriedade foi desinterditada.

#### **Principais recursos humanos envolvidos**

A ação é coordenada por um FFA da UTRA-Campinas com a colaboração de um FFA da sede e demais FFAs das UTRAs.

### **Macro processo: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais**

Atuando segundo as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, o SEDESA recebe e analisa os relatórios mensais de atividades de todos os laboratórios credenciados para realizar os exames de Anemia Infecciosa Eqüina - AIE no Estado de São Paulo. Além desse controle, que permite monitorar os resultados dos exames realizados nesta UF, a aquisição dos antígenos utilizados para este fim também é rastreada, através dos mapas de comercialização enviados pelos estabelecimentos que vendem os “kits” para diagnóstico de AIE, o que possibilita o controle da qualidade dos insumos utilizados no diagnóstico.

Os animais que apresentam exame positivo para AIE são rastreados por este Serviço desde a notificação efetuada pelo laboratório credenciado que realizou o exame, até o sacrifício e desinterdição da propriedade, realizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

São Paulo é o Estado com maior número de laboratórios credenciados para realizar exames de AIE no país, sendo que a fiscalização deste universo tem sido nosso desafio constante. Temos nos empenhado cada vez mais no controle da rede de laboratórios credenciados através da análise detalhada dos relatórios que cada laboratório envia mensalmente a este Serviço. Esta importante ferramenta nos permite monitorar suas atividades, identificar problemas e solucioná-los imediatamente, orientando os responsáveis técnicos e corrigindo os procedimentos, com o propósito permanente de zelar pela qualidade dos processos.

A análise dos dados referentes ao número total de exames realizados e ao número de exames positivos nos permite constatar a situação da AIE nos últimos anos nesta UF como estabelecida em níveis de incidência relativamente baixos, atestando a efetividade da ação de sanidade agropecuária no combate à Anemia Infecciosa Eqüina.

Outra enfermidade afeta ao Programa de Sanidade dos Eqüídeos é o Mormo. No ano de 2008, a partir da detecção de um caso positivo nesta UF, rigorosas medidas de controle foram imediatamente adotadas pelo SEDESA em conjunto com a Secretaria de Agricultura deste Estado. Uma medida sanitária fundamental foi a exigência do exame negativo para Mormo como condição imprescindível para o trânsito intra-estadual. Esta restrição fez com que um número elevado de exames fossem realizados no período, sendo suspensos a partir de março deste ano, quando se constatou a completa erradicação do foco e a eficácia das medidas adotadas para lidar com o único caso positivo ocorrido nesta UF em décadas.

No ano de 2009, a Coordenação do Credenciamento dos Laboratórios de AIE passou a ser efetuada pelo LANAGRO/MAPA/SP, e não mais pela unidade do Rio Grande do Sul. Desta forma, por orientação do órgão central em Brasília as fiscalizações a campo foram transferidas para esse Laboratório. Aguardamos para 2010 a retomada desta ação, importante para o bom andamento do Programa.

**Tabela 105**

<b>CONTROLE DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE AIE</b>							
	Unid.	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Universo de laboratórios	Nº	99	101	97	98	95	89
Fiscalizações	Nº	35	17	23	10	6	*

\* fiscalizações in loco foram suspensas

**Tabela 106**

EXAMES SOROLÓGICOS AIE 2004-2009							
	Unid.	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exames sorológicos total	Nº	95.985	102.006	101.965	116.061	125.223	128.449
Exames positivos	Nº	228	234	235	337	301	244
Exames negativos	Nº	95.757	101.772	101.730	115.724	124.922	128.205
IQ faie	%	99,76	99,77	99,77	99,71	99,76	99,81

**SITUAÇÃO DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA NO ESTADO DE SÃO PAULO 2004 A 2009**

**Tabela 107**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de Focos	65	86	81	86	57	71
Número de Casos	137	164	143	235	172	146
Animais sacrificados	81	155	56	49	56	79

Fonte: SEDESA/SP

**Principais Indicadores**

**Tabela 108**

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Eficiência - Laboratórios fiscalizados por ano (IC lab) - Nº total de laboratórios fiscalizados X 100 / Nº total de laboratórios						
IC lab	16,83	23,71	10,20	6,32	*	100
Eficácia - Conformidade de exames para Anemia Infecciosa Equina (AIE)-(IQ aie)-nº de exames negativos p/ AIE x100/nº de exames realizados						
IQ aie	99,77	99,77	99,71	99,76	99,81	100
Eficácia - Conformidade dos laboratórios credenciados (IQ lab) –( nº de laboratórios fiscalizados – nº de laboratórios .descredenciados) x 100/ laboratórios fiscalizados						
IQ lab	100	100	100	100	*	----
Produtividade - Laboratórios fiscalizados por fiscal (IP lab) - Nº total de laboratórios fiscalizados/Nº de fiscais envolvidos						
IP lab	17,0	23,0	10,0	6,0	*	---

\* não foi possível calcular esses indicadores pois a execução desta atividade foi transferida para o LANAGRO.

Fonte: SEDESA/SP

**Principais recursos humanos envolvidos**

Esse Macro processo é desenvolvido por um FFA da sede com a colaboração de um FFA da UTRA-Campinas.

**Macro processo: Prevenção, controle e erradicação de doença das aves**

O Programa Nacional de Sanidade Avícola tem como principal objetivo reduzir a incidência e a prevalência de doenças na avicultura. Suas ações estão concentradas nas doenças de notificação de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), ou seja, controle da doença de Newcastle, Salmonelas e Mycoplasmas e vigilância da influenza aviária que é considerada exótica no Brasil.

Em São Paulo, a implantação do programa tem sido de fundamental importância considerando-se que o Estado, além de possuir um grande plantel de aves comerciais (corte e postura), detém também um importante banco de genética avícola, responsável pelo abastecimento de material genético não só para os outros estados da Federação, mas também para países do continente sul americano.

Nesta UF estão instaladas 45 empresas que trabalham com reprodução avícola, com 326 estabelecimentos, dos quais 3 são granjas de bisavós, 11 granjas de avós, 255 granjas de matrizes e 57 incubatórios.

No segmento de frango de corte o Estado conta com 37 empresas integradoras, 5.222 integrados e 145 produtores independentes, para um total de 123,8 milhões de aves de corte. Na área de postura de ovos para consumo, o Estado possui 552 produtores com 46,7 milhões de aves, sendo o maior produtor de ovos comerciais do país, responsável por aproximadamente 39% de produção nacional.

A soma de todos os estabelecimentos avícolas de frango de corte, postura comercial, reprodutores e ratitas no Estado de São Paulo totalizam 6.668 estabelecimentos, com capacidade de alojamento de 190,1 milhões de aves.

A Tabela abaixo demonstra a situação atualizada dos estabelecimentos avícolas bisavoseiros e avoseiros, fiscalizados e amostrados para certificação de livres para Salmonelas e Mycoplasmas no período de 2005 a 2009.

**Tabela 109**

ESTABELECEMENTOS FISCALIZADOS E AMOSTRADOS PARA CERTIFICAÇÃO DE LIVRES E/OU CONTROLADOS PARA SALMONELA E MYCOPLASMAS			2.005	2.006	2.007	2.008	2.009
<b>Granjas</b>	Bisavós	Registradas e ativas	3	4	4	03	3
		monitoradas	3	4	4	03	3
		Monitorias realizadas	16	16	69	123	68
	Avós	Registradas e ativas	12	11	11	11	12
		monitoradas	12	11	11	11	12
		Monitorias realizadas	40	42	150	245	154
	Total	Registradas e ativas	15	15	15	14	15
		monitoradas	15	15	15	14	15
		Monitorias realizadas	56	58	219	368	264
<b>Núcleos</b>	Bisavós	monitorados	12	12	15	17	12
		monitorias realizadas	42	40	82	123	72
	Avós	monitorados	55	56	66	67	51
		monitorias realizadas	182	183	214	245	499
	Total	monitorados	67	68	81	84	63
		monitorias realizadas	224	223	272	368	567
<b>Amostras</b>	Sorologia Mycoplasmas	Avós e bisavós	20.380	18.600	28.555	31.410	34.446
		positivas	0	0	1	2	0
	Pesquisa Salmonellas	Avós e bisavós	255	191	438	671	871
		positivas	1	0	8	0	0
<b>Aves</b>	monitoradas	Bisavós	315.239	210.669	842.270	870.030	1.241.741
		Avós	1.890.808	1.768.935	1.907.590	2.955.315	4.851.144
		Total	2.206.047	1.979.604	2.749.860	3.825.315	6.093.173

Fonte: SEDESA/SP

De 2005 a novembro de 2009, o número de monitorias em núcleos de criação de avós e bisavós aumentou, passando de 224 em 2005, para 567 em 2009. Este incremento na fiscalização, controle e certificação sanitária dos estabelecimentos de reprodução avícola é resultado da parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo que, através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, colabora na execução das ações de sanidade animal no estado de São Paulo.

Nas colheitas de materiais para testes laboratoriais, visando à certificação de núcleos de criação de avós e bisavós como livres das salmoneloses e micoplasmoses aviárias, durante o ano de 2009 não foram verificados isolamentos das *Salmonellas controladas pelo PNSA*.

## Principais Indicadores

O estado de São Paulo vem realizando sistematicamente o monitoramento dos plantéis de reprodução avícola, visando à certificação dos mesmos como livres ou controlados para as salmoneloses e micoplasmoses aviárias, propiciando produtos com menor risco sanitário para o mercado interno e externo.

**Tabela 110**

<i>Mnemônico</i>	2005	2006	2007	2008	2009
Eficiência-Produtividade no monitoramento de núcleos de criação de reprodutores (avós e Bisavós) (IP crff) - N° de núcleos de criação de reprodutores monitorados / n° de fiscais envolvidos					
<b>IP crff</b>	224	223	136	92	141
Eficiência-Conformidade de amostras para salmonelas (IQ fsl)-n° de amostras negativas x 100/n° total de amostras colhidas					
<b>IQ fsl</b>	100	100	98.81	100	100
Eficiência-Conformidade de amostras para micoplasmas (IQ FMI)-n° de amostras negativas x 100/n° total de amostras colhidas					
<b>IQ FMI</b>	100	100	99.98	99.99	100
Capacidade-Capacidade de coletas de amostras sorológicas(IC agr)-n° de amostras sorológicas coletadas / ano					
<b>IC agr</b>	20.380	18.600	28.555	31.410	34.446

Fonte: SEDESA/SP

A tabela abaixo demonstra as certificações de estabelecimentos livres ou controlados para as salmoneloses e micoplasmoses aviárias controladas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, no período de 2007 a 2009.

**Certificações em Estabelecimentos**

**Tabela 111**

Categoria do Estabelecimento	Estabelecimentos Avícolas Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias		
	2007	2008	2009
Criatório de Ratitas	2	8	4
Granja Bisavoseira	3	3	3
Granja Avoseira	10	13	10
Granja Matriseira	43	48	64
Outras	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>72</b>	<b>81</b>

Categoria do Estabelecimento	Núcleos de Criação Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias		
	2007	2008	2009
Criatório de Ratitas	2	8	4
Granja Bisavoseira	10	10	12
Granja Avoseira	47	49	61
Granja Matriseira	76	103	174
Outras	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>141</b>	<b>171</b>	<b>251</b>

Fonte: SEDESA/SP

**Principais recursos humanos envolvidos**

Ação coordenada por um FFA da UTRA-Campinas.

**Quarentena de material genético avícola importado**

Por possuir uma boa infraestrutura aeroportuária, e grande quantidade de granjas bisavoseiras e avoseiras, o estado de São Paulo é o destino da maioria das importações de aves e ovos férteis destinados à reposição de plantéis avícolas de reprodução. Estas importações estão condicionadas à previa autorização do Serviço de Sanidade Agropecuária do MAPA, que além de emitir as autorizações de importação, também é responsável pelo acompanhamento do processo de quarentena deste material.

Durante a quarentena, as aves de um dia importadas são mantidas em isolamento no estabelecimento avícola ou em quarentenário oficial, por um período mínimo de 30 (trinta) dias, até sua liberação para incorporação ao plantel residente ou para outro estabelecimento. Durante esse período são realizados exames e testes para a pesquisa *Salmonella sp*, *de Mycoplasma sp*, do vírus da doença de Newcastle e do vírus da influenza aviária. Este procedimento é de fundamental importância para preservação da sanidade do plantel avícola nacional, impedindo o ingresso de doenças exóticas ou que possam trazer prejuízos à avicultura nacional.

A tabela abaixo demonstra o número de autorizações emitidas para importação de ovos férteis e pintos de 1 dia e o número de quarentenas acompanhadas pelo SEDESA no ano de 2009.

#### **Autorização de Importação**

Ano	Autorizações de Importação emitidas	Termos de Liberação de Quarentena (TLQ) Emitidos	Quarentenas acompanhadas
2009	47	31*	47

\*: TLQ emitidos para as autorizações de 2009. Até dezembro de 2009 existem 16 quarentenas em andamento.

Fonte: SEDESA/SP

#### **Acompanhamento de missões estrangeiras:**

No ano de 2009 o estado recebeu auditores do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentaria – SENASAG da Bolívia, do United States Department of Agriculture – USDA dos Estados Unidos, do Departamento de Proteção Pecuária – SAG do Chile, que tiveram como objetivo verificar o sistema de defesa sanitária animal com ênfase à sanidade avícola e habilitar empresas exportadoras de ovos férteis e pintos de um dia, propiciando a abertura e manutenção de mercados internacionais para os produtos avícolas nacional.

#### **Fiscalização do cumprimento dos requisitos e exigências sanitárias para exportação:**

Os estabelecimentos avícolas de controles permanentes que exportam aves e ovos férteis são monitorados segundo as portarias de controle e certificação sanitária para micoplasmoses e salmoneloses aviárias da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e demais determinações técnicas específicas do Departamento de Saúde Animal - DSA, além de estarem sob vigilância epidemiológica da doença de Newcastle e da influenza aviária. O trabalho de monitoramento e fiscalização determinado pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA resultou no estado de São Paulo, em 2009, na emissão de certificados zoossanitários para 1.356 processos de exportações, sendo a maioria, 1.087 de ovos férteis e 269 de pintos de 1 dia.

#### **Principais recursos humanos**

**Tabela 112**

Cargo	Número
Agente de administrativo	02
Fiscal Federal Agropecuário	04

Fonte: SEDESA/SP

#### **Macro processo: Desenvolvimento da Suídeocultura - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura**

No quadro seguinte estão os principais processos, ações desenvolvidas e produtos finalísticos produzidos no SEDESA – Serviço de Sanidade Agropecuária, para garantir a saúde do rebanho, redução da incidência de doenças e melhoria na qualidade dos produtos visando atender aos consumidores.

#### **Atividades**

**Tabela 113**

PROCESSO	AÇÃO	PRODUTO	EXECUÇÃO
Registro de granjas de reprodutores suínos	Vistoria Inicial		
	Análise da biossegurança da granja	Termo de visita	DIRETA/
	Supervisão da colheita de sangue e tuberculização	Termo de colheita	INDIRETA
	Análise dos resultados sorológicos	Certificado GRSC	
	Recebimento de documentação		

As tabelas a seguir apresentam os principais resultados das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS desenvolvidas pelo SEDESA/SP em conjunto com o Órgão Executor na certificação de granjas e na prevenção das enfermidades dos suídeos.

Durante o ano 2009, houve a continuidade ao diagnóstico de situação para a Doença de Aujeszky em granja no município de Cerqueira César, através da investigação sorológica na única granja que ainda utilizava vacina autorizada no final de 2008, visando o saneamento da mesma com a eliminação dos animais reagentes e reposição de fêmeas vacinadas. Em maio de

2009, os técnicos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA colheram amostras em 100% do plantel desta granja e o resultado obtido foi de 51,17% de sororeagentes e, 80 amostras suspeitas.

A estratégia definida a partir de então, foi o de despovoamento total da granja até o final de 2009, com reposição de fêmeas provenientes de GRSC após o trabalho de limpeza, desinfecção e vazio sanitário. As fêmeas estão sendo encaminhadas ao abate sanitário, em frigorífico com SIF. No decorrer de 2010, o Estado de São Paulo estará em condições de realizar o Inquérito Soroepidemiológico, instituindo assim o Programa Estadual de Controle e Erradicação da Doença de Aujeszky.

O Diretor do Departamento de Saúde Animal do MAPA aprovou o Manual de Procedimentos para a realização do Monitoramento da Peste Suína Clássica nos estabelecimentos de criação situados na zona livre de PSC. (Norma Interna DSA Nº 05/2009).

**Tabela 114**

GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS CERTIFICADAS - MATRIZES							
	2005	2006	2007	2008	2009	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	560	581	618	6 25	638	11.752	A
Granja Campo Alegre	1.600	1789	1718	1.885	1982	23.000	A
Granja Progresso	530	540	545	1.080	1150	8.860	B
Granja Suinolândia I	-	457	528	500	500	5.000	A
Granja Sta. Cândida II	-	200	185	191	215	2.339	B
Granja Maiale	-	480	606	625	614	9.273	B
Cia. São João da Baleia	-	-	-	Em processo de certificação	Em processo de certificação	22	B

Fonte: SEDESA/SP

**Tabela 115**

GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS CERTIFICADAS - CACHAÇOS							
	2005	2006	2007	2008	2009	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	20	32	43	35	44	11.752	A
Granja Campo Alegre	12	16	16	13	16	23.000	A
Granja Progresso	8	8	8	12	15	8.860	B
Granja Suinolândia I	-	5	5	6	14	5.000	A
Granja Sta. Cândida II	-	5	1	5	5	2.339	B
Granja Maiale	-	11	13	14	18	9.273	B
Cia. São João da Baleia	20	-	-	22	11	11	B
Cia. Inseminação AIM do Brasil	-	27	21	9	-	-	B
Cia. de Inseminação Suíno Light	13	12	17	12	15	15	A
Cia. Inseminação – Holambra	29	27	28	25	29	29	B

Fonte: SEDESA/SP

**Tabela 116**

AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍDEA (PNSS)					
	2005	2006	2007	2008	2009
Liberação de vacina contra doença de Aujeszky	24.810	36.460	18.110	14.077	0
Granjas de suídeos fiscalizadas para uso de vacina contra doença de Aujeszky	1	10	12	0	0
Granja de reprodutor suídeo certificada	8	10	14	9	9
Fiscalização em granjas de reprodutores suídeos certificadas	12	33	23	16	18
Ação em propriedades frente a suspeita de enfermidades	-	2	2	0	1
Amostras colhidas em propriedade interdita com suspeita de doença exótica	-	91	-	0	0
Amostras colhidas para diagnóstico da situação de doença de Aujeszky em granja que utiliza vacina	-	1425	6.000	3.200	2.352
Acompanhamento da Importação de suínos do Canadá	-	-	41	-	-

Fonte: SEDESA/SP

**Tabela 117**

AMOSTRAS COLETADAS POR ENFERMIDADE EM GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS CERTIFICADAS
--

	2005	2006	2007	2008	2009
Peste Suína Clássica	486	861	763	702	741
Doença de Aujeszky	693	992	763	702	741
Brucelose	617	992	763	702	741
Tuberculina aviária e mamífera	617	992	763	702	741
Estomatite vesicular	131	133	-	-	--
Sarna	---	---	---	---	145

Fonte: SEDESA/SP

### Principais Indicadores

Tabela 118

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Capacidade-Capacidade anual de coleta de amostras(IC PSC)-nº de Amostras para PSC/ano						
IC PSC	486	861	763	702	741	1008
Eficiência-Granjas fiscalizadas por fiscal(IP PSC)-Nº de amostras coletadas em granjas de reprodutores suídeos certificadas/ Nº de fiscais envolvidos						
IP PSC	486	861	763	702	741	1008
Eficácia-Conformidade de amostras para PSC(IQ psc)-nº de amostras negativas x 100 /total de amostras analisadas						
IQ psc	100	100	100	100	100	100

Os resultados desta ação mostram que a estratégia utilizada vem proporcionando melhora a cada ano e que as doenças dos suínos estão sob controle ou mesmo ausentes, atendendo em São Paulo a finalidade do programa.

### Recursos Financeiros\*

Tabela 119

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	68.562.92	101.055.60	98.400.66	
339030	34.611.50	59.505.70	54.803.74	105.14
339033	32.760.00	41.780.00	40.663.40	
339036	4.983.12	5.825.79	5.825.79	
339093	9.723.60	24.499.82	20.797.04	1.768.42
449052	---	12.974.00	12.974.00	
<b>TOTAL</b>	150.641.14	245.640.91	193.866.74	

\*incluídos recursos da EQC-Estação Quarentenária de Cananéia

### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 120

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	150.641.14	245.640.91	195.740.30	79.68%
META SIPLAN* (propriedade atendida)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%
	26.000	23.000	67.688	294,30

Fonte: SEDESA/SP, SIPLAN e SIAFI

### Estação Quarentenária de Cananéia - EQC

A EQC recomeçou suas atividades em 2007, com obras e adequações para a revitalização e a ativação, visando atender o necessário isolamento sanitário de animais, em regime de quarentena e aos procedimentos técnicos de transferências de embriões importados, além de servir de base para apoio às atividades técnicas relacionadas a outras enfermidades, como o monitoramento de aves migratórias na região de Cananéia, local definido pelo MAPA como um dos sítios de permanência temporária dessas aves. Desenvolvem-se lá também cursos e treinamento ligados à defesa sanitária animal, entre outros.

Essa Estação é a única quarentenária existente no Brasil, sob controle oficial, revestindo-se como uma figura importantíssima para o País, sobretudo em negociações internacionais.

Os recursos financeiros são descentralizados através das ações PCEANIMAL e FEBREAFTOSA.

No ano de 2009, a Estação Quarentenária de Cananéia-EQC apresentou pleno desenvolvimento de suas atividades.

Um aspecto que merece ser mencionado diz respeito à notoriedade que a EQC teve, no ano de 2009, nos âmbitos nacionais e internacionais, ou seja, a EQC está se tornando conhecida do grande público e daqueles que exercem atividades que têm relação com ela.

Para corroborar tal afirmação, em 2009, ocorreram os seguintes eventos na EQC:

1. Reunião com o Prefeito a Estância de Cananéia e grande parte dos vereadores da cidade;
2. Recepção de professor e grupo de alunos do curso de medicina veterinária das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, de São Paulo;
3. Recepção de professor e grupo de alunos do curso de medicina veterinária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária – UNESP/Jaboticabal;
4. Recepção de 2 professores especializados em ornitopatologia e microbiologia, respectivamente;
5. Recepção de um grupo de estudantes da língua japonesa, de uma escola de adultos de Registro/SP;

No tocante a aspectos de interesse comercial internacional, a EQC foi alvo complementar de uma missão americana, que esteve no Brasil com o intuito de avaliar risco sanitário com vistas à importação de carnes de aves brasileiras. No relatório encaminhado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América – USDA, ao Diretor do Departamento de Saúde Animal, em Brasília, a referência que se faz à Estação Quarentenária de Cananéia tem a seguinte descrição (não traduzida): “The APHIS team also was impressed with activities in the Cananeia quarantine station and the Campinas airport. The quarantine station was a new state-of-the-art facility with excellent infrastructure to house different species”

Quanto às quarentenas, com essa finalidade a EQC recebeu 37 suínos importados do Canadá, uma cacatua oriunda dos Estados Unidos, dois papagaios africanos, também vindas dos Estados Unidos e cem novilhas nacionais para serem submetidas à transferência de embriões importados da República da Índia.

Com relação a cursos de capacitação e treinamento, perfazendo um total de cento e cinco participantes, os seguintes eventos foram realizados na EQC:

1. 2ª Fase do Treinamento Sanidade Animais Aquáticos;
2. I Curso de Emergência Sanitária para Executores;
3. II Curso de Emergência Sanitária para Executores;
4. I Curso de Colheita de Amostras para Diagnóstico de Doenças de Animais de Produção.

### Principais despesas

Tabela 121

ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (RESTOS A PAGAR ATE 28.02)
339037*	307.360.51	306.668.84	
339039*	1.143.465.26	1.118.385.31	7.499.00
339092*	97.834.00	97.834.00	
339093*	24.499.82	20.797.04	1.768.42
339147*	3.000.00	2.830.90	
339037**	363.018.76	309.515.81	53.403.93

<b>TOTAL</b>	1.939.178.35	1.856.031.90	62.671.35
*RECURSOS RECEBIDOS ATRAVES DA AÇÃO PCEANIMAL			
** RECURSOS RECEBIDOS ATRAVES DA AÇÃO FEBREAFTOSA			
Fonte: SIAFI			

### **2.3.3 - Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivo Específico	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Andrea Maranhão – Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

### **Principais Ações do Programa**

#### **2.3.3.1 - Ação 2124 – FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal**

##### **Dados Gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle-APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de alimentos para animais, o SEFAG contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a segurança dos alimentos fornecidos aos animais e a segurança dos produtos de origem animal disponibilizados para consumo humano.

#### **Resultados da ação - Registro de estabelecimento e produtos**

Há três anos, adotou-se nacionalmente um novo critério para a avaliação dos registros de estabelecimentos, distinguindo-se o registro de um novo estabelecimento do registro de uma nova atividade (categoria) em um estabelecimento já registrado em alguma atividade na área de alimentos para animais junto ao MAPA.

O total de novos produtos registrados em 2009 mostrou-se compatível com a média da série histórica.

<b>REGISTRO DE NOVOS ESTABELECIMENTOS</b>					<b>Tabela 122</b>
	2005	2006	2007	2008	2009
Registro de Novos Estabelecimentos	40	70	38	19	47
Fabricante	27	55	22	17	41
Importador	13	12	16	2	06
Fracionador	0	3	0	0	0

<b>NOVAS CATEGORIAS DE ATIVIDADE EM ESTABELECIMENTOS JÁ REGISTRADOS</b>		<b>Tabela 123</b>	
Fabricante		11	18
Importador		7	2
Fracionador		3	3

REGISTRO DE PRODUTO				Tabela 124	
Registro de Produto (Total)	2218	1908	2940	2200	2371
Alimento	323	216	313	165	118
Ração	507	351	600	286	318
Concentrado	106	98	98	102	96
Suplemento	1090	1155	1564	1522	1598
Ingrediente	172	68	113	33	79
Aditivo	20	20	252	92	162

Fonte: SEFAG/SP

#### **Fiscalização de estabelecimentos:**

É importante observar que esta área teve a publicação de um novo marco regulatório em dezembro de 2007 - Decreto 6.296/2007, cujos prazos de adequação de registro de estabelecimento e produto expiraram em dezembro de 2008. Somado a isso é imprescindível a citação das publicações de normas complementares ao Decreto e das alterações de normas ocorridas ao longo de 2009, que afetaram diretamente o desempenho no cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela coordenação em Brasília para 2009.

Em 26/05/09 surge a Instrução Normativa nº 15 que regulamenta os registros de estabelecimentos e de produtos. Em 02/06/09 surge a Instrução Normativa nº 22 que regulamenta a rotulagem de produtos destinados à alimentação animal. Em 05/08/09, surge a Instrução Normativa nº 30 que regulamenta a isenção de registro de produtos destinados à alimentação de animais de companhia e, revoga várias outras instruções normativas e portarias da área, bem como extingue o prazo de adequação de registro de produtos e de rotulagem oferecidos pela IN 15/09 e IN 22/09. Em 16/12/09 publicou-se a IN 66/09 que altera textos da IN 15/09, IN 22/09 e IN 30/09, restituindo-se os prazos para adequação do registro e da rotulagem às exigências da IN 15/09 e In 22/09 (respectivamente). Em 22/12/09, foi publicado o Decreto 7.045 que altera, acresce e revoga dispositivos do Decreto 6.296/07, concedendo, entre outras coisas, prazo maior para adequação de registro de estabelecimentos e produtos às exigências do referido regulamento.

No planejamento de fiscalização, em consonância com o órgão central, atribuiu-se ao Estado de São Paulo a meta de 300 fiscalizações de estabelecimentos. Ao longo de 2009, houve necessidade de se alterar a meta de fiscalização de estabelecimentos estipulando um total de 142 fiscalizações (52% abaixo da programação inicial).

No início do ano de 2009 (janeiro a abril), o SEFAG/SP se concentrou em atender a demanda referente à adequação de registro de estabelecimentos e produtos ao Decreto 6.296/07, cujo prazo expirou em 18/12/08. O volume de processos para adequação de registros de estabelecimento e produtos ao Decreto 6.296/07, recebidos (mais de 17 mil ao todo) demandou dedicação enorme, para separar inclusive as empresas regulares das não regulares, o que culminou com uma série de intimações (quase 300 intimações) e autuações (quase 400 autos de infração) em todo o Estado na época.

Devido ao grande volume de trabalho e do número reduzido de técnicos para executá-los, com o objetivo de tornar o Decreto exequível, a área de alimentação animal trabalhou, do final de março até o início de outubro de 2009, sob a forma de Força Tarefa para poder dar atendimento ao registro de cerca de 1000 processos de novos pedidos de registro de produtos, e análise e relatoria de mais de 400 processos de autuação. Apesar das solicitações feitas ao órgão central na época e devido ao volume de atividades no estado, principalmente na Sede, que por motivos administrativos acumula as análises de importação (cerca de 5 mil processos em 2009) e a falta de pessoal em todos os estados, a maioria dos FFAs que participaram da referida Força Tarefa eram oriundos das UTRAs da SFA-SP. Os FFAs compareciam a sede duas semanas ao mês para participação na força tarefa, o que prejudicou sobremaneira a ação dos mesmos nas fiscalizações em suas regiões, diminuindo significativamente o número de fiscalizações realizadas e, conseqüentemente, o número de amostras coletadas.

Vale ressaltar que os fiscais do interior são lotados nas UTRAs e não no SEFAG. Sendo assim, ao retornarem para suas cidades, como já estavam dedicando integralmente 2 semanas ao mês para atendimento de serviços relacionados a esta ação, realizavam os trabalhos relativos as demais ações dos outros setores.

Como consequência, os fatos relatados prejudicaram sobremaneira o cumprimento da Programação da ação Fiscinan no ano de 2009.

Esta situação foi verificada e acompanhada pela equipe auditora do órgão central, que realizou auditoria na área animal do SEFAG no início de maio de 2009. Nesta ocasião todos os fatos relativos à adequação ao novo decreto e a atuação da força tarefa foram apresentados a equipe auditora, incluindo o fato de que não seria possível cumprir com a programação de fiscalização estabelecida. Nesta oportunidade foi ressaltada a necessidade de que FFAs de outros estados auxiliassem no cumprimento das metas.

Observa-se que o número de estabelecimentos fiscalizados é inferior ao total de fiscalizações por haver repetição de empresas. Tal fato deve-se, sobretudo, ao programa de monitoramento de produtos destinados a ruminantes, elaborado com objetivo de fiscalizar o uso de ingredientes proibidos na alimentação destes animais, parte do Programa de Controle Nacional contra a EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da Vaca Louca). Para cumprir tal programa, fazem-se amostragens sistemáticas em fábricas, seguindo um plano nacional. Este fato também se deve ao acompanhamento da fiscalização junto às empresas que apresentaram não conformidades que devem ser corrigidas ao longo do período após a fiscalização inicial (IN 04/07).

Assim, mesmo com uma redução no total de fiscalizações em relação à série histórica, as auditorias focando a adoção de Boas Práticas de Fabricação-BPF revelaram-se como uma ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial de São Paulo.

É oportuno registrar que a equipe de fiscalização do FISCINAN, nas UTRAs, foi reduzida ao longo dos últimos anos, sem reposição do efetivo. Vale assinalar, em vista do caráter multidisciplinar das UTRA's, que a equipe também colabora ativamente na execução de atividades de outras ações relacionadas aos demais Serviços.

À semelhança do exercício anterior, manteve-se uma intensa participação de Fiscais de São Paulo em grupos nacionais de auditorias e de elaboração de novas normas e sistemas. Apesar de alterar a rotina de atividades locais, o órgão central e a SFA-SP julgam primordial a presença de Fiscais de São Paulo em tais grupos, considerando a expressividade deste Estado na produção nacional de produtos para alimentação animal.

#### ATIVIDADES

Tabela 125

ATIVIDADES	2005	2006	2007	2008	2009
Fiscalização Estabelecimentos	671	502	346	257	158
Fabricante	532	399	279	180	131
Outros	139	103	124 *	77*	27
Estabelecimentos fiscalizados	454	325	203	152	98
Fiscalização de Produto	5756	3847	2.705	2.703	735
Alimento	462	305	108	149	77
Ração	983	625	530	256	171
Concentrados	196	93	72	17	47
Suplementos	1364	753	702	233	160
Ingredientes	2217	1221	996	636	200
Aditivos	534	444	297	148	80

\* Até 2006, as vistorias para concessão de registro inicial eram contabilizadas em outro índice. Por também serem ações de fiscalização, e a fim de harmonizar nacionalmente as metas e os indicadores de desempenho, tais vistorias passaram a ser somadas a este sub-item.  
Fonte: SEFAG/SP

#### Avaliação laboratorial de produtos destinados à alimentação animal

Nessa ação, os indicadores que se referem à conformidade de produtos contribuem para avaliar o comportamento do setor, monitorando-se a qualidade de produtos fabricados ou

comercializados no Estado de São Paulo. Em 2009, adotou-se como meta de colheita de amostras a cota por tipo de produto / determinação analítica, acordada entre a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial. Contudo, em decorrência da alteração da legislação e, pelo fato de que normas complementares foram publicadas em maio e junho de 2009 (IN 15 e 22/09) e que seus prazos para adequação foram revogados dois meses depois (agosto), houve uma indefinição sobre quais procedimentos seriam tomados para as ações de fiscalização. Outro fato importante que influenciou as coletas de amostras foi a revogação da Portaria 07/88, que estabelecia os padrões mínimos de matérias primas empregadas na alimentação animal.

A microscopia atingiu 97,75% de conformidade, dentro da série histórica. Em relação à microbiologia, em função do pequeno número de resultados recebidos, é bastante complicado tecer qualquer comentário técnico.

#### ATIVIDADES

Tabela 126

ATIVIDADES	2005	2006	2007	2008	2009
Colheita de Amostras – Total	488	417	321	153	96
Amostras analisadas FQ *	292	212	133	45	2
Amostras aprovadas FQ *	216	177	77	37	1
<b>Índice de Conformidade FQ **%</b>	<b>74</b>	<b>83,5</b>	<b>58%</b>	<b>82</b>	<b>50</b>
Amostras analisadas Mc**	127	105	103	75	89
Amostras aprovadas Mc**	121	103	105	71	87
<b>Índice de Conformidade Mc**</b>	<b>95,3</b>	<b>98,1</b>	<b>100</b>	<b>95</b>	<b>97,75</b>
Amostras para Mb***			27	6	3
Amostras analisadas Mb***			23	1	3
Amostras aprovadas Mb***			23	1	3
<b>Índice de Conformidade Microbiologia</b>			<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

FQ \*= físico química  
Fonte: SEFAG/SP

\*\* Mc = microscopia

\*\*\*Mb= microbiologia

#### Principais Indicadores

Tabela 127

Mnemônico	2006	2007	2008	2009	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (IF) - Total de fiscalizações / Ano					
IF	502	346	257	158	360
Capacidade – Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano					
IEF	325	203	152	98	300
Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Estabelecimentos(Ife) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados					
IFE(%)	54	23	19	15,7	48
Eficiência- Produtividade do Serviço em fiscalização (Idf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Idf	43	27	17,4	12,9	29
Capacidade - Fiscalização de Produtos (IP) - Número de produtos fiscalizados / Ano					
IP	3.847	2.705	2.703	735	1500
Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Produtos (IFP) - N° de produtos fiscalizados x 100 / Total de produtos registrados					
IFP(%)	18,3	11	11	3,7	7,5
Capacidade- Colheita de Amostras (ICA) - Número de amostras colhidas / Ano					
ICA	417	321	153	96	330
Eficiência - Produtividade do Serviço na Colheita de Amostras (Idaf) - Total de amostras colhidas / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Idaf	33	25	10,4	7,8	27
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação animal – Físico-química (ICP) - N° de amostras no padrão X 100 / Total de amostras analisadas					

ICP– FQ(%)	83,5	58	82	50	80
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microscopia (ICP) - N° de amostras aprovadas (microscopia) X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP - Mc(%)	98,1	100	95	97,7	95
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microbiologia (ICP) - N° de amostras aprovadas (microbiologia) X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP – Mb(%)	100	100	90	100	100
Capacidade- Registro de produtos ( Ireg) - Número de produtos analisados para registro / Ano					
IReg	1.908	2.940	2.200	4.567	3.000
Eficiência - Produtividade do Serviço em registro de produtos (Ipreg) - Total de produtos analisados para registro / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Ipreg	162	226	149,2	372,8	244
Eficiência- Eficiência do custo de fiscalização (IdCF) - Recursos financeiros aplicados/Total de fiscalização					
IdCF (R\$)	36,74	50,00	52,64	558,2	472,00
Capacidade - Autorização de Importação (Iai) - N° de requerimentos de importação aprovados / Ano					
Iai	4.443	4.800	4.806	5696	5.500

Fonte: SEFAG/SP

A meta estabelecida para o total de fiscalizações – IF – considerou novas estratégias de atuação, incluindo auditorias de duração mais longa. Assim, apenas com o aumento do efetivo de Fiscais no Estado e com a modernização de outros processos de trabalho será possível elevar a meta de fiscalização de estabelecimentos.

Os indicadores relativos à taxa de cobertura da fiscalização – IEF e IFE - são menores que o total de fiscalizações, pela necessidade de repetição de estabelecimentos, atendendo a programas nacionais específicos de amostragem e de auditoria. Ao concretizar esta estratégia no Estado, foram realizadas ações focadas nos estabelecimentos de alto volume de produção ou de maior risco epidemiológico.

O Idf é uma ferramenta gerencial para o planejamento anual das ações e o dimensionamento da equipe, permitindo estimar de forma rápida e prática a capacidade do Serviço em atender metas de fiscalização e demandas por atividades internas. Com novas estratégias de fiscalização, a meta para este indicador sofreu redução em relação à série histórica e deverá ser mantida desta forma para o exercício 2010. Evidencia-se, ainda, que a equipe de fiscalização nesta ação precisa ser ampliada, tendo em vista o tamanho deste parque industrial no Estado de São Paulo.

A fiscalização de produtos é realizada no ato da fiscalização dos estabelecimentos. Os indicadores relativos a esta atividade, IP e IFP, foram menores que o exercício anterior, devido às dificuldades já mencionadas anteriormente, como a força tarefa e às decisões administrativas que precisaram ser tomadas para converter esta situação.

A meta programada para o ICA em 2009 foi estabelecida nacionalmente para todos os Estados, considerando a capacidade da rede laboratorial oficial e priorizando parâmetros analíticos de maior relevância técnica. Não se atendeu à meta inicialmente planejada, em decorrência da alteração das estratégias de fiscalização e da revisão dos instrumentos legais, iniciada pela publicação do Decreto 6.296/2007 e instruções complementares, que foram mencionadas nos dados de análises laboratoriais.

No ano de 2009 o IdCF apresentou um aumento expressivo devido às decisões administrativas que tiveram que ser tomadas no setor. Devido às publicações de novas legislações e acúmulo de pedidos de registros de produto, o SEFAG/AA trabalhou praticamente todo o ano de 2009 sob a forma de força tarefa, trazendo os fiscais lotados no interior do estado para a SFA/SP. Desta forma, foram necessários recursos para o deslocamento e hospedagem destes fiscais para as reuniões para harmonização de procedimentos, bem como para a força tarefa. Também é válido destacar a publicação do Decreto nº 6.907/09, que instituiu o aumento das diárias para servidores, o que encareceu os custos de fiscalização.

Para o custo de fiscalização, de um modo geral, a meta seria torná-lo sempre mais econômico mantendo-se a qualidade da fiscalização. Entretanto, com as novas estratégias de fiscalização, aumenta-se a permanência da equipe em cada empresa, elevando o custo médio da fiscalização no Estado. Também está sendo feito um esforço para que as fiscalizações não sejam mais realizados por apenas um fiscal, mas que contenham pelo menos 2 FFAs. Tal dado tem sido considerado para as estimativas de custo e para o planejamento, embora este indicador tenha se mostrado estável até 2008. Observamos que, para este cálculo, são excluídos os recursos descentralizados para outros objetivos.

Os indicadores relativos à conformidade de amostras (IC) mostraram-se dentro da meta para os parâmetros considerados, apesar de o número de amostras ter sido reduzido para o exercício de 2009. A microbiologia não pode ser comentada neste relatório em decorrência do baixo número de laudos recebidos até o encerramento do exercício.

Os indicadores relativos a registro de produtos (IReg e Ipreg) contabilizam os processos analisados e deferidos. Desta forma, a meta inicialmente planejada representa a efetiva demanda do parque industrial de São Paulo, dada sua constante evolução técnica e mercadológica. A força tarefa executada no estado de São Paulo foi responsável por dobrar o número de processos analisados no estado

O indicador relativo aos processos de importação – Iai – é uma ferramenta gerencial, uma vez que esta atividade está fortemente concentrada em alguns poucos Estados, como São Paulo. Este indicador vem crescendo gradativamente a cada ano, o que toma um tempo considerável dos fiscais da sede, onde este serviço é centralizado.

### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 128

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	21	12,25
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFAG/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 129

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	52.395,00	67.660,70	66.925,12		
339030	7.000,00	5.500,00	5.497,86		
339033	5.000,00	3.158,00	1.798,38		
339039	2.000,00	4.500,00	4.498,00		
339093	6.000,00	9.000,00	5.488,43	914,82	
SUBTOTAL	72.935,00	89.818,70	84.207,79		
449052		100.000,00		11.500,00	87.274,00*

\*foram adquiridos equipamentos de informática e veículo que ainda estão em fase de entrega e pagamento

### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 130

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	72.935,00	89.818,70	85.122,61	94,77
META SIPLAN (fisc. realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	300	142	162	114,08

Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.3.2 - Ação 2019 – FISCIGENE - Fiscalização de material genético animal

#### Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de

controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Áreas responsáveis por  
gerenciamento ou execução

Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de material genético animal, o SEFAG contribuiu para salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários.

#### ATIVIDADES

Tabela 131

ATIVIDADES	2005	2006	2007	2008	2009
Registro de Estabelecimentos Produtores de Sêmen e/ou Embriões	0	2	2	3	1
Registro de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	3	5	5	1	2
Registro de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Embriões	4	3	3	0	0
Registro de Empresa Prestadora Serviço em Inseminação Artificial	0	0	0	0	0
Registro de Incubatórios Avícolas (Reg)	0	2	2	0	2
Registro de Granjas Avícolas	0	25	25	5	26
Registro Incubatório – avestruz (Reg)	11	6	6	0	0
Registro de Criadouro – Avestruz	20	10	10	1	3
Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Sêmen e/ou Embriões	12	20	20	24	13
Fiscalização de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	10	11	11	15	7
Fiscalização de Emp. de Prestadora de Serv. em Inseminação Artificial	3	5	5	1	0
Fiscalização de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Benef.	7	6	6	9	6
Fiscalização de Incubatórios Avícolas (Fiscal)	2	10	10	5	1
Fiscalização de Incubatórios – Avestruz (Fiscal)	1	3	3	2	6
Fiscalização de Granjas Avícolas	0	18	18	17	6
Fiscalização de Criadouro de Avestruz	4	11	11	12	10
Total de Vistorias para fins de registro			71	19	67
Total de Fiscalizações + Vistorias	39	84	148	104	115
Inscrição de Reprodutores Doadores de Sêmen (Certif)	380	310	310	386	484
Nº de Reprodutores Controlados (renovações sanitarias)	152	111	111	154	123
Controle de Baixas de Reprodutores (Animal)	435	364	364	463	423
Animais Import.(bovinos, eqüinos, suínos, aves)	752	756	756	70.049	719
Sêmen animal Importado (1000 doses)	3.686	4.037	4.037	7.413	4.980
Embriões bovinos Importados (Embrião)	8.614	2.770	2.770	1.713	5.280
Ovos férteis de aves - 1.000 ovos		1.436	1.125	1.941	1.326
Exportação de Eqüinos (Animal)	561	557	557	641	352

Fonte: SEFAG/SP

A SFA-SP ainda possui um número significativo de processos de registros destes estabelecimentos em trâmite, muito dos quais devem ser reavaliados documental e fisicamente sob a nova norma.

O atendimento às metas na área de Material Genético Animal manteve a série histórica, ainda que com uma equipe bastante reduzida. Conforme observado anteriormente, a expectativa de vistorias em estabelecimentos avícolas, que era bastante elevada, foi atendida em 72% devido a força tarefa realizada em novembro.

#### Principais Indicadores

Tabela 132

Mnemonico	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Capacidade-Fiscalização (If) - Total de fiscalizações / Ano							
<i>If</i>	115	39	84	148	104	115	245
Eficácia - Fiscalização de Estabelecimentos Registrados (Ifer) - Total de fiscalizações x 100 / Total de estabelecimentos registrados							
<i>Ifer%</i>		13	28	49	36	41	100
Eficiência - Produtividade do Serviço em fiscalização – (Idf) - Total de fiscalizações / Nº de fiscais envolvidos							
<i>Idf</i>	19	6	15	25	26	23	49

Eficiência - Reprodutores doadores de sêmen controlados (Idsc) - N°. de doadores de sêmen controlados / N° de fiscais envolvidos

<b>IDSC</b>	225	76	37	61	51	161	Demanda
-------------	-----	----	----	----	----	-----	---------

Fonte: SEFAG/SP

Os principais indicadores desta ação são o Ifer e If, que estão dentro da média da série histórica. Os estabelecimentos de reprodução – centrais de inseminação artificial – seguiram em um sistema de auditorias nacionalmente planejadas, com equipes compostas por Fiscais de São Paulo e de outros Estados. Sendo um dos principais limitantes o número de fiscais desta área, a chefia do SEFAG tem constantemente buscado, junto ao órgão central, condições para aumentar a equipe, bem como contado com a colaboração de Fiscais das UTRA's cuja principal atividade não está ligada as ações gerenciadas pelo SEFAG.

Com o crescente aumento dos resultados, converge-se para atender a finalidade da ação, que é melhorar a qualidade dos produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao incremento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

#### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 133

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	13	4
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFAG/SP

#### Recursos Financeiros

Tabela 134

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	21.852,96	14.366,39	14.171,59	---
339030	5.400,00	2.800,00	2.727,99	---
339033	3.200,00	17.693,00	12.025,15	---
339039	---	2.899,92	2.899,92	---
339093	---	2.900,00	1.798,63	1.187,11
<b>TOTAL</b>	<b>30.452,96</b>	<b>40.659,31</b>	<b>33.623,28</b>	<b>---</b>

#### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 135

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	30.452,96	40.659,31	34.810,39	85,61
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fiscalização realizada)	267	183	115	62,84

Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.3.3 - Ação 2140 - FISPROVET - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

#### Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

Considerando-se a obrigatoriedade da fiscalização e controle de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam, manipulam ou importam, foram obtidos os resultados a seguir descritos, que permitem o cálculo dos indicadores.

Tabela 136

FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO					
Unid.	2005	2006	2007	2008	2009

Licença inicial de estabelecimento	Nº	19	24	44	48	36
Renovação de licença de funcionamento	Nº	163	107	104	84	176
Estabelecimento fiscalizado	Nº	190	121	120	153	115
Cancelamento de licença de funcionamento	Nº	5	9	5	10	23
Total de fiscalizações	Nº	315	352	316	382	306

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS NO SEFAG/SP						Tabela 137
	Unid	2005	2006	2007	2008	2009
Atendimento a estabelecimentos	Nº	5309	5.530	5.689	5.145	6000
Processos atendidos	Nº	3840	3801	4.378	4.635	4800
Reunião técnica	Nº	57	71	50	25	20

Fonte: SEFAG/SP

Em 2009 priorizou-se o atendimento às vistorias de estabelecimentos para fins de concessão de registro inicial, sem o que as empresas estão impedidas de atuar. Além disso foram enfocadas as empresas que apresentavam licença de funcionamento muito atrasadas. Em virtude de auditoria realizada pelo órgão central, em maio, algumas inspeções que estavam prevista não foram realizadas para atendimento das solicitações apresentadas pelos auditores. Ainda durante 2009 três fiscais entraram em licença. Assim, o número total de fiscalizações esteve um pouco abaixo da execução dos últimos exercícios. Devido a concessão de licenças iniciais de funcionamento de estabelecimento, que superou o número de licenças de estabelecimentos canceladas, foi observado incremento no número de estabelecimentos a serem fiscalizados. O quadro total de fiscais permanece deficitário, dada a grandeza do parque industrial no Estado de São Paulo, a centralização da amostragem de vacinas de controle oficial, ainda que produzidas em outros Estados, e a demanda por atividades internas. O aumento da demanda das atividades internas pode ser observado através do aumento do número de atendimento a estabelecimentos e processos atendidos. Ressalta-se uma elevação considerável do número de processos que deram entrada no setor em 2009, devido ao retorno da atividade de cadastro de produtos para higiene e embelezamento animal.

Tabela 138

FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO						
	Unid.	2005	2006	2007	2008	2009
Pré-análise de Registro de produto	Nº	317	61	76	73	71
Renovação de Licença de produto	Nº	354	387	305	398	339
Prod. cadastrados – Homeopáticos	Nº	2	14	0	26	15
Colheita de amostra – Biológicos	Nº	964	1.161	993	1.094	981
Acompanhamento de troca de embalagem	Nº	36	21	14	117	1
Autorização de Importação	Nº	3704	4.881	4.871	4.719	4.988

Fonte: SEFAG/SP

A demanda por registro de novos produtos mantém-se estável desde 2006. No entanto, a intensificação da utilização do Procedimento P.CPV.004 (Procedimentos para triagem de processos de solicitação de registro de produto de uso veterinário), demandou maior tempo de análise dos referidos processos pelos fiscais. A colheita de amostras de produtos de natureza biológica para análise fiscal é de caráter inadiável, ocupando uma parte considerável da programação das atividades externas e refletindo a maior parte do número total de fiscalizações realizadas durante o ano. Ressalta-se que a selagem de vacinas, independentemente de seu local de produção, está centralizada em estabelecimento localizado em Vinhedo/SP. Assim, a colheita de amostras destas vacinas, mesmo as oriundas de outros Estados, recai sobre esta Superintendência.

A autorização de importação demonstra o encargo que esta tarefa representa, em prejuízo de outras atividades inerentes à área de produtos de uso veterinário.

Tabela 139

PRODUTOS REPROVADOS EM ANÁLISE FISCAL	
NÚMERO DE DOSES INUTILIZADAS DE PRODUTOS BIOLÓGICOS SUBMETIDOS À ANÁLISE FISCAL	

Atividade produto/serviço	2005	2006	2007	2008	2009
Bronquite	10.950.000	29.676.000	0	9.675.000	0
Febre Aftosa	20.848.610	8.978.320	0	10.085.820	3.370.020
Carbúnculo Sintomático	0	0	0	6.252.607	1.112.620
Doença de Newcastle	0	0	2.935.800	19.531.000	0
Raiva	0	0	0	3.340.485	0
Brucelose	369.270	372.480	1.565.540	1.784.520	135.510
Gumboro	0	0	2.935.800	44.025.000	0
<b>ANTÍGENO / ALÉRGENO</b>					
Brucelose	33.840	0	0	0	0
Tuberculose	3.000	84.400	0	0	0

A inutilização de partidas de produtos biológicos reprovadas ao fim da análise fiscal (contra-prova), é feita em empresas especializadas, e mediante acompanhamento pelo SEFAG.

**Tabela 140**

**INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICADAS AOS ESTABELECIMENTOS COM ATUAÇÃO NO SEGMENTO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS**

	2005	2006	2007	2008	2009
Notificação	7	12	17	22	28
Infração	7	19	25	34	58
Apreensão	8	8	16	21	21
Inutilização	15	2	21	82	52
Destruição	7	4	6	0	52
Interdição	3	4	5	1	9
Liberação	3	3	1	7	48

Fonte: SEFAG/SP

O acréscimo nas autuações e apreensões de produtos deve-se, em parte, à intensificação das fiscalizações, voltadas para os preceitos de Boas Práticas de Fabricação pelos estabelecimentos e também ao atendimento de várias denúncias recebidas.

**Principais Indicadores**

**Tabela 141**

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (Ifra) - Total de fiscalizações / Ano						
<i>Ifra</i>	315	352	316	382	306	440
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Iefa) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
<i>Iefa</i>	190	121	120	153	115	293
Eficácia- Eficacia na Fiscalização de Estabelecimentos (Ieffe) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados						
<i>Ieffe</i>	53%	30%	37,5%	42,5%	32.25%	100%
Eficiência- Eficiência do Serviço na fiscalização (Ifrf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
<i>Ifrf</i>	54	58	35	35	24.88	55
Capacidade – Capacidade de amostrar produtos biológicos (Icpb) - Número de produtos fiscalizados / Ano						
<i>Icpb</i>	964	1.161	993	1.094	981	1.200
Capacidade- Capacidade de analisar autorizações de Importação (Iripa) - N° Autorizações Importação / Ano						
<i>Iripa</i>	3.704	4.881	4.871	4.719	4.988	demanda
Eficiência - Eficiência do Serviço na colheita de amostras (Iapbf) – N° de amostras prod. Biológicas colhidas / N° de fiscais envolvidos						
<i>Iapbf</i>	188	232	195	156	163,5	171
Eficiência – Indicador de eficiência na análise das autorizações de importação (Iripaf) – N° de autorizações de importação / N° de fiscais envolvidos						
<i>Iripaf</i>			442	429	712,57	700
Eficiência- Eficiência do Serviço na pré-análise de processo de registro de produto (Iparf) – N° de processos analisados para registro(pré-análise) / N° de fiscais envolvidos						
<i>Iparf</i>	55	10	14	7	17,75	18

Capacidade- Capacidade de análise de processos para registro de produto(pré-análise) (Ipareg) – N° de processos analisados para registro(pré-análise)/ Ano

<i>Ipareg</i>	317	61	76	73	71	72
---------------	-----	----	----	----	----	----

Fonte: SEFAG/SP

Obs.: A adoção das metas para os indicadores *Ifra, Iefa, Ieffe e Ifrf* levou em consideração a totalidade de fiscalizações, incluindo colheita de vacinas, e o total de estabelecimentos que deveriam ser fiscalizados em 2009. Por conta das limitações quanto ao número de fiscais atuantes no FISPROVET essas metas não puderam ser alcançadas, logo refletem metas ideais e não metas passíveis de cumprimento haja vista a situação atual da ação.

*Ifra e Ifrf* - A meta de fiscalizações compreende a renovação anual da Licença de Funcionamento da totalidade dos estabelecimentos registrados, adicionada da previsão de colheitas e de outras atividades. Devido aos fatores apresentados acima, que impossibilitaram a realização de todas as inspeções previstas, o IFRA e o IFRF apresentaram decréscimo em relação aos anos anteriores. Apesar do equivalente técnico de fiscais envolvidos ter aumentado em relação ao ano anterior, ressaltamos o fato de três fiscais entrarem em licença em 2009, o que refletiu na queda dos referidos indicadores.

*Iefa e Ieffe* – Com a queda do numero de fiscalizações e do numero de fiscais envolvidos na atividade, devido os motivos acima apresentados, a IEFA e IEFEE decaíram em 2009 já que um menor número de estabelecimentos pode receber inspeção.

*Icpb e Iapbf* - A colheita de produtos biológicos foi comentada anteriormente, e manteve-se dentro da série histórica. Para o cálculo do Iapbf, somente são considerados os Fiscais com formação em Medicina Veterinária, por força de legislação.

*Ipareg e Iparf* - A apresentação de novos pedidos de registro de produtos de uso veterinário manteve-se estável desde 2006, e, conforme comentário anterior, observa-se redução da demanda por estes registros pelos clientes externos, atualmente em fase de adequação às novas normas.

*Iripa e Iripaf* – Os indicadores relativos à autorização de importação são uma ferramenta gerencial, uma vez que esta atividade está fortemente concentrada em alguns poucos Estados, como São Paulo.

Devido ao aumento anual das atividades internas e externas do Setor e para um melhor gerenciamento do mesmo, há divisão de atividades por fiscais. Dessa forma o numero de fiscais envolvidos na colheita de produtos biológicos, na pré análise de processos de registro de produtos e na análises da autorização de importação foi menor, refletindo a elevação dos indicadores IAPBF, IPARF e IRIPAF, respectivamente.

Reitera-se a grande concentração de empresas de produtos veterinários em São Paulo, de tal sorte que o desempenho neste Estado interfere diretamente no desempenho nacional. Para 2010, a SFA-SP continua discutindo junto à Coordenação o aumento do efetivo de Fiscais para o Estado de São Paulo, notadamente para as UTRA's, de modo a que seja possível dar pleno atendimento aos objetivos desta ação e à missão da instituição.

#### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 142

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	16	12,3
Apoio Administrativo	1	0,20

Fonte: SEFAG/SP

#### Recursos Financeiros

Tabela 143

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	44.300,00	37.160,67	37.149,67	
339030	17.000,00	9.500,00	8.114,72	
339033	3.600,00	5.778,00	5.697,51	

339039	8.500,00	5.500,00	5.500,00	
339093	9.700,00	4.100,00	2.694,30	546,90
449052	140.000,00	49.620,00	46.170,00	3.450,00
<b>TOTAL</b>	<b>223.100,00</b>	<b>111.658,67</b>	<b>105.326,20</b>	

**RESUMO GERAL DA AÇÃO**

**Tabela 144**

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	223.100,00	111.658,67	109.323,10	97,91
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fiscalização realizada)	436	478	444	92,89

Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

### **2.3.3.4 - Ação 2141 – FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes**

#### **Dados gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

O SEFAG tem como objetivo a fiscalização de insumos agropecuários e dentro deste contexto, encontra-se o setor de fertilizantes, corretivos e inoculantes. As atividades executadas, tanto de fiscalização quanto de registro de produtos e de estabelecimentos, bem como de autorização de embarque de importações visam zelar pela qualidade e conformidade dos insumos ofertados aos produtores rurais, garantindo assim a produção e a produtividade agrícola e, em última análise, a segurança alimentar, tanto pela inocuidade dos insumos quanto pela quantidade da produção.

#### **Resultados da ação**

**Tabela 145**

<b>ESTABELECIMENTOS PRODUTORES, IMPORTADORES E COMERCIAIS REGISTRADOS</b>					
	2005	2006	2007	2008	2009
EP Fertilizante	167	238	256	252	199
EP Corretivos	44	46	48	33	29
EP Inoculante	03	03	3	3	2
EP Substrato			1	9	7
Total EP (1)	214	287	308	297	237
EC (2) e EI (3)	500	500	301	675	294
Produtos Registrados no ano	1614	4574	3.552	2.528	2.197
Total Produtos Registrados	28.961	32.327	34.379	36.907	14.901

(1) Estabelecimento Produtor (2) Estabelecimento Comercial (3) Estabelecimento Importador

Fonte: SEFAG/SP

Os dados apresentados no quadro acima requerem explicação. Em 2009, foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos produtores e várias empresas não conseguiram se adequar as normas vigentes; devido a isso houve uma redução no número de estabelecimentos produtores (EPs) nos dois últimos anos. Os estabelecimentos comerciais e importadores estão em fase final de recadastramento, assim sendo a soma EC e EI diminuiu muito em 2009. Em 2009 também foi encerrado o recadastramento de produtos e aqueles que não atendiam as

normas atuais foram cancelados Com isso o número de produtos registrados caiu drasticamente e agora reflete de forma mais fiel a realidade do Estado.

### **Fiscalização de estabelecimentos e amostras para análise fiscal**

As diretrizes estabelecidas para o ano de 2008 pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC) foram novamente emanadas para 2009, deste modo programou-se realizar de uma a três fiscalizações em cada estabelecimento ao longo do ano, conforme sua atividade (fabricante, importador, comerciante) e o tipo de produto fabricado (fertilizante mineral, fertilizante orgânico, corretivos e demais), associando à auditoria dos processos produtivos. Em relação a produtos, programou-se a fiscalização de 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes minerais mistos e 5% dos corretivos comercializados no Estado e de 2% dos inoculantes produzidos no Estado.

Porém, a partir de julho de 2009, foi estabelecido o Programa Especial de Fiscalização (PEF), pelo qual foram escolhidas 5 (cinco) empresas produtoras de fertilizante mineral misto para que fossem monitoradas durante 3 (três) semanas , com intervalo de uma semana entre elas. Durante essas fiscalizações, todo o processo produtivo foi acompanhado, desde o recebimento de pedido feito pelo cliente até o embarque do produto acabado. Também foram coletadas amostras de matérias primas utilizadas e dos produtos finais. A finalidade deste programa foi detectar os pontos críticos nos processos produtivos desses estabelecimentos.

A seguir apresentamos quadros com os comparativos nos registros e nas fiscalizações desses estabelecimentos, no período de 2005 a 2009. Lembramos que a definição de produtos fiscalizados é a quantidade de produtos amostrados somada ao total de produtos apreendidos no ano e que o total das fiscalizações realizadas é a quantidade de estabelecimentos fiscalizados somada ao total de produtos fiscalizados no ano. Este dado é utilizado como indicador desta atividade no SIPLAN.

Também são apresentados os dados relativos ao número de amostras coletadas e a quantidade amostrada, que é a representação dos lotes amostrados.

**Tabela 146**

<b>ESTABELECEMENTOS PRODUTORES, IMPORTADORES E COMERCIAIS REGISTRADOS ANUALMENTE</b>					
	2005	2006	2007	2008	2009
Total EP	15	73	47	90	83
Estabelecimentos Comerciais (EC) e Importadores (EI):	45	70	49	64	99
Total de Registros de Estabelecimentos	60	143	96	154	182
Registros de Produtos – Geral	1.614	4.574	3.552	2.528	2.197

### **ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS**

**Tabela 147**

Empresas Produtoras Fiscalizadas	212	244	261	232	179
Empresas Comerciais Fiscalizadas	52	51	47	28	15
Outros Estabelecimentos Fiscalizados			112	55	93
Produtos Fiscalizados				1192	1103
Total de Fiscalizações realizadas			420	1507	1390
Total de Estabelecimentos Fiscalizados	264	295	270	315	287

### **AMOSTRAS COLETADAS DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES E QUANTIDADE AMOSTRADA**

**Tab.148**

Nº Amostras de Fertilizantes Sólidos	452	444	853	666	732
Nº Amostras de Fertilizantes Líquidos	133	179	201	259	184
Nº Amostras de Corretivos	15	34	38	18	12
Nº Amostras de Inoculantes	50	79	27	25	93
Total de amostras coletadas	650	736	1.119	968	1.024
Total de amostras analisadas	314	502	452	986	1.043
Total de amostras dentro da garantia	242	341	360	737	756

### **QUANTIDADE AMOSTRADA DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES**

**Tabela 149**

Fertilizantes Sólidos	t X 1000	452	444	81,5	132	99,61
Fertilizantes Líquidos	l X 1000	133	179	2.129	3.875	632,07
Corretivos	t X 1000	15	34	43	19	3,96
Inoculantes	doses	50	79	990	783	8.046,83

**Principais Indicadores****Tabela 150**

<i>Mnemônico</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>Meta</i>
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Ife) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
<i>Ife</i>	264	295	420	315	287	844
Eficiência - Fiscalização de estabelecimento produtor (Ifep) - N° de EPs fiscalizados x 100 / Total de EPs registrados						
<i>Ifep</i>	99,0%	85,02%	84,74%	78,11%	71,03%	178%
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - N° de estabelecimentos fiscalizados / Total de técnicos envolvidos						
<i>Icof</i>	33,0	32,8	42	29	31,2	77
Eficiência - Custo da fiscalização (Icf) - Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados						
<i>Icf</i>	126,8	88,06	148,83	218,11	263,02	---
Capacidade - Amostras coletadas (Iac) - n° de amostras coletadas / ano						
<i>Iac</i>	650	736	1.119	968	1.024	744
Eficiência- Conformidade de produtos (Icp) - N° de amostras dentro dos padrões x100 / Total de amostras analisadas						
<i>Icp</i>	77,0%	67,9 %	80 %	75 %	72,48%	90%
Eficiência - Capacidade de análise de registros de produtos (Icar) - N° de processo de registro de produto / Total de técnicos envolvidos						
<i>Icar</i>	538	650	355	506	655	Demanda
Capacidade - Registro de Produto (Irp)-N° de Produtos Registrados / Ano						
<i>Irp</i>	1.614	4.574	3.552	2.528	2.197	Demanda

Observando-se os indicadores de desempenho do serviço, temos que o **Ife**, relativo à fiscalização de estabelecimentos, mostrou-se abaixo da média da série histórica, tendo em vista que os Fiscais atuam em múltiplas áreas, a fiscalização adotou estratégias voltadas para auditorias de duração mais longa e o PEF ocupou tempo que seria destinado à fiscalização de outros estabelecimentos.

O **Ifep** é calculado considerando-se o universo de estabelecimentos produtores (EP). Como o parque industrial em São Paulo é muito grande e já que se estabelece até três fiscalizações por ano em alguns tipos de empresas, a meta estabelecida é incompatível com o número de técnicos disponíveis para a fiscalização nesta atividade. Além disso, o PEF utilizou um longo período de tempo que, pela programação do Plano Operativo 2009, seria despendido na fiscalização de outros estabelecimentos.

O **Icof** é uma ferramenta gerencial, importante para o planejamento das fiscalizações e o dimensionamento da equipe. É importante citar que, face ao caráter multidisciplinar das UTRA's, a maioria dos Fiscais exerce atividades em várias áreas técnicas, evidenciando a necessidade de aumentar o efetivo da SFA-SP, notadamente nas regiões que concentram maior número de estabelecimentos.

O índice **Icf**, custo da fiscalização, apresentou aumento de 20,59% , devido aos aumentos ocorridos no valor das diárias, preço dos combustíveis e pedágios. As fiscalizações realizadas pelo SEFAG/SP continuam seguindo as diretrizes do órgão central que preconizam sejam as fiscalizações realizadas por mais de um técnico e por período de tempo mais longo.

O Índice de Amostras Coletadas (**Iac**) superou a meta e foi compatível com a série histórica. Cumpre informar que a coleta de amostras tem sido feita preferencialmente de acordo com a sazonalidade da produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, de forma a obter maior representatividade, ainda que com um número menor de amostras. Com esta medida, o SEFAG contribui para que o **Icp** seja estatisticamente mais relevante, colaborando ainda para incrementar a eficiência da rede laboratorial oficial e o uso de recursos públicos.

O índice de conformidade de produtos (**Icp**) é um dos que melhor traduzem a finalidade da ação. Este indicador vem oscilando ao longo anos em relação à meta. Em 2007 houve uma significativa melhora, com alguma redução em 2008 e mais ainda em 2009. Tal fato pode ser explicado pela estratégia de coleta de amostras, pelos tipos de produtos priorizados e pela tendência de haver menores taxas de conformidade em alguns grupos de produtos em face de suas particulares técnicas, tais como os fertilizantes minerais mistos e fertilizantes orgânicos.

Também se observou queda nos índices de conformidade de muitos fertilizantes importados. Uma das causas para este fato é a adoção de metodologias de análise nos países de origem que diferem da metodologia oficial brasileira, gerando não conformidades em relação à legislação brasileira. Esses fatos reforçam a necessidade de serem mantidas e reforçadas estratégias técnicas nacionais para a fiscalização, concentrando os esforços de fiscalização e de amostragem de empresas e produtos que necessitam controle mais rígido. Com isto, ao longo do tempo, deve-se melhorar os indicadores de desempenho globais na atividade de fiscalização.

Observando-se os dados do **Icar** e **Irp**, verifica-se que o número de registros de produtos analisados e registrados no Estado por ano continua elevado, mesmo sendo válidos em todo o território nacional e não necessitarem de renovação. Tal fato ratifica a intensa atividade deste parque industrial em São Paulo. O número de técnicos envolvidos com as atividades de registro de produtos e de estabelecimentos é igualmente reduzido, evidenciando a necessidade de maior número de servidores para a ação, de forma que fiscalização e registro sejam executados conforme a demanda e a programação mensal. Ressalta-se que foram registrados 2.197 produtos, no entanto foram solicitados e analisados 3.277 requerimentos de registro de produtos, sendo 1.080 destes indeferidos.

#### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 151

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	20	6,8
Agente de Atividades Agropecuárias	1	0,3
Técnicos de Nível Superior	3	2,4
Apoio Administrativo	1	0,8

Fonte: SEFAG/SP

#### Recursos Financeiros

Tabela 152

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	98.184,96	144.250,00	144.242,02	
339030	38.710,00	18.572,76	14.731,71	
339033	-	31.050,00	30.904,49	
339039	7.000,00	11.860,00	10.690,08	297,00
339093	-	12.150,00	5.924,12	1.782,36
<b>SUBTOTAL</b>	143.894,96	217.882,76	206.492,40	
449052	262.500,00	18.917,30	6.067,30	

#### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 153

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	143.894,96	217.882,76	208.571,36	95,73
META SIPLAN (fisc realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	2003	2894	1325	45,78

Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.3.5 - Ação 2179 - FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudanças

#### Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4)

Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Áreas responsáveis pela execução

Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

Para atendimento da finalidade proposta nesta atividade, o SEFAG fiscaliza as diversas fases da produção de sementes e mudas. Deste modo, proporciona ao produtor rural materiais de propagação vegetal em conformidade com os padrões de qualidade fisiológica e de identidade genética determinados pela legislação vigente, garantindo, assim, a produção e a produtividade agrícolas da melhor qualidade.

### Inscrições e credenciamento dos agentes – RENASEM

Em 2005, o SEFAG-SP deu início à inscrição e ao credenciamento de todos os agentes envolvidos na produção, comercialização, beneficiamento, embalagem e armazenamento de sementes e mudas no Estado, após a publicação da Lei Nº 10.711/2003 e do Decreto Nº 5.153/2004. Assim sendo, as séries históricas, relativas ao RENASEM, apresentam dados a partir de 2006.

Podemos notar, nas duas tabelas abaixo, que em 2007 e 2008 houve uma grande procura pela inscrição no RENASEM e por credenciamentos, tanto de estabelecimentos como de campos de produção de sementes. Este fato deveu-se à demanda reprimida nos anos anteriores, logo após a publicação da legislação pertinente. Porém, em 2009, essa demanda diminuiu e, de acordo com a nossa expectativa, deve se estabilizar com números próximos aos obtidos no ano de 2008.

**Tabela 154**

#### NÚMERO DE INSCRIÇÕES E DE CREDENCIAMENTOS NO REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS – RENASEM (CERTIFICADOS EMITIDOS)

Tipo de Agente	Un	Até 2006	2007	2008	2009
Produtor de sementes ou Mudanças	nº	323	99	113	127
Comerciante de sementes ou Mudanças	nº	271	83	117	132
Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de Sementes	nº	78	21	25	19
Responsável Técnico	nº	384	122	122	118
Certificador da Prod. própria	nº	11	3	4	13*
Entidade de Certificação	nº	0	1	0	0
Laboratório Análise Sementes	nº	0	4	2	8*
<b>TOTAL</b>		<b>672</b>	<b>333</b>	<b>419</b>	<b>415</b>

\*em processo de credenciamento

**Tabela 155**

#### INSCRIÇÕES E HOMOLOGAÇÕES DE CAMPOS DE SEMENTES

Campos de Sementes, Viveiros de Mudanças e Unidades de Propagação “in vitro” inscritos		2006	2007	2008	2009	
Homologados	Campo de Sementes Genética	Nº	03	68	0	0
	Campo de Sementes Básica	Nº	23	61	59	26
	Campo de Sementes Certificada 1	Nº	138	259	581	152
	Campo de Sementes Certificada 2	Nº	91	133	124	75
	Campo de Sementes S1	Nº	501	988	1020	684
	Campo de Sementes S2	Nº	1381	2532	2229	1383
	Denegados	Nº	96	24	10	92

Fonte: SEFAG/SP

### Produção no Estado de São Paulo

Analisando o quadro abaixo, verifica-se que a área de plantio para obtenção de sementes diminuiu nos últimos dois anos, porém a produtividade vem aumentando desde 2005. Podemos concluir que a incorporação de sementes melhoradas resultou no incremento da produtividade alcançada pelo setor sementeiro em São Paulo.

#### PRODUÇÃO DE SEMENTES

**Tabela 156**

Safra	2006/2007 e 2007/2007		2007/2008 e 2008/2008		2008/2009 e 2009/2009	
Categoria	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)

GE	202	477	---	---	---	---
BA	614	1.662	918	2122	590	2.099
C1	10.930	42.772	22035	71701	6.908	24.794
C2	6.410	18.594	7556	24322	3.976	10.591
S1	48.287	130.739	30779	95629	24.562	75.262
S2	97.375	196.022	94056	191201	58.916	132.560
total	163818	390266	155344	384975	94.952	245.306

(BA) Básica ;(C1) Certificada de primeira geração ;(C2) Certificada de segunda geração ; (GE) Genética

### Certificação de Sementes

A certificação no Estado é realizada pelo MAPA através do SEFAG, por 13 Certificadores da Produção Própria de sementes e uma Entidade de Certificação, propiciando a este segmento do agronegócio singular diversidade de espécies e cultivares. Contribui para o abastecimento de sementes de alta qualidade nas principais culturas econômicas para São Paulo e de outros estados da federação.

PRODUÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS						Tabela 157
	Unid	2005	2006	2007	2008	2009
Produtor	Nº	14	13	14	6	17
	ha	-	105.519	163.614	444	20.703,6
Espécies	Nº	10	10	17	6	14
	t	10.168	3.338	15.069	125	37.639,3
Cultivares	Nº	57	43	129	14	86
Nº Lotes	Nº	1989	539	3349	37	3.732
Nº Certificados	Nº	336	80	1189	18	2.329

A Lei 10.711/2003 permite o credenciamento de Produtor como Certificador da Produção Própria e de Entidade de Certificação. Os 13 Produtores Certificadores da Produção Própria credenciados passaram a emitir, desde 2006, os Certificados de Sementes referentes à sua produção de Semente Básica, Certificada 1 e Certificada 2. O aprimoramento exercido pelo órgão fiscalizador no controle da Certificação registra a partir da Safra 2008/2009 dados e informações conjuntas da certificação efetuada pelo MAPA e pelos credenciados. Destacamos que esta diversidade de espécies e cultivares promovem a sustentação do sistema, porém há dificuldades no abastecimento de material básico pelos Mantenedores nas espécies de: Amendoim, Soja (algumas cultivares), Gramíneas e Leguminosas Forrageiras e de Adubos Verdes.

Tabela 158

COLETA DE AMOSTRA OFICIAL PARA FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO					
	2007	Meta 2008	Executado 2008	Meta 2009	Executado 2009
Fiscalizações realizadas	59	59	119	234	238

Fonte: SEFAG/SP

Tabela 159

FISCALIZAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO						
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/AÇÃO /PROCESSO	Un.	2005	2006	2007	2008	2009
Autorização de Importação de Sementes	nº	580	511	663	781	955
Autorização de Importação de Mudas	nº	323	387	376	417	515
Autorização de Exportação de Sementes	nº	840	761	843	760	770
Autorização de Exportação de Mudas	nº	804	634	510	422	414
Liberação de Importação de Sementes	nº	621	472	617	789	899
Liberação de Importação de Mudas	nº	217	408	374	432	484
Coleta de Amostras da Importação de Sementes	nº	1314	1100	1311	1.716	2240
Atendimento a clientes	nº	8740	12.751	10379	11623	10860
processos de Retenção de sementes Importadas	nº	43	30	25	20	51

Fonte: SEFAG/SP

Tabela 160

IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL - 2009			
ESPÉCIE	UN	QUANTIDADE	VALOR (R\$)

Olerícolas	kg	277.266,23	53.734.195,97
Batata-semente	kg	1.588.592,00	4.558.050,00
Flores	kg	519,93	2.340.882,00
Grandes Culturas	kg	940.879,99	9.026.081,86
Sementes Diversas	kg	219.018,80	17.275.356,45
Semente de Multiplicação p Re-exportação	kg	----	----
<b>Sub – Total Sementes</b>	<b>kg</b>	<b>3.026.276,95</b>	<b>86.934.566,28</b>
Bulbo	Unid.	12.361.344	7.490.629,00
<b>Sub – Total Bulbos</b>	<b>Bulbo</b>	<b>12.361.344</b>	<b>7.490.629,00</b>
Mudas Frutíferas	Muda	94.580	70.398,00
Mudas Ornamentais	Muda	47.397.484	7.238.312,00
Mudas florestais	muda	6.000	350,00
<b>Sub – Total Mudras</b>	<b>Muda</b>	<b>47.498.064</b>	<b>7.309.060,00</b>
<b>Total Geral</b>			<b>101.734.255,28</b>

Fonte: SEFAG/SP

No que se refere à importação de sementes e mudas, a análise dos dados mostra que batata-semente, grandes culturas, bulbos e mudas ornamentais representam as quantidades mais expressivas. Quanto aos valores financeiros, destacam-se as sementes de olerícolas, os bulbos e as mudas ornamentais. Deve-se ressaltar que o valor total das importações em 2009 (R\$ 101.734.255,28) teve um pequeno aumento de 2,7% em relação ao valor das importações em 2008 (R\$ 99.052.680,00), principalmente pelo aumento de mudas ornamentais.

EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO VEGETAL			<b>Tabela 161</b>
ESPÉCIE	Unidade	QUANT.	VALOR (R\$)
Forrageiras	kg	6.686.944,68	71.913.076,10
Florestais	kg	1.262,94	1.433.738,00
Grandes Culturas	kg	5.948.599,76	30.408.096,00
Olerícolas	kg	54.431,03	10.103.433,04
Ornamentais	kg	42.251,50	479.998,00
<b>Sub – Total Sementes</b>	<b>kg</b>	<b>12.733.489,91</b>	<b>114.338.341,14</b>
<b>Sub – Total Bulbos</b>	<b>Nº</b>	<b>91.714.588</b>	<b>66.427.929,00</b>
<b>Sub – Total Mudras</b>	<b>Nº</b>	<b>561.840.765</b>	<b>22.136.433,00</b>
<b>Total Geral</b>			<b>202.902.734,14</b>

Fonte: SEFAG/SP

No quadro acima, verificamos que as sementes mais exportadas foram as forrageiras e as de grandes culturas. As quantidades de bulbos e mudas também foram muito expressivas. Em termos financeiros, estas mesmas sementes, bulbos e mudas se destacam, especialmente pelo comércio de plantas ornamentais. Nota-se que houve uma significativa redução de 51,1% entre o valor das exportações realizadas em 2008 (R\$ 306.639.309,00) e o valor obtido em 2009 (R\$ 202.902.703,14).

### Principais Indicadores

**Tabela 162**

<i>Mnemônico</i>	2005	2006	2007	2008	2009
Eficiência - Eficiência do Serviço na Análise de Processos (ICAp) - Nº de Processos Autorizados / Nº de Técnicos envolvidos					
<i>ICAp</i>	1693	2.293	3.393	3.601	4.037
Capacidade - Processos de autorização de exportação (IP Ae ) - nº de processos de exportação autorizados / ano					
<i>IP Ae</i>	1644	1.395	1.353	1.182	1.184
Capacidade Processos de autorização de importação (IP Ai ) - nº de processos de importação autorizados / ano					
<i>IP Ai</i>	903	898	1.039	1.198	1.470
Capacidade - Processos de liberação de importação (IP Li) - nº de processos de liberação de importação / ano					
<i>IP Li</i>	838	880	991	1.221	1.383
Eficácia - Balança Comercial de Sementes (IBC semente) - Receitas obtidas nas exportações de sementes / Recursos utilizados nas importações					
<i>IBCsementes</i>	2,60	2,235	2,175	1,691	1,315
Eficácia - Balança Comercial de Mudras (IBC mudras) - Receitas obtidas com as exportações de mudras / Recursos utilizados nas importações					

<b>IBCmudas</b>	83,87	75,585	10,84	12,976	3,028
Eficácia - Processos Retidos (IPRi) - N° de processos não liberados / N° de processos solicitados					
<b>IPRi</b>	0,040	0,013	0,0104	0,089	0,059

Fonte: SEFAG/SP

O indicador ICAP continua aumentando, sinalizando cada vez mais a necessidade de aumentar o número de técnicos na área de análise de processos de trânsito internacional.

Analisando o indicador IP Ae, que retrata a quantidade de autorizações para exportação, constatamos que ele se manteve estável em relação ao do ano anterior, apesar do valor das exportações ter diminuído significativamente. Este fato pode ser explicado pela crise mundial vivida em 2009, a qual causou retração nos mercados consumidores destes insumos.

Quanto ao IP Ai e IPLi, que tratam das importações, houve aumento dos dois indicadores, o que está de acordo com o aumento do valor das importações. Estes aumentos podem ser explicados pela queda do valor do dólar, em relação ao final de 2008, e pelo país ter sido menos atingido pela crise mundial.

Apesar da redução do valor das exportações e do aumento do valor das importações, a balança comercial continua favorável. No setor de sementes, as exportações foram 31,52% superiores as importações, enquanto que o valor das exportações de mudas ultrapassou em 202,28% as importações.

Dos resultados destes indicadores podemos inferir a importância do segmento de sementes e mudas do estado de São Paulo, devida, principalmente, às tecnologias utilizadas, à adaptação ao mercado consumidor, à nova legislação e à fiscalização, dentro desta nova legislação, executada pelo MAPA, que elevam a competitividade desses insumos paulistas.

A redução do resultado obtido para o indicador IPRi, em relação ao de 2008, mostra que os interessados na importação e exportação de sementes e mudas estão se adaptando bem aos novos procedimentos, via sistema eletrônico, adotados neste setor no ano de 2008.

#### Principais recursos humanos envolvidos

**Tabela 163**

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	17	9,6
Apoio Administrativo	3	1,5
Agentes de Atividades Agropecuárias	1	0,2

Fonte: SEFAG/SP

#### Recursos Financeiros

**Tabela 164**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	133.281,82	121.093.51	113.834.57		
339030	16.944,00	3.780.00	3.180.34		
339033	57.170,00	59.683.02	53.514.90		
339036	129.500,00	2.370.84	2.370.84		
339039	17.260,00	127.546.55	45.294.11	42.379,58	
339093	36.000,00	8.811.41	3.313.91	1.108,86	
SUBTOTAL	390.155,82	323.285.33	221.508.67		
449052	203.300,00	41.824.95	30.780.00	1.844,95	12.855,38

\* foram adquiridos equipamentos de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento

#### RESUMO GERAL DA AÇÃO

**Tabela 165**

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	390.155.82	323.285.33	266.842.06	82.54
META SIPLAN*	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%

(fiscalização realizada)	1.074	1.479	2.599	175,73
--------------------------	-------	-------	-------	--------

\*a meta siplan atual não contempla o segmento de mudas e deve ser alterada  
 Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.3.6 - Ação 2909 - Fiscalização de agrotóxicos e afins - FISAGROTOX

#### Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

Esta ação contempla três grandes grupos de atividades, sendo: (a) ações envolvendo os estabelecimentos fabricantes, formuladores e importadores de agrotóxicos; (b) ações envolvendo empresas prestadoras de serviços na área de tratamento fitossanitário e quarentenário, no trânsito internacional de vegetais e suas partes (principalmente madeiras utilizadas como embalagens ou suportes e grãos de soja e milho) e (c) ações envolvendo estações experimentais de ensino, pesquisa e assistência técnica para realização de estudos e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro de agrotóxicos.

A partir de 2007 as empresas prestadoras de serviços descritas em (b) passaram a ser credenciadas junto à Superintendência Federal de Agricultura, o que aumentou o volume de atividades nesta área. A maioria das empresas teve seu credenciamento renovado no ano de 2007, agora com validade por cinco anos, justificando a diminuição no número de renovações de credenciamento no ano de 2009.

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas credenciadas para esse serviço, desde que a atividade foi regulamentada em 2003 e os dados de fiscalização no período de 2005 a 2009.

**Tabela 166**

EMPRESAS DE TRATAMENTO QUARENTENÁRIO / FITOSSANITÁRIO					
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº total de empresas credenciadas no Estado de São Paulo	44	50	62	63	64
Nº renovação de credenciamento no ano	37	42	49	11	04
Nº empresas TQ fiscalizadas	10	18	27	30	24
Nº tratamentos fiscalizados	-	-	-	-	26
Nº Inspeções para credenciamento/renovação	-	-	-	-	16
Nº Novas empresas credenciadas no ano	7	8	13	3	2

Fonte: SEFAG/SP

#### Principais Indicadores

**Tabela 167**

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Eficácia - Eficácia na fiscalização de ETQ credenciadas (IETrQe) - Nº de empresas fiscalizadas x 100 / Nº de empresas credenciadas						
<b>IETrQe %</b>	25	36	44	47,6	37,5	100%
Eficácia - Conformidade ETQ fiscalizadas (IETrQei)- (Nº de empresas fiscalizadas - Nº empresas autuadas) x 100/ Nº de empresa fiscalizadas						
<b>IETrQei %</b>	10	11	33	50	54	95 %

Eficiência - Produtividade do Serviço na análise de solicitação de credenciamento de ETQ (IETrQpi) - N° de solicitações analisadas/N° de fiscais envolvidos

<b>IETrQpi</b>	9,8	11	13,8	4,3	3,75	-
----------------	-----	----	------	-----	------	---

Observando-se no quadro acima os indicadores de desempenho do serviço, verificamos que o indicador relativo à fiscalização de empresas de tratamento quarentenário não atingiu a meta, devido principalmente às diretrizes da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins em priorizar as fiscalizações de empresas de agrotóxicos em detrimento da fiscalização de empresas de tratamento quarentenário.

O índice de conformidade das empresas (IETrQei), vem, a cada ano, se aproximando da meta.

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas de agrotóxicos e estações experimentais, e os dados de fiscalização no período de 2005 a 2009.

**Tabela 168**

<b>EMPRESAS DE AGROTÓXICOS (EAG)</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
N° indústrias de agrotóxicos em atividade em SP	62	78	78	133	133
N° Estações Experimentais em atividade em SP	-	-	-	16	18
N° indústrias de agrotóxicos fiscalizadas	18	35	25	49	52
N° indústrias de agrotóxicos autuadas	8	10	6	22	22
N° produtos agrotóxicos fiscalizados	160	236	177	268	247
N° produtos fiscalizados por técnico	20	47	44	65	47,5
N° anuências prévias de importação de Agrotóxicos analisadas	3.012	2670	3027	5412	5134
N° Anuências Prévias analisadas por técnico	377	490	757	1353	1283

Fonte: SEFAG/SP

Desde a publicação do Decreto 4074, em 2002, observou-se um aumento do número de Autos de Infração das empresas produtoras e formuladoras de agrotóxicos. Esse percentual (IAgQI) teve aumento significativo de 2005 a 2007, pela adaptação das empresas à nova legislação, com o indicador aproximando-se do aceitável. Durante o exercício 2008, o número de empresas autuadas elevou-se, devido ao aperfeiçoamento do processo de fiscalização e da capacitação dos fiscais envolvidos. Em 2009, este índice teve uma leve melhora, mas ainda encontra-se muito aquém do ideal. Neste ano a fiscalização de agrotóxicos foi realizada com foco na qualidade dos produtos, com coletas de amostras de agrotóxicos para análises fiscais. Também foram realizadas verificações documentais dos produtos importados e fabricados no Brasil, referentes ao controle de qualidade, análises de impurezas e componentes utilizados nas formulações. Ainda, com a realização de “forças-tarefas” reforçadas com a participação de fiscais de outros Estados e da Coordenação Geral de Brasília conseguiu-se um aumento no número de indústrias fiscalizadas. A fiscalização com o apoio de fiscais de outros Estados tornou-se imprescindível, visto que o parque industrial brasileiro concentra-se no Estado de São Paulo e o número de Fiscais Federais Agropecuários do Estado com dedicação nessa ação é insuficiente para atender a demanda.

Note-se o expressivo aumento no número de anuências prévias de importação analisadas no ano de 2008. Este fato ocorreu devido à publicação da Instrução Normativa 40/2008, que entrou em vigor a partir do mês de agosto de 2008. Em 2009, houve uma pequena redução no número de anuências prévias quando comparado ao ano anterior. No entanto, esta atividade rotineira demanda muito tempo dos Fiscais lotados na sede da SFA-SP.

### **Principais Indicadores**

**Tabela 169**

<b>Mnemônico</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Meta</b>
------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IAgCf) - N° estabelecimentos fiscalizados / Ano

<i>I<sub>AgCf</sub></i>	34	18	35	25	49	52	53
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (I <sub>AgQi</sub> ) – (Nº estabelecimentos fiscalizados – Nº estabelecimentos autuados ) X 100 / Nº de estabelecimentos fiscalizados							
<i>I<sub>AgQi</sub> %</i>	44	56	71	76	55,1	57,7	95 %
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (I <sub>AgQ</sub> ) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100 / Nº de estabelecimentos registrados							
<i>I<sub>AgQ</sub> %</i>	55	29	45	32	33	39,1	100 %
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (I <sub>AgP</sub> ) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Nº de técnico do serviço							
<i>I<sub>AgP</sub></i>	4,3	2,3	7,8	6,3	12,3	10	---

Fonte: SEFAG/SP

O resultado geral desta ação FISAGROTOX – foi positivo, ainda que aquém do ideal. Para que se melhorem os indicadores, principalmente o *I<sub>AgQ</sub>* e o *I<sub>ETrQe</sub>*, há necessidade de mais técnicos trabalhando nesta ação.

No decorrer do ano passado, houve aumento no número de estabelecimentos fabricantes e importadores de agrotóxicos, produtos técnicos e afins. De acordo com dados do Agrofit, o Estado de São Paulo possui 187 indústrias de agrotóxicos registradas, representando um aumento significativo do universo de ação para o ano de 2010.

### Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 170

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	10	5,2
Apoio Administrativo	1	0,5

Fonte: SEFAG/SP

### Recursos Financeiros

Tabela 171

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	17.935,05	32.830,86	29.079,72		
339030	9.068,00	500,00	498,95		
339033	6.000,00	23.885,00	18.713,20		
339039	28.630,00	2.800,00	2.800,00		
339036		3.339,69	3.339,69		
339093	3.824,00	3.357,96	2.434,41	695,88	
SUBTOTAL	65.457,05	66.713,51	56.862,97		
449052	309.975,05	111.400,00	10.260,00	2.967,72	95.771,05*

\* foram adquiridos aparelhos de ar-condicionado e veículo que ainda estão em fase de entrega e pagamento

### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 172

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/ RECEBIDO% (custeio)
	65.457,05	66.713,51	57.558,85	86,28
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/ PROGRAMADO %
	263	263	313*	119,01

\* corresponde à somatória dos seguintes itens: Nº empresas TQ fiscalizadas + Nº tratamentos fiscalizados + Nº Inspeções para credenciamento/renovação + Nº produtos agrotóxicos fiscalizados.

Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

### 2.3.3.7 – ACAO 2177- FISCAGRIC - Fiscalização de Serviços Agrícolas

#### Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade dos serviços de aviação agrícola, e de máquinas e implementos agrícolas, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas e a qualidade de máquinas e implementos agrícolas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

## Cenário da atividade aeroagrícola no Estado de São Paulo

Tabela 173

ATIVIDADES AERO-AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS POR CULTURA (em ha)								
ha	CANA	SOJA	BANANA	MILHO	ALGODÃO	LARANJA	OUTROS	Total mês
jan	76.138,69	15.728,73	10.809,73	3.011,00	0,00	12.045,00	940,55	<b>118.673,70</b>
fev	101.129,36	18.980,41	11.399,87	3.020,86	76,00	2.300,00	541,69	<b>137.448,19</b>
mar	135.184,00	6.659,71	13.809,17	125,00	75,00	940,00	294,00	<b>157.086,88</b>
abr	129.731,61	281,08	12.016,58	690,60	51,50	14.635,00	1.242,00	<b>158.648,37</b>
mai	69.443,54	190,00	10.485,59	1.582,70	0,00	4.595,00	386,50	<b>86.683,33</b>
jun	21.708,87	0,00	7.318,86	1.039,70	0,00	14.844,00	349,40	<b>45.260,83</b>
jul	8.577,14	0,00	5.214,31	731,36	0,00	0,00	929,50	<b>15.452,31</b>
ago	6.064,44	0,00	10.371,94	0,00	156,00	900,00	1.165,00	<b>18.657,38</b>
set	13.110,13	0,00	8.404,76	43,56	0,00	8.669,40	585,00	<b>30.812,85</b>
out	38.864,03	0,00	13.490,48	653,00	0,00	25.880,00	1.992,30	<b>80.879,81</b>
nov	46.618,28	4.261,50	2.452,58	8.297,97	0,00	4.908,00	560,30	<b>67.098,63</b>
dez	53.546,35	4.153,37	10.083,66	3.058,84	0,00	21.080,00	511,19	<b>92.433,41</b>
<b>Total</b>	<b>700.116,44</b>	<b>50.254,80</b>	<b>115.857,53</b>	<b>22.254,59</b>	<b>358,50</b>	<b>110.796,40</b>	<b>9.497,43</b>	
<b>%</b>	<b>69,3778297</b>	<b>4,97998441</b>	<b>11,4808674</b>	<b>2,20531195</b>	<b>0,03552545</b>	<b>10,9793362</b>	<b>0,94114499</b>	

**TOTAL DA APLICAÇÃO AÉREA NO ESTADO DE SÃO PAULO (HA) 1.009.135,69**

Fonte: SEFAG/SP

As três culturas que mais utilizaram a aviação agrícola são pela ordem decrescente cana-de-açúcar, correspondendo a 70,15% de toda área trabalhada com operação aero-agrícola, seguida pela banana (12,09%) e pela laranja (6,92%).

O quadro seguinte apresenta a realização dos processos relacionados a registros de estabelecimentos na área de aviação agrícola, de 2005 a 2008.

Tabela 174

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA					
PROCESSOS	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de registro de estabelecimentos	2	2	1	3	2
Nº de Est. Registrados – acumulado	37	38	38	41	41
Nº de Alteração de Registros	2	2	4	7	7
Nº de Autorização para Prestação de Serviços	3	6	5	5	5
Nº de Cancelamento Registro	4	1	1	-	2

Fonte: SEFAG/SP

Tabela 175

FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECEMENTOS					
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados	33	28	36	27	40
Nº de Fiscalização de Cursos Especializados	3	0	0	4	1
Nº de Termo de Fiscalização	33	28	36	27	40
Nº de Autos de Infração Emitidos	8	5	3	2	8
Nº de Notificações de Multas Emitidas	4	0	0	11	14
Nº de Coleta de Dados de Execução Mensal*	399	396	430	452	493

\* nº de relatórios

	PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES TÉCNICAS E CURSOS				
	2005	2006	2007	2008	2009
Encontro Nacional (ENCAA/RAIA)	1	1	1	1	1
Outras Reuniões	4	5	4	6	4
Cursos Especializados (CCAA)	1	0	3	0	0
Curso de Aviação Agrícola – CAVAG	3	0	0	0	0
Curso de Executores em Aviação Agríc.-CEAA	1	0	0	2	0
Congresso de Aviação Agrícola	1	2	1	2	1
Palestras proferidas	3	3	1	3	2
Demonstração de Equipamentos Especializados	1	0	3	0	0

Fonte: SEFAG/SP

Em 03 de janeiro de 2008 foi publicada a Instrução Normativa 002/2008, que ajustou as normas técnicas de aplicação aérea em um documento único. Isso veio a facilitar o trabalho de divulgação e orientação para as empresas operadoras, bem como o processo de fiscalização desta área. Por outro lado, foi estabelecido um novo modelo de pátio de descontaminação, em atendimento a uma antiga reivindicação do setor de meio ambiente. Nesse novo modelo de pátio foi introduzido um equipamento de ozonização, que visa oxidar os resíduos do produto utilizado, minimizando o risco de contaminação ambiental decorrente da lavagem e descontaminação das aeronaves. O prazo inicialmente estabelecido para ajustamento das empresas ao novo tipo de pátio foi prorrogado pelas Instruções Normativas 62, de 11 de dezembro de 2008 e 13, de 13 de maio de 2009, para o dia 09 de janeiro de 2010. Coube à equipe de fiscalização verificar o cumprimento de seu artigo 2º, no qual é proibida a destinação ou descarte no meio ambiente, dos resíduos de lavagem das aeronaves, não submetidos a um processo de purificação comprovado.

Para a realização das ações, contou-se com oito fiscais federais agropecuários e um agente administrativo, todos em tempo parcial.

A ação da fiscalização procurou priorizar a orientação quanto às adaptações a serem adotadas pelos operadores de Aviação Agrícola à nova instrução normativa. Ao mesmo tempo, procurou-se atualizar as informações cadastrais dos operadores do Estado.

No exercício foram registradas 1 nova empresa de Aviação Agrícola e 1 Empresa Rural proprietária de aeronave agrícola. Também foram identificadas 3 empresas aeroagrícolas que vinham operando sem registro, sendo uma delas veio a registrar-se no Estado do Paraná. As outras duas eram originalmente registradas nos estados de Goiás e do Mato Grosso, e ambas encontram-se em processo de regularização de seu Registro nesta Superintendência.

No Estado de São Paulo existem registradas 41 empresas aeroagrícolas, 01 Entidade de Ensino para Cursos de Coordenador em Aviação Agrícola - CCAA e Executor em Aviação Agrícola – CEAA, 01 Entidade de Ensino para Curso de Aviação Agrícola – CAVAG, 02 Empresas Rurais, além de 05 Empresas Aeroagrícolas de outros estados, autorizadas a operar em São Paulo.

A gestão da ação FISCAGRIC1, responsável pelas despesas da fiscalização de Mecanização e Aviação Agrícola retornou da Secretaria de Defesa Agropecuária para a Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo. Com isso, novos ajustes na operacionalização da descentralização de crédito orçamentário tiveram que ser implementados, e, acumulado à demanda por fiscalização em outras áreas de atuação da fiscalização agropecuária, ocasionaram novamente atrasos na execução das metas programadas.

### Principais Indicadores

Tabela 177

Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	Meta
Capacidade - Fiscalização de empresas (Ife) - nº de empresas fiscalizadas / ano						

IFE	33	28	36	27	40	41
Eficácia - Cobertura da Fiscalização de empresas (Ifep) - N° de empresas fiscalizadas x 100 / Total de empresas registradas						
IFEP(%)	89,19	73,68	94,74	65,85	97,56	100
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - N° empresas fiscalizadas / n° de fiscais envolvidos						
ICOF	6,75	9,6	3,6	3,95	5	---
Eficácia - Não Conformidade de empresas de aviação (Iceav) - N° de empresas autuadas X100 / n° de empresas fiscalizadas						
ICEav(%)	24,24	17,9	8,3	7,4	20	10
Eficiência - Recebimento de Relatórios Mensais (Irrav) - n° de relatórios recebidos X 100/ 12 x Total de empresas registradas						
IRRav(%)	89,86	86,84	94,30	91,87	100,20	100

Fonte: SEFAG/SP

Os indicadores apontam que há uma necessidade de se estruturar as equipes de fiscalização, para melhor abranger as fiscalizações em empresas aero-agrícolas.

Em relação ao Número de Fiscalizações por Estabelecimento (IFE), estabeleceu-se uma meta de uma fiscalização por ano por empresa, muito embora se tenha que o ideal técnico seria duas ações por ano, nos períodos de maior atividade aero - agrícola (janeiro a abril e outubro a dezembro). O reduzido número de fiscais atuantes na área contribuiu para o não atendimento dessas metas.

Em relação ao índice IRRav, calculado pelo número de relatórios recebidos dividido pelos 12 meses e pelo total de empresas registradas, ele é superior a 100%, por se ter recebido alguns relatórios de anos anteriores atrasados.

### Recursos Financeiros

Tabela 178

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2009	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)
339014	13.213,68	21.100,00	14.708,17	
339030	4.800,00	1.500,00	--	
339033	7.500,00	7.400,00	1.235,76	
339036	---	430,00	319,56	
339039	163.700,00*	10.930,00	9.930,00	
339093	2.000,00	2.000,00	196,41	174,63
<b>TOTAL</b>	<b>191.213,68</b>	<b>43.360,00</b>	<b>26.389,90</b>	

\*Recurso previsto para conserto de aeronave, entretanto o órgão central decidiu que não compete à Secretaria de Defesa Agropecuária, o custeio de manutenção de aeronaves pela referida ação.

### RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 179

FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	191.213,68	43.360,00	26.564,53	61,26
META SIPLAN*	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
(estabel.inspecionado)	50	78	41	52,56

\* as metas inseridas no SIPLAN não correspondem a realidade desta ação, fato explicado acima

Fonte: SEFAG/SP, SIPLAN e SIAFI

## 2.3.4 - Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivo Específico	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à

	produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Responsável pelo Programa	Jose Tadeu de Faria - Diretor Técnico – DT Nelson Luzin – Chefe do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

### Principais ações do programa:

#### **2.3.4.1 - Ação 8592 - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREAB**

##### Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar todos os atores da cadeia produtiva (produtores, governo federal e estadual, frigoríficos, entidades certificadoras) em relação à execução das atividades do serviço de rastreabilidade da cadeia produtiva bovina e bubalina - SISBOV, de modo que seja um sistema auditável, seus processos definidos e transparentes e seus produtos rastreáveis.
Descrição	Controles técnico-operacionais envolvendo toda a cadeia de produção bovina relativos ao SISBOV; Certificação primária e secundária de produtos de origem bovina obrigatoriamente para exportação a países que exigem rastreabilidade, mediante o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva e a Certificação Sanitária emitida pelo SIF, respectivamente.
Áreas responsáveis pela execução	Diretoria Técnica - DT

O SISBOV tem como objetivos a identificação individual e o monitoramento de todos os bovinos e bubalinos que foram cadastrados na base nacional de dados - BND, nascidos no Brasil ou importados, assim como o cadastro dos estabelecimentos rurais e respectivos produtores e a devida manutenção de todos os registros a eles pertinentes, ou seja, dados e informações dos manejos alimentar e sanitário, controle de insumos, movimentações, transferências, baixas, abate, etc. Sendo assim, o SISBOV constitui um importante instrumento para a concretização de um processo de certificação da pecuária; paralelamente o conjunto de procedimentos estabelecidos visa a promover subsídios para o processo de rastreamento dos animais cadastrados e seus produtos. O SISBOV representa, acima de tudo, uma ferramenta potencial para a obtenção de garantia de qualidade e inocuidade ao consumidor nacional e estrangeiro dos produtos cárneos advindos desses animais.

Atuam nessa Ação vinte e dois FFAs, sendo que apenas um com dedicação exclusiva.

#### **Universo de Ação**

O universo de atuação contemplado na ação RASTREAB1, de acordo com o SISBOV, compreende os estabelecimentos rurais cadastrados como aprovados (ERAs) no SISBOV, as certificadoras credenciadas, os frigoríficos exportadores, os fabricantes de elementos de identificação e os escritórios do órgão estadual de defesa sanitária animal.

**Tabela 180**

ESTABELECEMENTOS DO SISBOV	CATEGORIAS	2008	2009
Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Propriedades rurais	344	217
Entidades certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Empresa privada	22	16
Estabelecimentos de abate bovino com inspeção Federal para exportação	Empresa privada	54	54
Fabricantes de elementos de identificação	Empresa privada	10	10
Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Escritórios Regionais	Órgão Estadual	40	40
<b>Total</b>		<b>470</b>	<b>337</b>

Fonte: DT/SP

Conforme o PPA 2004-2007, o indicador para a ação 2487 - Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas definido é o número de certificados emitidos. No caso do SISBOV, os certificados são emitidos exclusivamente pelas certificadoras credenciadas pelo MAPA, para as propriedades que estão em conformidade com a legislação vigente quanto à identificação dos animais e monitoramento formal dos manejos alimentar e sanitário e registros de movimentações e baixas. Conforme a legislação, a análise de conformidade é feita pelos

supervisores representantes das certificadoras, a partir de vistorias obrigatórias realizadas nas propriedades. Quando em conformidade, recebem o certificado como Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS).

O quadro abaixo indica o número de certificados emitidos pelas certificadoras ao longo de 2009 para os ERAS no estado de São Paulo.

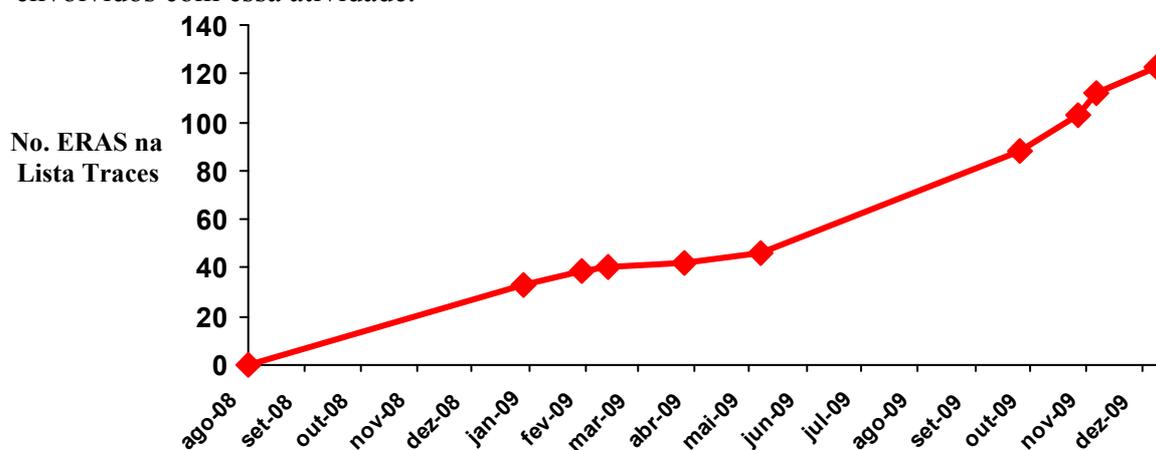
**Tabela 181**

ATIVIDADES REALIZADAS PELO SISBOV NO ESTADO DE SÃO PAULO	UNIDADE	2009
Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Auditoria realizada	187
Auditorias em Entidades Certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Auditoria realizada	10
Auditorias em Empresas Fabricantes de Elementos de Identificação	Auditoria realizada	01
Tramitação de processos relativos ao SISBOV	Processo tramitado	136
Recebimento de missão internacional	Missão recebida	01
Treinamento em Auditoria de Certificadoras	Audidores treinados	05
Treinamento – Reciclagem de auditores	Audidores treinados	100

Fonte: DT/SP

Lista Traces- “TRADE CONTROL AND EXPERT SYSTEM” – lista elaborada pela União Européia com as fazendas aptas a exportar carne bovina *in natura* para aquele mercado.

As auditorias oficiais do SISBOV são realizadas com o objetivo de validar o trabalho feito pelas entidades certificadoras nos ERAS. Como resultado, os ERAS aprovados nas auditorias oficiais são liberados para a exportação de carne *in natura* para a União Européia, através da publicação periódica da “Lista Traces”. Segue, no gráfico abaixo, um demonstrativo da evolução do número de ERAS na Lista Traces no período compreendido entre setembro de 2008 e dezembro de 2009. Convém lembrar que, quanto maior a quantidade de ERAS na referida lista, maior a disponibilidade de carne proveniente de estabelecimentos aptos a exportar para a União Européia, resultando em benefícios para os diversos elos do agronegócio brasileiro envolvidos com essa atividade.



## Principais Indicadores

**Tabela 182**

Mnemônico	2006	Técnicos envolvidos	2007	Técnicos envolvidos	2008	Técnicos envolvidos	2009	Técnicos envolvidos
<b>Capacidade</b> – Capacidade anual de análise de processo relativos ao SISBOV ( <b>IcPa</b> ) – N° processos analisados/ ano								
<b>IcPa</b>	3	2	6	3	9	5	136 <sup>(a)</sup>	5
<b>Eficácia</b> – Indicador de qualidade na análise do processo ( <b>Ian</b> ) – N° processos analisados dentro do prazo x 100/ Total processos recebidos								
<b>Ian (%)</b>	1	2	16,7	3	100	5	10 <sup>(b)</sup>	5
<b>Eficiência</b> – Indicador de produtividade na análise de processo ( <b>IpAf</b> ) – N° processos analisados/ fiscal								
<b>IpAf</b>	3	2	2	3	9	5	27,2	5
<b>Capacidade</b> – Capacidade de auditoria de credenciamento ( <b>IACr</b> ) – Total de auditorias de credenciamento realizadas/ ano								
<b>IACr</b>	0	2	1	14	2	4	7 <sup>(c)</sup>	5
<b>Capacidade</b> – Capacidade de auditoria de conformidade em entidades certificadoras ( <b>IACoC</b> ) – Total de auditorias de conformidade realizadas / ano								

<b>IACoC</b>	1	2	78	14	0	-	3 <sup>(e)</sup>	5
<b>Capacidade</b> – Capacidade de auditoria de conformidade em ERAS ( <b>IACoE</b> ) – Total de auditorias de conformidade realizadas em ERAS / ano								
<b>IACoE</b> (criado em 2008)	-	-	-	-	137	26	187 <sup>(d)</sup>	23
<b>Capacidade</b> – Capacidade de cadastramento de animais importados ( <b>Ic</b> ) – Total de animais importados cadastrados/ ano								
<b>Ic</b>	108	1	0	1	0	1	0 <sup>(e)</sup>	1
<b>Eficiência</b> – Produtividade de cadastramento de animais ( <b>Ipc</b> ) – N° de processos analisados/total de processos recebidos								
<b>Ipc (%)</b>	100	1	0	1	75,4	1	100 <sup>(f)</sup>	1

Fonte: DT/SP

(a) O nome do indicador foi alterado para englobar, além dos processos relativos às entidades certificadoras, os processos originados a partir de auditorias não conformes em ERAS.

(b) Considerando a grande quantidade de processos e o reduzido número de FFAs para analisá-los, e somando-se ao fato de que os mesmos FFAs também realizam outras atividades relativas ao SISBOV e a outros serviços do MAPA, houve grande dificuldade em analisar os processos dentro do prazo estipulado no decorrer de 2009.

(c) Em 2009, a Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade promoveu um curso de treinamento para auditorias em entidades certificadoras. Foram treinados 5 FFAs do Estado de São Paulo. Após esse treinamento, as auditorias foram agendadas pela CSR com a participação dos FFAs treinados.

(d) A realização destas auditorias deveu-se ao trabalho conjunto dos FFAs e dos médicos veterinários da CDA/SAA-SP, capacitados ao longo de 2008 pela própria equipe da SFA.

(e) O valor 'zero' é devido a não ter sido cadastrado nenhum animal importado ao longo de 2009, em função do não-funcionamento do módulo 'animais importados' na nova BND/SISBOV, que depende diretamente da implementação por parte da Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação-CGTI/MAPA para posterior disponibilização para os usuários nas SFAs.

(f) O indicador corresponde ao conjunto de 81 processos recebidos e analisados dentro do prazo, cuja documentação foi reencaminhada aos demais envolvidos. Como a BND atual não contempla a migração de animais importados da BND antiga, foi criado um banco de dados específico para o Estado de São Paulo, gerenciado pelo SEDESA/DT-SFA/SP.

## Desempenho Financeiro

Os recursos financeiros foram utilizados para o pagamento das despesas com diárias, passagens aéreas, pedágios e combustível para a realização das auditorias, total de 187 em Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS) e dez de certificadoras em 2009 no Estado de São Paulo, pelo grupo de auditores

**Tabela 183**

ELEMENTO DE DESPESAS	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010 (restos a pagar até 28.02)	
		EXECUTADO EM 2009	
339014	58.149,10	54.085,86	
339030	1.000,00	918,97	
339033	23.400,00	17.907,57	
339093	12.000,00	2.690,10	1.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>94.549,10</b>	<b>75.602,5</b>	

## RESUMO GERAL DA AÇÃO

**Tabela 184**

FINANCEIRO	RECEBIDO		REALIZADO	
				REALIZADO/RECEBIDO%
	94.549,10		77.402,50	81,86
META SIPLAN (fiscal realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	257	257	198	77,04%

Fonte: DT/SP, SIPLAN e SIAFI

A meta SIPLAN prevista no início de 2009 foi calculada com base na quantidade total de ERAS certificados na BND (base nacional de dados do SISBOV) ao final de 2008. Com a evolução do SISBOV, muitos produtores deixaram de certificar suas propriedades ao longo de 2009, permanecendo somente aqueles que reuniam as condições para manter um sistema de rastreabilidade de acordo com as exigências do MAPA. Deste modo, ao final de 2009, o Estado de São Paulo possuía um total de 217 ERAS certificados. Considerando que somente os ERAS certificados podem ser auditados, conclui-se, de modo simplificado, que foram auditados 187 ERAS dos 217 que estavam certificados ao final

de 2009, representando, portanto, 86,17%. Além das auditorias em ERAS, o total de auditorias realizadas em 2009 (198) inclui as auditorias em certificadoras e fábricas de elementos de identificação.

### ***2.3.5 - PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo***

#### **Dados Gerais**

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Divisão de Apoio Administrativo
Público-alvo (beneficiários)	Governo

#### **Principais ações do programa:**

##### ***2.3.5.1 - Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.***

#### **Dados gerais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Apoio Administrativo

De acordo com o Regimento Interno da SFA/SP, compete à Divisão de Apoio Administrativo promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados, sendo constituída de um serviço e três seções, sendo:

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP

Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP

- Setor de Transporte – STR/SAG/DAD/SFA/SP

- Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/DAD/SFA/SP

- Setor de Protocolo – SPR/SAG/DAD/SFA/SP

Seção de Recursos Humanos - SRH/DAD/SFA-SP

- Setor de Desenvolvimento de Pessoas – SDP/SRH/DAD/SFA/SP

- Setor de Administração de Pessoal – SAP/SRH/DAD/SFA/SP

Seção de Tecnologia da Informação – STI/DAD/SFA/SP.

Como espelhado por sua denominação, qual seja, oferecer suporte ao desempenho das ações finalísticas, e por sua natureza hierárquica, de vinculação operacional direta com as áreas afins da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SEDE), a Divisão de Apoio Administrativo, DAD, opera em estreita consonância com requisitos e normas de conduta, em subsistemas e método de trabalho daquele órgão da Secretaria Executiva do MAPA. Compete à DAD, anualmente lançar no Sistema Orçamentário, SIOR, um orçamento inicial das despesas obrigatórias de responsabilidade fiscal, tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações. Após a discussão dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho. De acordo com as demandas da área fim, a DAD solicita recursos adicionais e realiza as adequações ou realinhamentos pertinentes.

O programa contempla o atendimento das ações orçamentárias dos serviços administrativos de todas as áreas da SFA/SP, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.

**Série histórica dos recursos autorizados e executados – MANUTSP**

**Tabela 185**

Ano	Desp. Autorizada	Evolução em relação a 2005	Desp.Executada	Saldo	%
2005	5.115.406,63	100%	5.108.402,84	7.008,80	99,86%
2006	4.668.634,25	91,3%	4.662.948,83	5.685,42	99,88%
2007	4.138.805,16	80,9%	4.132.693,81	6.111,35	99,85%
2008	4.130.115,00	80,7%	4.130.109,53	5,47	99,99%
2009	4.578.969,55	89,5%	4.578.566,27	403,28	99,99%

Fonte: DAD/SP

**Tabela dos recursos recebidos/executados – MANUTSP – 2009**

**Tabela 186**

ND	PROGR- MADO	LIBERADO	EXECU- TADO	RP PAGO (até 28.02)	A EXECU- TAR	DISPONÍ- VEL	CANCELA DO	ÍNDI- CE %
339014	247.373,90	247.373,90	246.970,62	---	---	---		99,83
339030	266.965,22	277.102,35	68.443,66	93.486,05	60.155,60	55.017,04	15,77	80,13
339033	92.553,24	81.503,24	56.360,26	513,92	---	---	24.629,06	39,56
339037	1.860.650,40	1.860.650,46	1.571.751,98	149.934,35	128.627,25	10.336,90		99,44
339039	1.637.413,30	1.628.727,65	1.461.269,12	83.246,54	72.488,47	11.723,60		99,28
339047	7.118,53	4.288,87	4.288,87	---	---	---		100
339093	7.392,90	7.392,90	6.215,02	146,23	1.035,65	4,00		100
339139	31.098,34	20.098,34	16.187,21	516,29	3.394,84			100
339147	17.000,00	17.000,00	9.038,49	---	6.897,57	1.063,94		93,74
449051	434.831,84	434.831,84	58.881,83	240.326,96	135.623,05			100
<b>TOTAL</b>	<b>4.602.397,67</b>	<b>4.578.970,10</b>	<b>3.499.407,06</b>	<b>568.170,34</b>	<b>408.222,43</b>	<b>78.145,48</b>	<b>24.644,83</b>	<b>97,74</b>

Obs.: A introdução da coluna A EXECUTAR, uma inovação do relatório de 2008, desagrega do índice total de desempenho anual, a parcela dos dispêndios cujo efetivo pagamento se dá no decorrer do ano subsequente.

Fonte: DAD/SP

**Tabela 187**

PRINCIPAIS DESPESAS	2008		2009	
	PLANEJADO	REALIZADO	PLANEJADO	REALIZADO
Vigilância	1.151.995,32	1.087.276,30	1.319.240,70	1.104.812,59
Limpeza	482.819,52	501.954,04	541.409,76	477.016,84
Operação mesa telefônica	77.998,92	78.727,58	79.210,91	103.678,82
Água / Esgoto	66.591,21	78.040,67	98.015,44	76.069,42
Energia	141.376,14	158.924,35	193.000,00	150.962,09
Deslocamento	72.000,00	68.893,82	87.169,00	232.367,96
Telefonia	357.753,70	381.098,20	358.206,07	371.994,28
Manutenção Veiculos	56.094,00	103.416,54	77.400,00	77.400,00
Combustível	87.000,00	108.110,24	147.000,00	33.484,43
Correio	119.381,78	144.116,50	210.091,38	141.594,73
Manutenção Equipamento Informática	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00
Manutenção Diversas	49.624,66	59.980,03	57.000,00	90.482,99
Locação Imóvel	220.000,00	250.240,00	280.500,00	270.043,20
<b>TOTAL</b>	<b>3.134.635,25</b>	<b>3.272.778,27</b>	<b>3.700.243,26</b>	<b>3.381.907,35</b>

**Tabela 188**

PRODUTOS DA AÇÃO	2006	2007	2008	2009
Inclusão de material permanente	985	1082	411	873
Termo transferência externa recebido	09	15	03	15

Emissão termo transferência interna		336	396	370
Processos de alienação de bens	---	---	2	--
Manutenção Frota Veículos	91	109	118	77
Processos licitatórios	111	131	118	121
Pedidos de serviços e materiais	520	581	618	539
Autuação de Processos Administrativos	---	---	24.850	26.092
Tramitação de Processos Administrativos	26.980	24.412	27.494	34.152
Elaboração de contratos Prestação de Serviços		4	4	12
Emissão de Notas de Empenho (SIASG)	779	966	1.192	837
Emissão de Notas de Empenho (SIAFI)	816	746	527	725
Diárias processadas na SFA	2.786	3.919	4.178	5.119
Passagens processadas na SFA	240	313	500	510
Pagamentos Efetivados	5.912	8.226	8.431	10.019
Recadastramento de inativos	329	465	466	474
Recadastramento de Pensionistas	504	711	729	758
Concessão Licença-Maternidade	00	09	08	09
Concessão de Auxílio-Funeral	34	25	28	18
Concessão de Pensão	34	28	27	26
Concessão Aposentadorias	15	12	20	30
Concessão de licença médica (dias)	--	--	6.197	10.034
Concessão de licença médica (nº)	306	331	409	464
Realização de perícia médica			43	130
Concessão de Licença Assiduidade	83	125	139	145
Concessão de abono permanência	41	25	67	62
Concessão de adicional de Insalubridade	62	68	125	58
Revisão de Pensão		17	20	21
Revisão de Aposentadoria		45	27	15
Instrução de Processos Judiciais		35	53	90
Atendimento de Auditoria		30	08	12
Processos de Pagamento Anteriores		209	277	167
Portaria Homologada	541	495	416	464
Publicação em Boletim de Pessoal	3899	5743	6293	8603
Convênios publicados	2	1	1	0

Fonte: DAD/SP

## Principais Indicadores

Tabela 189

Mnemônico	Unidade	2008	2009
	<b>Eficácia</b> - Índice de dias de afastamento de servidores por licença médica (Ialimed) – Quantidade de dias / (Total de funcionários x 365) x 100		
<b>Ialimed</b>	%	1,37	2,31
	<b>Eficácia</b> – Índice de servidores totais afastados por licença médica (Ialimedn) - Quantidade de funcionários/ (total de funcionários) x 100		
<b>Ialimedn</b>	%	29,53	38,95
	<b>Eficácia</b> – Índice de fiscais federais agropecuários afastados por licença médica (Iaffa) – Quantidade de fiscais afastados/ (total de fiscais) x 100		
<b>Iaffa</b>	%	32,68	38,57
	<b>Eficácia</b> – Índice de servidores de outras categorias (sede) com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (sede) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100		
<b>Iaadm</b>	%	16,98	82,75

	<b>Eficiência</b> – Índice de servidores de outras categorias (interior) com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (interior) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100		
<b>Iaadm</b>	%	40,19	36,22
	<b>Eficiência</b> - Índice de agentes de inspeção com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de agentes de inspeção afastados/ (total de agentes de inspeção) x 100		
<b>Iaadm</b>	%	24,36	37,54
	<b>Eficiência</b> – Conformidade dos Processos licitatórios (Icflpic) - processos licitatórios concluídos / (total processos iniciados) x 100		
<b>Icflpic</b>	%	87,4	100
	<b>Eficiência</b> - Conformidade da gestão (Icflg) – conformidades atribuídas sem restrição / (total registros de conformidade) x 100		
<b>Icflg</b>	%	100	100
	<b>Eficiência</b> – Execução Orçamentária e Financeira (Ieof) – recursos empenhados / recursos provisionados) x 100		
<b>Ieof</b>	%	78,54	88,83
	<b>Eficiência</b> – Índice de atendimento do almoxarifado – pedidos atendidos/ (total de pedidos) x 100		
<b>Iaalm</b>	%	100	100
	<b>Eficiência</b> - Produtividade na concessão de aposentadoria (Ipapc) – total aposentadorias concedidas / quantidade de servidores envolvidos na ação		
<b>Ipapc</b>	Nº	10	15
	<b>Eficiência</b> – Produtividade na conclusão de processos de licitação (Iplpic) – total processos concluídos / quantidade de servidores envolvidos		
<b>Iplpic</b>	Nº	59	40,33
	<b>Eficiência</b> – Produtividade no pagamento de diárias (Ippd) – total diárias pagas / quantidade de servidores envolvidos		
<b>Ippd</b>	Nº	2089	2559
	<b>Eficiência</b> – Produtividade na emissão de empenhos (Iemp) – total empenhos emitidos / quantidade de servidores envolvidos		
<b>Iemp</b>	Nº	860	520,66

Fonte: DAD/SP

O quadro de pessoal da Divisão de Apoio Administrativo é composto por: 29 servidores efetivos, 19 estagiários e 119 prestadores de serviço, compreendendo os funcionários terceirizados de empresas, que exercem atividades nas áreas de limpeza, segurança, copa, recepção e telefonista. Sobre o quadro de pessoal vale ressaltar que:

1. O quadro funcional da Divisão de Apoio Administrativo vem decrescendo numa relação inversa ao crescimento do quadro funcional da SFA/SP, provocando aumento no volume de trabalho, pois a atividade desenvolvida pelo PI-MANUT dá suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e a sede da SFA/SP, sendo a provedora dos meios e facilidades para que as atividades fins ocorram conforme definidos pelos normativos vigentes.
2. Fica cada vez mais exposta a fragilidade que a área de apoio sofre com a insuficiência de servidores administrativos, gerando atribuições concentradas em pessoas e não em equipes.
3. A necessidade de concurso público e, a criação do plano de carreira para a categoria, são fatores fundamentais para assegurar a continuidade do bom desempenho das atividades executadas.
4. O Treinamento “in loco” para os servidores que não podem se ausentar do local de trabalho, em razão de não haver substituto, está sendo a única forma encontrada para não prejudicar a capacitação dos mesmos, tentando minimizar a insegurança e falta de estímulo no exercício das funções.

Apesar de todas as dificuldades a Divisão de Apoio Administrativo vem, ao longo dos anos, mantendo resultados satisfatórios, principalmente no tocante ao índice de desempenho físico/financeiro, e no índice de aprovação dos Processos de Prestação de Contas.

**Tabela 190**

<b>Série Histórica da Distribuição dos Servidores Lotados da DAD/SFA</b>				
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
				<b>Ideal</b>

DAD	1	1	1	1	3
SEOF	2	2	2	2	7
SRH	4	4	4	6	6
SAP	2	2	2	2	5
SDP	2	2	2	2	5
SAG	2	1	1	4	6
SMP	3	3	3	2	6
STR	7	6	6	6	10
SPR	4	3	3	3	6
STI	1	1	1	1	5
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>29</b>	<b>59</b>
Evolução %	100%	89%	89%	103%	211%

Fonte: DAD/SP

**Tabela 191**

**Estatística dos Servidores da DAD/SFA Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço**

TEMPO DE SERVIÇO	IDADE		> 60
	40 a 50	51 a 60	
25 a 28	4	7	2
29 a 30	1	1	
31	1		
32			
33			
34			1
35			1
> 35		1	
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>4</b>

Obs 1: existem 10 (dez) funcionários que recebem Abono Permanência por já terem tempo completo de contribuição;

Obs 2: não incluídos os estagiários

Fonte: DAD/SP

**Tabela 192**

**RESUMO GERAL DA AÇÃO**

FINANCEIRO	RECEBIDO		REALIZADO (incluindo RP até 28.02)	REALIZADO/RECEBIDO%
		4.578.970,10		4.067.577,40
META SIPLAN (Superintendência mantida)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	1	1	1	100

Fonte: DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

**2.4. Desempenho Operacional**

**Despesas por Modalidade de Contratação**

**Tabela 193**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Convite	9.114,46	---	9.114,46	---
Tomada de Preços	37.905,92	---	37.905,92	---
Concorrência	914.847,97	337.974,72	914.847,97	337.974,72
Pregão	7.684.184,80	5.618.471,66	7.684.184,80	5.618.471,66
Concurso	---	---	---	---
Consulta	---	---	---	---
Não Aplicável	1.566.227,85	2.255.683,63	1.566.227,85	2.255.683,63
Contratações Diretas				
Dispensa	841.440,97	1.961.345,95	841.440,97	1.961.345,95
Inexigibilidade	744.075,34	804.084,60	744.075,34	804.084,60
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	22.847,39	---	22.847,39	---
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	68.375,11	84.026,72	68.375,11	84.026,72
Diárias	1.316.934,11	1.926.350,64	1.316.934,11	1.926.350,64

Fonte: DAD/SP

### Evolução de Gastos Gerais – SFA/SP

Tabela 194

	2007	2008	2009
1. Passagens	364.891,26	644.450,64	582.048,47
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	1.068.437,48	1.453.750,94	2.117.080,18
3. Serviços terceirizados			
3.1. Publicidade	---	---	
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.717.926,75	2.150.622,32	2.549.547,81
3.3. Tecnologia da informação	---	---	
3.4. Outras terceirizações	---	---	67.261,92
3.5. Suprimento de fundos	---	---	---
4. Cartão de crédito corporativo	104.519,80	13.032,00	---
<b>TOTAL</b>	<b>3.255.775,29</b>	<b>4.261.855,90</b>	<b>5.315.938,38</b>

Fonte: DAD/SP

### Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 195

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Externa	<b>Concedidos</b>	11008	GAPPESQ			
	<b>Recebidos</b>	130067	SFA/SP			187.628,12
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Externa	<b>Concedidos</b>	11008	GAPPESQ			
	<b>Recebidos</b>	130067	SFA/SP	4.297,30		

Fonte: SIAFI

### Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 196

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa-319008	68.375,11	84.026,72	68.375,11	84.026,72	---	---	68.375,11	84.026,72
<b>2- Outras Despesas Correntes</b>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa - 339039	2.113.546,97	3.131.919,96	2.113.546,97	3.131.919,96	544.057,70	368.860,07	2.657.604,67	3.300.174,90
2º elemento de despesa - 339037	2.150.622,32	2.616.809,73	2.150.622,32	2.616.809,73	146.821,80	424.171,03	2.297.444,12	2.857.196,95
3º elemento de despesa - 339014	1.320.247,07	2.007.156,78	1.316.934,11	1.926.350,64	---	---	1.316.934,11	1.926.350,64

Demais elementos do grupo	1.896.775,17	1.619.111,61	1.885.171,84	1.618.911,95	44.361,84	875.341,36	2.190.874,51	2.072.963,55
<b>3 - Investimentos</b>	<b>Σ</b>							
1º elemento de despesa – 449052	1.791.771,55	1.164.709,72	1.791.771,55	1.164.709,72	1.345.987,31	494.400,91	3.137.758,86	2.660.396,43
2º elemento de despesa - 449051	---	434.831,84	---	434.831,84	1.390.755,51	295.914,78	1.390.755,51	479.764,88
<b>4 - Convênios</b>								
1º elemento de despesa-335039	2.317.953,20	----	2.316.630,00	---	2.316.630,00	4.637.714,00	2.321.084,00	2.616.630,00
2º elemento de despesa-335030	182.046,80	----	177.592,80	---	----	556.508,80	178.916,00	177.592,80

Fonte: DAD/SP

### Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 197

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20		0750	4716	Atividade	4	unidade	1	1	1
20	603	0356	4745	Atividade	4	unidade	80	151	80
20	603	0356	4746	Atividade	4	tonelada	1.000.000	1.471.429	1.480.000
20	604	0356	8938	Atividade	4	unidade	761	761	747
20	603	0356	8939	Atividade	4	unidade	500	296	325
20	603	0375	2179	Atividade	4	unidade	1479	2599	2761
20	603	0375	2909	Atividade	4	unidade	263	313	266
20	603	0375	2177	Atividade	4	unidade	78	41	82
20	603	0375	2141	Atividade	4	unidade	2894	1325	1112
20	604	0375	2140	Atividade	4	unidade	478	444	412
20	604	0375	2124	Atividade	4	unidade	142	162	360
20	604	0375	2019	Atividade	4	unidade	183	115	170
20	603	0357	2134	Atividade	4	unidade	80.416	80.416	80.416
20	604	0357	2139	Atividade	4	unidade	230.000	807.091	*
20	603	0357	2180	Atividade	4	unidade	345.000	458.208	*
20	604	0357	2181	Atividade	4	unidade	84.000	93.182	*
20	603	0357	4738	Atividade	4	Ha	0	0	2.480.490
20	604	0357	4842	Atividade	3	KM <sup>2</sup>	248.209	248.209	248.209
20	603	0357	8572	Atividade	3	Ha	162.156	162.156	*
20	604	0357	8658	Atividade	3	unidade	23.000	67.688	*
20	604	1442	8592	Atividade	4	unidade	257	198	*

\* Metas a serem definidas pelo órgão central, sendo que até o fechamento deste Relatório os dados ainda não estavam disponíveis

### 3. Informações sobre Recursos Humanos

Tabela 198

FORÇA DE TRABALHO DA SFA-SP	2008	2009
-----------------------------	------	------

VÍNCULO	QUANTIDADE	QUANTIDADE
Estagiários – CIEE	65	95
Contratados / parcerias	01	01
Terceirizados	96	119
Quadro funcional	1.160	1.190
<b>Total</b>	<b>1.322</b>	<b>1.405</b>
Aposentados		503
Beneficiário Pensão		759
<b>Total</b>		<b>1.262</b>

Fonte: DAD/SP

**Tabela 199**

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS				
Situação Funcional	2006	2007	2008	2009
RJU/Ativo Permanente	990	999	1103	1109
RJU/Cedido	2	03	03	02
RJU/ Exced. a Lotação	53	53	52	52
Exercício Desc. Carreira	03	01	00	00
Exercício Provisório	0	01	01	01
CDT/ Contrato Temporário	34	32	00	00
Nomeado Cargo de Comissão	1	1	1	01
CLT – MAS – DEC 6657/08	00	00	00	26
Total Geral de Servidores	1083	1090	1160	1191
Evolução %	100%	100,64%	107%	110%

Fonte: DAD/SP

**Tabela 200**

ESTATÍSTICA DOS SERVIDORES DA SFA POR FAIXA DE IDADE X TEMPO DE SERVIÇO							
Tempo de Serviço	Idade						
	14a 18	19 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	>60
> 10	14	158	80	67	125	55	12
10 a 15					6	10	4
16 a 20				1	1	3	
21 a 25				1	13	7	4
26 a 28					45	220	61
29 a 30					11	102	18
31					1	20	4
32						45	15
33						25	37
34						29	18
35						10	8
> 35						23	33
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>158</b>	<b>80</b>	<b>69</b>	<b>202</b>	<b>549</b>	<b>214</b>

Obs: Incluídos os estagiários

Fonte: DAD/SP

**Tabela 201**

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação Apurada Em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal*
Celetistas	26		
Cargos de livre provimento			
Estatutários	1.164		
Não Estatutários	95 (estagiários)	1 (lotação provisória)	
Terceirizados	119		

Total	1.404	1
-------	-------	---

\*o órgão central em Brasília esta fazendo um estudo com os dados apresentados por todos os Estados, e está previsto até realocação de funcionários entre as UFs. Cabe ressaltar que a quase totalidade dos FFAs atuam em várias ações, principalmente aqueles lotados nas UTRAs.

Fonte: DAD/SP

**Tabela 202**

<b>Composição e Custos de Recursos Humanos</b>						
<b>Quadro Próprio</b>						
Estatutários (inclusive os cedidos com ônus)	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Gratificações	Adicionais	Indenizações	
2007	1090	33.779.819,77	768.741,38	32.458.789,27	4.593.475,86	
2008	1160	38.292.731,10	641.228,75	38.596.135,01	5.877.524,57	
2009	1.190	46.125.062,53	710.118,23	58.942.793,65	7.268.420,79	
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	---	---	---	---	---	
2008	---	---	---	---	---	
2009	26	1.030.970,27	---	186,00	61.003,95	
<b>Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2007	1	24.648,44	---	---	---	
2008	1	30.926,20	2.694,71	---	2.796,04	
2009	1	32.336,52	2.694,71	---	2.879,16	

**QUADRO TERCEIRIZADO**

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	112	1.625.068,40	---	---	36	192.726,35
2008	096	1.784.288,83	---	---	65	436.488,00
2009	109	2.563.448,40	10	108.275,60	95	624.199,64

Fonte: DAD/SP

#### 4. Informações sobre Restos a Pagar

<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>					<b>Tabela 203</b>
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	
2009	78.555,89	---	73.770,45	4.785,44	
2008	88.422,53	218.280,71	88.020,25	402,28	
2007	---	---	381.712,69	394.462,00	

<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>					<b>Tabela 204</b>
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	
2009	2.458.688,15	---	759.427,50	1.699.260,65	
2008	5.788.614,16	217.658,44	6.233,00	5.318.921,09	
2007	6.771.164,54	397.599,11	6.233.324,99	394.462,00	

Observações: Restos a pagar processados permanecem no sistema tendo em vista compromissos assumidos aguardando pagamento; Restos a pagar não processados serão automaticamente cancelados pelo sistema de acordo com a macro função vigente, após publicação do Decreto.

Fonte: DAD/SP

#### 5. Informações Sobre Transferências

##### Detalhamento de Transferências Efetuadas em 2009

**Concedente(s):** MAPA/SFA-SP

CNPJ	Denominação
49.729.932/0001-69	OBJETO: apoiar o Programa 2200020080031 – 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária/Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, tendo como elementos característicos “ A inspeção pomares de plantas cítricas, implantados em municípios do Estado de São Paulo, objetivando detectar sintomas de duas pragas, que apresentam alto grau de patogenicidade, grande potencial de disseminação e são fatores determinantes de redução de produtividade, denominadas: Cancro Cítrico e Huanglongbing-HLB(Greening).

Tipo	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit
						Início	Fim	
Convênio	FUNDECITRUS	3.117.778,50	623.555,70	2.494.222,80	2.494.222,80	31.12.2008	31.07.2010	0

Fonte: STC/SFA/SP

**Quantitativo de contratos de repasse analisados pela SFA/SP, homologados pela SDC/MAPA\* em 2009 com liberações de recursos através da Caixa Econômica Federal**

Nº Prefeituras	Finalidade	Valor do Repasse	Valor da Contra-Partida	TOTAL
171	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA	27.950.557,25	3.129.682,09	31.080.239,34

\*SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo/MAPA  
Fonte: STC/SFA/SP

## 6. Cumprimento das Deliberações do TCU

### 6.1

#### DENOMINAÇÃO COMPLETA

Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA

#### Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	Código SIORG
1	TC 010.936/2008-1	3255/2009-TCU 1 Câmara			Ofício: 0995/2009 TCU/ SELIP	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>						<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo – SFA/SP						2783

#### Descrição da Deliberação:

Relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão III e IX da art.71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443/1992., em:

1. Considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria de Álvaro Bezerra de Araujo, Antonio Rodrigues dos Santos, Hunaldo Alves Chargas . Paulo da Silva Neto, Antonio Orlando Barbosa Moretti, Aparecida de Fátima Lourenço, Maria Donizeti da Luz Almeida.

2. Considerar ilegais e negar o registro dos atos de concessão de aposentadoria de Agostinho Mario Boggio, Alberto Ângelo Dotti, Beatriz Martins Nascimento Schalch, Dinchiti Sinzato, Eliseu Gonçalves Elias Junior, Gonçalves Maria Marns Anita, Honorato Francisco de Moraes, Isaira Baptista Kuhn, José Gomes Vieira, Lucio Humberto Correa Vieira, Marcus de Toledo, Nerzon Nogueira de Barros, Renato Sales de Azevedo Melo, Shirley Reis Barbosa, Sydnei Antonio de Oliveira, Tadeu Corsi, Leila da Silva Martins, Anita de Oliveira e Selvino Abelha.

3. Aplicar o Enunciado nº106 de Sumula de Jurisprudência desta Corte para dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários a que se refere o subitem anterior;

4. Determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo – MAPA que adote, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, as seguintes providências;

5. Fazer cessar os pagamentos decorrentes do percentual de 3,17% fundado no Mandado de Segurança MS-8121/DF(código Sicaj:10685) nos proventos de Agostinho Mario Boggio, Alberto Ângelo Dotti, Beatriz Martins Nascimento Schalch, Dinchiti Sinzato, Eliseu Gonçalves Elias Junior, Gonçalves Maria Marns Anita, Honorato Francisco de Moraes, Isaira Baptista Kuhn, José Gomes Vieira, Lucio Humberto Correa Vieira, Marcus de Toledo, Nerzon Nogueira de Barros, Renato Sales de Azevedo Melo, Shirley Reis Barbosa, Sydnei Antonio de Oliveira, Tadeu Corsi, Leila da Silva Martins sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

6. Fazer cessar o pagamento da parcela denominada “VANT.PESSOAL SET.JUD” incluída no ato de concessão

de aposentadoria de Selvino Abelha

7. Convocar a inativa Anita de Oliveira para optar entre retornar a atividade ou aposentar-se proporcionalmente a 28/30, com a exclusão do tempo prestado como bolsista da SUDENE; na segunda hipótese, o órgão devesse encaminhar novo ato a esta Corte, pelo sistema Sisac;

8. Comunicar ao interessado acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-o que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9. Orientar o órgão concedente a emitir novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no artigo 262, 2º do Regimento Interno do TCU; e

10. Arquivar os presentes autos

---

**Providências Adotadas****Setor responsável pela implementação**

Seção de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP

**Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

Foram efetuadas as correções de responsabilidade da SRH/DAD/SFA/SP e o encaminhamento do processo para as correções de responsabilidade da CGRH/MAPA.

---

**6.2**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 024.421/2007-5	4586/2009-TCU			Ofício: 481/2009
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo					2783

**Descrição da Deliberação:**

Os Ministros de Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº. 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III; e 237 parágrafo único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao(s) interessado(s), com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

---

**Providências Adotadas****Setor responsável pela implementação**

Divisão de Apoio Administrativo – DAD/SFA/SP

**Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

Processo: 21052.015986/2006-81

Interessado: Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto

Assunto: Ref. - P.A. 1.34.010.000532/2001-83 – COMFRIO ARMAZÉNS GERAIS LTDA - Instauração de Processo Administrativo Disciplinar

Processo encaminhado a Procuradoria da República do Município de Ribeirão Preto em 23/03/2007.

**Síntese dos resultados obtidos:** Arquivamento do processo.

---

**6.3**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 011.021/2008-4	5218/2009			3521/2009
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo					2783

**Descrição da Deliberação:**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso I, “a”, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Responsáveis: Alberto Jerônimo Pereira (135.037.821-68); Francisco Sergio Ferreira Jardim (191.025.697-87);

---

Ivone Severina de Melo Pereira do Nascimento (344.878.241-68); Jorge Nunes Suarez (050.587.128-90); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); José Valtemir Lyra (021.047.334-72); Luiz Chaguri Neto (588.396.078-20); Maria José Bordignon Fernandes (010.172.148-08); Rosalba Avato de Siqueira (897.455.748-72); Sebastião Buff Blumer Bastos (013.604.688-62); Zoraide Pereira dos Santos e Outros (034.330.098-21)  
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo – MAPA  
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo–SP (SECEX-SP)  
Advogado constituído nos autos: não há.  
Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

---

**Providências Adotadas****Setor responsável pela implementação**

DAD/SFA/AP

**Síntese dos resultados obtidos**

Aprovação da tomada de contas simplificada exercício de 2007

---

**6.4**

<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>
4	020.965/2009-5	6054/2009

**Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação**

Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo

**Descrição da Deliberação:**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, incisos, da Lei nº 8.443/92, julgaram a legalidade e a conformidade da execução do Contrato n. 1/2007 destinado à instalação da sede do SVA em Santos.

**Providências Adotadas****Setor responsável pela implementação**

SAG/DAD/SFA/SP

**Síntese dos resultados obtidos**

O diagnóstico final ressalta o empenho, esmero e zelo da força de trabalho da SFA-SP na área administrativa, que consegue suprir as necessidades da unidade.

---

**6.5**

<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>
5	TC 018.296/2002-9

**Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação**

Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo

**Descrição da Deliberação:**

Relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. René Dubois, então Presidente da SFA-SP, em 01/09/96 (Siafi 301.172, processo 21052.01256/97-69),  
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, em:  
1. com fundamento nos artigos 1º, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas regulares com ressalva de legalidade e de conformidade;  
2. arquivar os presentes autos, após as comunicações pertinentes.

**Providências Adotadas****Setor responsável pela implementação**

STC/GAB/SFA/SP

**Síntese dos resultados obtidos**

Processo arquivado

---

**6.6.****Controladoria-Geral da União – CGU-Regional/SP.**

Nota de Auditoria nº: 223170/01

---

Ofício: 13739/2009/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR

Acompanhamento da gestão de 2009 - Data: 08/05/2009

**Recomendação:** Apurar responsabilidades e tomar as providências cabíveis para regularização da impropriedade apontada – servidores encontram-se registrados na base de dados do CNPJ como sócios administradores ou responsáveis por empresas privadas.

**Providências Implementadas:** Encaminhamento dos documentos comprovando o desligamento dos servidores nas respectivas sociedades.

## **7. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

*Tabela 205*

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	36	36
Desligamento	00	00
Aposentadoria	39	39
Pensão	26	23

## **8. DECLARAÇÕES SOBRE O SIASG E SICONV**

1. Declaramos que no exercício de 2008, foi celebrado entre o MAPA e o Fundo de Defesa da Citricultura - FUNDECITRUS o convênio de nº 702770, assinado em 31.12.2008 e vigência até 03.07.2010, para acompanhamento dessa Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo - SFA/SP, formalizado através do Portal de Convênios – sistema SICONV sob nº 702770, em conformidade com o artigo 19 da Lei 11.768 de 14/08/2008 e do Decreto 6.170, de 25.07.2007, Portaria 127, de 29.05.2008.

1.2. Declaramos também que em 2009, foram analisados por esta SFA/SP 171 propostas de contratos de repasse, cadastradas no SICONV, referente ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA, homologados pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA com liberação de recursos através da Caixa Econômica Federal. Todos em conformidade com o artigo 19 da Lei 11.768 de 14/08/2008 e o Decreto 6.170, de 25.07.2007, Portaria 127, de 29.05.2008.

2. Declaramos que os contratos formalizados no exercício de 2009 estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei 11.768 de 14/08/2008

## **9. OUTRAS INFORMACOES CONSIDERADAS RELEVANTES**

Descreveremos a seguir outras atividades desenvolvidas pela SFA/SP, não menos importantes que as anteriores, que são desenvolvidas pelo SEPDA – Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário. Esclarecemos que essas atividades não foram descritas no Tópico dos Programas tendo em vista que suas ações não têm sua gestão regionalizada, concentrando-se nos diversos departamentos das Secretarias Nacionais do MAPA, no órgão central.

O SEPDA atua dando suporte as Secretarias do MAPA, em atendimento aos seguintes Programas:

- ✓ SDC/MAPA – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo: Programa de Produção da Agricultura Orgânica, Programa de Integração Lavoura – Pecuária e Silvicultura, Programa de Desenvolvimento Agropecuário, Programa de Produção Integrada;
- ✓ SPA/MAPA – Secretaria de Política Agrícola: Programa de Seguro Rural e Zoneamento Agrícola;

- ✓ SPAE/MAPA – Secretaria de Produção e Agroenergia: Plano de Assistência Social da Agroindústria Canavieira e supervisões na armazenagem e estoques da cafeicultura;
- ✓ SRI/MAPA – Secretaria de Relações Internacionais: coordenação estadual do Núcleo de Apoio às Exportações.

Apesar de seu quadro reduzido de servidores o Serviço se destacou contribuindo para diversas políticas do setor tendo em vista sua participação em Câmaras Setoriais no âmbito estadual (café, soja, milho, agro ecologia, leite e bicomustíveis), e em eventos junto aos setores que interagem com o Ministério, sejam eles públicos ou privados.

A unidade participou ainda do programa de subvenção ao prêmio do seguro rural. Atuou também nos segmentos de cooperativismo e exportação.

A seguir um resumo da atuação do setor:

- Programa Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica: treinados 12 FFAs, pertencentes a todos os serviços desta SFA, nos mecanismos de conformidade dos produtos orgânicos, possibilitando a certificação dos produtos, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas normas e legislação, dando garantia ao consumidor;
- Programa Desenvolvimento da Agricultura Orgânica foram desenvolvidas diversas atividades:
  - Participação em três reuniões do Comitê de Articulação Estadual no Programa Territórios da Cidadania e em nove reuniões dos Colegiados Territoriais;
  - Participação em oito reuniões da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica de São Paulo;
  - Coordenação de dez reuniões da Comissão de Produção Orgânica;
  - Acompanhamento ‘in loco’ de quatro convênios celebrados entre o MAPA/Brasília e instituições governamentais e não governamentais;
  - Coordenação da V Semana de Alimentos Orgânicos no Estado de São Paulo, Campanha ‘Semana do Alimento Orgânico’ em dezesseis municípios do Estado e participação em eventos assemelhados em outros onze municípios;
  - Treze palestras sobre legislação, princípios da produção orgânica e mecanismos de controle e informação da Qualidade em Universidades, Congressos e Encontros Técnicos;
  - Participação na Bio Brasil Fair e na Biofach América Latina, em São Paulo, visando a divulgação dos produtos orgânicos; e,
  - Participações em três reuniões com representantes de Prefeituras Municipais para estruturação do foro das Secretarias Municipais em Agricultura Orgânica;
- Realização de cursos para multiplicadores nas técnicas e processos de produção orgânica: Participação em dois módulos do Curso de especialização em Agricultura Biológica e Dinâmica;
- Acompanhamento do convênio MAPA/FUNDAG que visa a produção de sementes e adubos verdes: Difusão de técnicas de produção de sementes e utilização de adubos verdes, formação de bancos comunitários de sementes;
- Participação no Programa de Integração Lavoura – Pecuária - Silvicultura: Realização de encontros técnicos, dia de campo, distribuição de literatura técnica atualizada para produtores rurais. Trata-se de um programa estratégico por proporcionar uma produção agropecuária mais sustentável, que é desenvolvido em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, cooperativas e associações de proprietários rurais e pecuaristas leiteiros;

- Desenvolvimento do Programa de Produção Integrada de Frutas: Participação e treinamentos e reuniões técnicas, envolvendo a CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, com ações na transferência de tecnologia;
- Acompanhamento dos Processos do PRODESA - Programa de Desenvolvimento Agropecuário: Análise preliminar e posterior fiscalização da aplicação de subvenções a projetos de desenvolvimento agropecuário em convênio com Prefeituras Municipais e associações de agricultores, envolvendo repasse de recursos orçamentários da União através da Caixa Econômica Federal;
- Divulgação dos Programas de Subvenção do MAPA, como o Seguro Rural, bem como participação nos relatórios de avaliação dos valores pagos pelas seguradoras;
- Programa de Zoneamento Agrícola: realização de encontros e reuniões com especialistas para ajustes regionais anuais;
- Programa de Propriedade Intelectual: Acompanhamento de processos de Indicação Geográfica, participação em reuniões de câmaras setoriais, como a que estabelece parâmetros para indicação geográfica de café para o Estado de São Paulo e de frutas de clima temperado, para a região de Jundiaí, participação em treinamentos referente a Bancos de Dados sobre Banco Genético e Biotecnologia, inclusive sobre organismos geneticamente modificados (OGM);
- Plano de Assistência Social dos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira: Atendimento a demandas judiciais federais referentes a análises das aplicações do Plano de Assistência Social, em colaboração ao Departamento do Açúcar e do Alcool da SPAE;
- Outras ações: Participação em reuniões e eventos visando à promoção e o fomento do associativismo e cooperativismo, realização de feiras e exposições, programas de exportação (AGROEX e ENCOMEX).

## ***10. Informações Contábeis da Gestão***

---

### **DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SP			130067
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>11229.08.00 – FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃO 19962.05.00 – A APROVAR</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	24 de fevereiro de 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

**ANEXO 1**

# MAPA ESTRATÉGICO

## Missão Institucional

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da soc

## Visão 2006 - 2015

Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviço desenvolvimento sustentável do agronegócio.



## Organograma – SFA/SP

